SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

O Cárcere e o Relato de Si: Abjeção e Normas Regulatórias na experiência de mulheres sobreviventes ao Centro de Reeducação Feminino

NATHALIA DE SOUSA FONSECA

BELÉM-PA
2024

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

O CÁRCERE E O RELATO DE SI:

Abjeção e Normas Regulatórias na experiência de mulheres sobreviventes ao Centro de
Reeducação Feminino

NATHALIA DE SOUSA FONSECA

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA).

Área de concentração: Comunicação.

Linha de pesquisa: Processos Comunicacionais e Midiatização na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Lage
Coorientadora: Prof^ª Dr^ª Danila Cal

BELÉM-PA
2024

In memoriam à Maria Irotildes Lima de Sousa
Minha vovó Iró
e Anna de Sousa Fonseca,
vó Anna, conhecida como Donana.

Nada é mais degenerado do que o tipo de ética ou moral que sobrevive na forma de ideias coletivas mesmo depois que o Espírito do Mundo – usando a expressão hegeliana como atalho – cessou de nelas residir.

Uma vez que o estado da consciência humana e o estado das forças sociais de produção abandonaram essas ideias coletivas, essas mesmas ideias adquirem qualidades repressoras e violentas. O que obriga a filosofia a realizar esse tipo de reflexão que expressamos aqui é o elemento de compulsão que deve ser encontrado nos costumes tradicionais; é essa violência e esse mal que colocam os costumes em conflito com a moralidade, e não o declínio dos princípios morais como prateado pelos teóricos da decadência.

Theodor Adorno,
Problems of Moral Philosophy.

AGRADECIMENTOS

Deixei para escrevê-los [os agradecimentos] por último porque há muito o que agradecer. Hoje, diante de tudo que aconteceu durante o percurso deste doutorado, posso dizer que sou grata. Eu, que em nenhum trabalho anterior agradei a Deus, inicio esse trabalho agradecendo a todas as entidades divinas que me guardaram a vida. Por cada dia, sofrido ou não, pelos raios de sol que iluminam a minha janela e pela água da chuva, pela música, pela poesia, pela literatura, à vida, obrigada!

Estava ficando bonito, grande, mas apertei nas teclas erradas e perdi tudo. Ainda bem que deu pra recuperar a tese, caso contrário esses agradecimentos não teriam razão de existir. Isso me lembrou que, no auge da minha graduação, como tive raiva do professor que me disse que tudo que reescrevemos, o fazemos melhor, hoje sinto a mesma raiva que minha versão de vinte e poucos sentiu. Obrigada por me acompanhar de lá até aqui, Oto.

Mamãe, Papai e Manu. Tudo, tudo, tudo e tudo o que foi essa trajetória vocês conhecem. Obrigada por me reintegrarem à família nuclear e me deixarem voltar a ser filha. Foi necessário me reconectar ao lugar de onde eu saí, para poder voltar a ter vontade de trilhar o meu caminho.

Gabi, Enzo, minhas crianças, meus bebês. Vocês são o motivo de ainda me surgirem forças para lutar todos os dias. Vocês são minha força, é tudo por vocês! Sempre foi, desde o primeiro passo, e sempre vai ser, ao infinito e além. A chegada de vocês me modificou, me reconstruiu e até hoje traz forças que eu, sozinha, não tenho.

Léo, Angélica e Lis, amo vocês, obrigada por serem tão vocês. Tio Mauro, Danúzia, Anna e Danielzinho... vocês são o modelo de família que um dia eu espero poder ter. Por serem tão inspiradores, obrigada.

Remetendo-me à universidade, não há como iniciar os agradecimentos por outra pessoa. Danila, obrigada por me trazer para perto, por me fazer sentir parte até que eu realmente me tornasse, obrigada por me fazer crer que é possível! Leandro, pelos caminhos para aguçar o olhar e por ter me permitido humanizar o trabalho para escrever sem preciosismos e chegar até aqui, na defesa, algo que eu honestamente ainda duvidava se iria conseguir.

A UFPA também me trouxe amigos. Muitos, bons, dos que abandonam e dos que ficam! Elias, meu amor, amigo-irmão que a vida me deu desde que iniciei essa trajetória acadêmica, com todo o teu carinho e teu carisma, que me trata com receptividade desde a primeira vez que trocamos olhares, obrigada! Lore. A potência da amizade entre mulheres, das lágrimas no hospital à risada de medo de cachorro, das tantas vezes que fui um péssimo GPS e a gente se perdeu. Antes tu eras tão inalcançável para mim, que eu queria ser tua amiga, mas achava que não tinha todas as qualidades. E cá estamos nós, muitos anos depois! Obrigada por se manterem por perto nos piores e nos melhores momentos!

Angela, que mais recentemente se fez presente na minha vida, parceira de cafés com prazos e fotos das bagunças que ficam, quando escrevemos. Obrigada! Cris! Como eu queria te abraçar nesse momento! Tu, que te fizestes parte dessa trajetória desde o primeiro dia de aula e notou minha leve propensão a sorrir para cachorros. Que saudade que eu tenho de rir contigo! Muita, toda do mundo! Muito obrigada, Cris. Não existem palavras suficientes para explicar o tamanho dos meus sentimentos por ti! Te amo, irmã! Nelson e Carol, amigos nos momentos bons e também nos ruins, que maravilha é saber que eu posso contar com vocês!

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior, nossa querida Capes, por financiar essa pesquisa e me garantir subsistência sem precisar trabalhar no mercado. Poder me dedicar exclusivamente ao caminho de me tornar mestra e doutora foi um sonho realizado, obrigada!

RESUMO

Neste trabalho, investigamos para compreender como se tecem relações entre normas regulatórias, os sistemas interseccionais de desigualdades e a abjeção que foram verbalizadas por nossas interlocutoras, em seus relatos de si, ao investigar a experiência de mulheres que já foram encarceradas. Os relatos de si são a materialização da violência ética - que pode ser subjetiva - na vida das interlocutoras da pesquisa. Essa forma de violência é afetada pelas normas regulatórias, pela interseccionalidade e pela abjeção – que se configuram como gramáticas morais que são mobilizadas para organizar a inteligibilidade antes do presídio e dentro dele. Por meio deste problema, buscamos compreender a tessitura da relação entre normas regulatórias, sistemas interseccionais de desigualdades e abjeção através de relatos de si de mulheres que já foram internas no Centro de Reeducação Feminino (Belém-PA). Para isso, nos propomos a investigar se ou de que forma o movimento de relatar-se a si mesma das mulheres concernidas é marcado por negação de humanidade, imposição de normas genericadas e por práticas atravessadas por marcadores sociais de diferenças (gênero, raça, classe e sexualidade), ou mesmo seu questionamento. Metodologicamente, os conceitos centrais que animam o trabalho são utilizados como as categorias analíticas, e se mostraram profícuos na análise. Dentre os resultados, temos a imposição da cena de interpelação que versa sobre o momento da prisão como primeiro relato de si das interlocutoras, a “mulher a não ser” na compreensão de como as normas regulatórias de gênero configuram que mulheres são mulheres encarceradas, a intersecção que se desdobra na “patente” de riqueza e os privilégios que se entrelaçam com ela; operante nos sistemas interseccionais e na abjeção temos a realidade de mulheres que foram encarceradas a partir da condição de estarem em situação de rua, a essas, a abjeção interpela de modo que são negadas ao estatuto do sujeito, enquadradas como sujas, e mesmo nos sistemas interseccionais de desigualdades refletem o outro lado da “patente”, desprovidas de respeito entre as mulheres encarceradas.

Palavras-chave: Encarceramento feminino; abjeção; normas regulatórias; sistemas interseccionais de desigualdades.

ABSTRACT

In this work, we investigate how relationships are woven between regulatory norms, intersectional systems of inequalities, and abjection as verbalized by our interlocutors in their self-reports. By investigating the experience of women who have been incarcerated, self-reports are the materialization of ethical violence – which can be subjective – in the lives of the research interlocutors. This form of violence is affected by regulatory norms, intersectionality and abjection - which are configured as moral grammars that are mobilized to organize intelligibility before and within prison. Through this problem, we seek to understand the fabric of the relationship between regulatory norms, intersectional systems of inequalities and abjection through self-reports of women who have been inmates at the Women's Reeducation Center (Belém-PA). To this end, we propose to investigate whether or in what way the movement of self-reporting by the women concerned is marked by a denial of humanity, the imposition of gendered norms and practices that traverse social markers of differences (gender, race, class and sexuality), or even their questioning. Methodologically, the central concepts that animate the work are used as analytical categories, and they have proven fruitful in the analysis. Among the results, we have the imposition of the scene of interpellation that deals with the moment of arrest as the first self-report of the interlocutors, the “woman not to be” in the understanding of how the regulatory norms of gender configure that women are incarcerated women, the intersection that unfolds in the “patent” of wealth and the privileges that intertwine with it; operating in intersectional systems and in abjection we have the reality of women who were incarcerated due to their homeless condition, to these, abjection challenges them in such a way that they are denied the status of subject, framed as dirty, and even in intersectional systems of inequalities they reflect the other side of the “patent”, devoid of respect among incarcerated women.

Keywords: Female incarceration; abjection; regulatory standards; intersectional systems of inequalities.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Metodologias Feministas de Pesquisa	77
Quadro 2	A busca na materialidade	81
Quadro 3	Possíveis formas de materialização da violência “ética”. O que configura o <i>relato de si</i> na fala das interlocutoras?	82
Quadro 4	Apreensão dos conceitos centrais	83

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. A PRISÃO É, POR SI SÓ, UMA FRONTEIRA	16
2.1 Do centro à margem	16
2.2. A perspectiva feminista decolonial	23
2.3 A Prisão em uma perspectiva feminista: teorias sobre a sociedade a partir da experiência das mulheres	36
3. ENCARCERAMENTO FEMININO: “CADEIA DE MULHER”	44
3.1 Os presídios e a materialidade dos corpos que os habitam	49
3.2 Revisão de literatura sobre encarceramento feminino	53
4. LENTES TEÓRICAS PARA OLHAR E VER O CÁRCERE FEMININO	58
4.1 Interseccionando opressões e resistências	58
4.2 Ex-pulsão do sujeito: Abjeção	65
5. TRAJETO TEÓRICO-METODOLÓGICO	74
5.1 A teoria na prática metodológica	74
5.2 Desenhando o metodológico	80
5.3 Praticando a metodologia	83
6. ANÁLISE	87
6.1 Cena de interpelação momento da prisão: relatos de si e responsabilidade ética	92
6.2 Colonialidade do poder masculino	98
6.3 Primeiras impressões: da triagem ao pavilhão “Tem muita fatura... de cuidado...”	102
6.4 O “castigo” e a Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária	108
6.5 A mulher a não ser: normas regulatórias de gênero, sistemas interseccionais de desigualdades e abjeção	113
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	137
ANEXO I - Roteiro de entrevistas	142

1. INTRODUÇÃO

Era provavelmente dia 21 de dezembro, poucos dias antes de meu aniversário, e ali estava eu, há algumas horas do lado de fora do Centro de Reeducação Feminino (CRF), localizado em uma rua estreita ao lado do clube em que visitei diversas vezes durante minha infância. Por volta das 15 horas, agentes carcerários entoavam músicas em arranjos conhecidos por serem concernentes à cultura militar; as internas no espaço repetiam cada frase – foi a primeira vez que ouvi a palavra “procedimento” no contexto da prisão – era o que estava sendo realizado com as mulheres naquele momento. Os procedimentos são momentos de contagem, de vistoria na cela ou da realização de exercícios físicos, como o que estava ocorrendo no momento. O sol de Belém estava escaldante e eu só conseguia sentir mais aflição e o calor abafado, apesar do mês de inverno amazônico. Sim, aflição por não saber, antes daquele dia, a localização da casa penal feminina da Região Metropolitana de Belém. Tantas discussões sobre Feminismos para só sentir a dor diante do alto muro branco. O que me fez chegar até aqui, o interesse em compreender melhor aquela realidade, foi o fato de que, ao bater à porta para informar que o alvará de soltura de (insira aqui um nome) já havia saído, ouvi do agente carcerário a seguinte frase: “aqui não tem nenhuma (insira aqui um nome), aqui todo mundo é detenta”. Se houver outra forma de interpretar aquela fala, desconheço genuinamente. No momento, após agradecer com polidez pela informação, pensei o quão violento é um sistema que apaga a subjetividade das pessoas a tal ponto que até o nome é soterrado. Reforçando o padrão histórico das instituições disciplinares, como as prisões medievais, os gulags, campos de concentração e escolas, hospícios, hospitais – instituições que têm o controle disciplinar como central.

Escrever é um ato político, assim como situar-se fora do *ethos* vigente diante das múltiplas cenas de interpelação que atravessam nosso cotidiano. O trabalho que aqui apresento surgiu de uma cena de interpelação, a cena que foi narrada acima, quando vivenciei fisicamente a aflição de ver alguém conhecida ser encarcerada, o tratamento recebido e os traumas que emergem depois de tal experiência. É o que narro aqui, entre tentativas de compreender o que ocorreu a partir das teorias, uma vez que “meu trabalho tem sido dirigido pelo desejo de entender o que está acontecendo no mundo para poder intervir nele” (Mouffe, 2013, p. 120).

Por cena de interpelação, compreendo um momento que afeta nossa percepção provocando mudanças na forma de ver o que ocorre de modo a confrontar a percepção anterior, além de também ocorrer na interpelação do sujeito consigo mesmo, podendo agir como uma desestabilizadora da subjetividade, afetando a percepção de si no mundo, assim como o mundo ao seu redor.

Dentro da cena “pessoa estando presa”, eu já havia experienciado a cena de interpelação que gritava que a pessoa que estava sendo presa deveria ser abandonada. Mas não podia. Pois apenas estando completamente alienada das dinâmicas sociais para não perceber a imposição do padrão de abandono de uma mulher encarcerada ali. A forma como me vejo no mundo não me permitiria repetir um padrão social em momento tão sensível. Seria como apagar da minha memória anos de experiência em pesquisa e como mulher.

Eu sabia do que ambas as interpelações tratavam: a negação do estatuto a determinado sujeito, pois quem estava ali dentro era esquecida na triagem, como discutido no ensaio analítico, e sem nome, sem subjetividade e particularidades, um monólito sendo construído ali dentro, composto por sentidos estabelecidos socialmente. As mulheres ali dentro, na negação de seus nomes, me fizeram lembrar um conceito: abjeção – a ação que nega o reconhecimento da humanidade e de igualdade de determinadas pessoas como sujeitos, aqueles que habitam a zona inabitável da inteligibilidade social, mas que ainda assim é habitada por essas vidas que não são dignas de serem enlutadas.

De lá até aqui, a cena de interpelação relatada ainda me provoca o mesmo sentimento. Se escrevo sobre mulheres que estiveram encarceradas é porque a angústia daquele dia reverbera em mim. E eu gostaria que incomodasse mais pessoas a ponto de tal sistema ser repensado. Eu sei que é utópico, mas as utopias também configuram as forças que mobilizam nossas ações.

Pesquisar mulheres ao longo da história já nos mostra uma condição severa de precariedade. Tratar de mulheres encarceradas é tratar de uma dupla condição de vulnerabilidade: ser mulher e ter cometido uma infração à lei. Das mulheres, esperam-se

determinados comportamentos, ensinados a cada uma de nós desde que saímos do útero de nossas mães: não se porte assim, não fale nesse tom, não se vista desse jeito. A ação, no entanto, é a mais tolhida. O que não fazer é ensinado, mas o que se pode fazer fica suspenso.

O lugar no qual a mulher é situada nas sociedades ocidentalizadas é um lugar de docilidade, de submissão, de vulnerabilidade à violência. Não que as mulheres sejam submetidas ou tenham sua subjetividade produzida passivamente a essas imposições, mas o discurso vigente reitera esses comportamentos. Dessa forma, já no ambiente do cárcere, as normas regulatórias nos servem para apreender quem são, ou não são, as mulheres encarceradas, para com isso vislumbrar de que forma a intersecção de opressões e hierarquias de privilégio se materializam no presídio, de forma que o estatuto de humanidade das sujeitas seja concedido ou negado.

A partir do lugar imputado às mulheres, a dupla condição de vulnerabilidade de mulheres encarceradas nos provoca a indagar: de que forma se tecem as intersecções entre normas regulatórias, sistemas de desigualdades e abjeção em relatos de si de mulheres sobreviventes ao cárcere no Centro de Reeducação Feminino?

Ao longo deste trabalho, apresentamos o posicionamento epistemológico que impulsiona a autora na construção do trabalho, a saber, perspectivas latino-americanas que atravessam as mulheres de locais que já foram colônias e o cárcere nesses espaços. Em seguida, abrangemos a revisão de teses e dissertações disponíveis no diretório da Capes acerca do encarceramento feminino nos últimos dez anos. A revisão desvela que, apesar de Artur (2012) argumentar que a maioria das pesquisas acerca do tema situavam-se nos campos da saúde e do direito, os últimos dez anos foram marcados por um alargamento dos olhares sobre a questão, indo da História às Artes, da Ciência Política à Saúde Pública e do Direito à Comunicação.

O passo seguinte foi o de introduzir a perspectiva de teórica mobilizada no trabalho, a saber, a de que tanto o gênero quanto o sexo são construções sociais que se dão através de ações discursivas que reiteram o lugar daqueles que nascem homens e daquelas que nascem mulheres no mundo.

Tratar de questões concernentes às mulheres ou aos feminismos, no entanto, não pode ser feito a partir da visada ocidental que tem buscado – ao longo dos anos – uma mulher universal. Ao contrário disso, Andersen e Collins (2007) elucidam acerca do papel dos sistemas interseccionais de desigualdades que afetam a vida das mulheres; as autoras explicam que as construções sociais que subsidiam esses sistemas determinam privilégios e *desprivilégios*. O que, nas palavras de Butler (2019), marca a quem é concedido o estatuto

do sujeito e aqueles a quem é negado, que também pode ser compreendido como a distinção ética entre o que existe e o que não existe, de modo que permita a apreensão do que conta e o que não conta, o que vive e o que não vive, quem não é considerado como vivo, de modo que pode ser compreendido como uma apreensão ética, mas também ontológica.

Através da reflexão de Butler (2019), tomamos a abjeção como um dos conceitos centrais deste trabalho - em intersecção com sistemas de desigualdades e as normas regulatórias. O conceito da abjeção demarca as zonas inabitáveis, mas que ainda assim são habitadas por aqueles que as vidas não contam como valiosas na balança social, aqueles que sequer as mortes são dignas de enlutamento.

Considerando a Comunicação como eixo central e norteador da nossa pesquisa, optamos por não seguir o caminho de investigar interações entre pessoas, mas interações entre gramáticas morais em relação, para compreender, com o suporte teórico de Lugones (2014; 2020), a disputa acerca das normas regulatórias, das desigualdades interseccionais e da própria abjeção a partir de sua materialização em *relatos de si*, que foram provocados a partir de entrevistas com egressas do sistema penal.

Com base nessa reflexão, o objetivo central desta pesquisa é compreender de que forma são interseccionadas as normas regulatórias – conformadas pela inteligibilidade das sujeitas, sistemas interseccionais de desigualdades de gênero, raça, classe – que permitem a visualização de como se estabelecem hierarquias, desprivilégios e privilégios entre elas – e abjeção – que é a compreensão da dimensão ontológica do estatuto do sujeito – em *relatos de si* – a materialização verbal da violência ética imputada contra – de mulheres que já foram encarceradas e hoje são egressas do Centro de Reeducação Feminino situado no município de Ananindeua, no Estado do Pará.

Para a busca pela resolução da questão desenhada, desenvolvemos o seguinte percurso: no capítulo a seguir, apresentamos os motivos que nos levam a crer que a prisão é uma fronteira, a saber, as relações colonialistas implicadas sobre a experiência das interlocutoras e o movimento realizado do centro da literatura feminista até a margem, onde se encontram as mulheres encarceradas. No capítulo 3, são apresentadas concordâncias acerca do que configura um presídio feminino no Brasil, a materialidade dos corpos das mulheres que ali habitam e uma revisão de literatura dos últimos cinco anos acerca do tema.

No quarto capítulo, são apresentadas as lentes teóricas utilizadas para debruçar-se sobre o encarceramento feminino: a interseccionalidade, que em consonância com o argumento de Lugones (2014), destaca a impossibilidade de análises que abarquem apenas

um viés analítico e a abjeção enquanto conceito desenvolvido por Julia Kristeva (1982a) e com as contribuições de Judith Butler (2019; 2020).

No quinto capítulo, alcançamos o trajeto teórico-metodológico da pesquisa, em vias de elucidar como a teoria contribuiu com a construção da prática metodológica, seu desenho e a ação de testá-la. No sexto capítulo, a análise é apresentada a partir da configuração das cenas de interpelação na fala das interlocutoras, na forma como o colonialismo do poder masculino se apresenta como uma interferência à vida das entrevistadas, as primeiras impressões ao entrar no presídio, o “castigo”, a “mulher a não ser” e a forma como as gramáticas morais são colocadas em relação.

Enquanto outros trabalhos em interface ou situados no Campo Comunicacional propuseram compreender a interação entre pessoas (Moura, 2019), neste trabalho, propomos a busca pela relação existente entre os sentidos sociais que, na mesma medida que materializam o corpo das mulheres, são construídos através de seus discursos, uma vez que a fala é ação (Butler, 2015; 2018) e os sentidos se tecem no próprio processo interativo (Braga, 2016), que diz respeito a um processo de intersecção. Desta forma, o fator de inovação está situado na abordagem metodológica com a qual buscaremos compreender o cotidiano das mulheres que já estiveram no Centro de Reeducação Feminino. Logo, a presente pesquisa não está situada nos estudos feministas de mídia (foco central da interação entre comunicação e estudos feministas) e tampouco na interação face a face entre determinados indivíduos, mas na interação entre as interlocutoras e a pesquisadora para apreender a forma como os sentidos sociais emergem. Ainda que ao entrevistar construa-se uma cena de interação face a face, o enfoque da pesquisa são os sentidos sociais mobilizados pela entrevistada.

A pesquisa situa-se no âmbito do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia - Compoa (UFPA/CNPq), e do Grupo de Pesquisa Comunicação, Estética e Política - Cepolis (UFPA/CNPq) em aproximação com a perspectiva que compreende a política a partir da esfera cotidiana, a forma como as relações políticas afetam o dia a dia das pessoas. Dentro do Compoa, a pesquisa compõe o projeto de pesquisa “Comunicação, Democracia e Modos de (R)Existência de Mulheres na Amazônia (Ecoaras)”, sob coordenação da Prof^a Dr^a Danila Cal.

No que tange aos estudos acerca do encarceramento feminino, o olhar comunicacional ainda é pouco explorado e, ao tomar a comunicação como um processo constituído e constituinte do comum, mostra-se uma área de interface profícua. Portanto, ao optar por investigar questões relacionadas ao encarceramento feminino através de um olhar

comunicacional, nos propomos a lançar luz sobre o próprio fenômeno de construção social que determina as relações dentro do presídio, as relações de poder entre as próprias apenadas.

Por fim, mas não menos importante, o interesse em pesquisar reflexividade entre normas morais, abjeção e sistemas de desigualdades não foi imposto à materialidade de pesquisa; o movimento foi o contrário: o contato com o presídio, com mulheres e com a cena de interpelação narrada no início desta introdução direcionou as questões que instigam a proposição deste projeto de pesquisa. Portanto, enfocando o âmbito social, podemos perceber que mesmo dentro dos estudos feministas, tratar de encarceramento feminino - assim como de trabalho doméstico - é tratar de um tema que por si só já é abjeto, por tratar-se de uma área social negligenciada, silenciada, apagada, posta à margem dos debates sociais tão amplos.

Por esse motivo a pesquisa foi desenhada da forma que aqui apresento: existem mulheres que nem sequer estão sendo tratadas como mulheres, que não têm suas necessidades de itens específicos de higiene atendidas, que adentram o CRF e ouvem que todas lá dentro não passam de lixo, e por isso não devem levantar a cabeça, porque “aqui dentro ninguém tem nome, é todo mundo detenta” e “detenta não pode olhar pro horizonte”.

2. A PRISÃO É, POR SI SÓ, UMA FRONTEIRA

Ao deparar-me com tamanho muro branco – o do Centro de Reeducação Feminino – semelhante a uma muralha, a diferença entre a realidade que eu vivia, até aquele momento da dureza do desconhecimento daquela *Outra* realidade, separada pelo grande muro branco com arames farpados em seu topo, me afetou de uma forma que palavras são incapazes de expressar. Em resumo, foi perturbador ser atravessada por uma realidade que até então estava escondida – oculta, encoberta, camuflada, disfarçada, secreta, muda – mesmo que bem ali, sob meus olhos, na rua ao lado do clube que eu frequentava na infância.

Fronteira: significante que denomina aquilo que separa dois ou mais territórios, realidades *Outras*. O capítulo que aqui segue versa sobre a prisão como uma forma de fronteira a partir de uma perspectiva de gênero que não o considera atomizado, mas em interface com a raça, com a classe e com a colonialidade, entre mais variantes de diferenciação. Dessa forma, argumenta-se que a prisão é uma marca da fronteira colonial que estabeleceu e segue estabelecendo a subalternidade de determinados sujeitos. O pensamento fronteiriço atravessa a lógica colonialista de segmentação dos sujeitos a partir do lugar que nasceram, habitam, foram relegados ou estão refugiados.

2.1 Do centro à margem

O estudo das prisões a partir de uma perspectiva feminista não releva apenas uma escolha teórica, mas explicita um posicionamento ético, acadêmico e político. Ao desenvolver pesquisas com mulheres em situação de prisão a partir de uma perspectiva feminista, poderemos enfrentar a invisibilidade que recai sobre o aprisionamento feminino e avançar na compreensão, a partir da experiência das presas, sobre como operam diferentes mecanismos de opressão que acabam por culminar na privação da liberdade. A luta pela superação das opressões é uma batalha cotidiana por um conceito mais ampliado de justiça e pela redução das desigualdades entre os homens, entre homens e mulheres, mas, também, entre as mulheres. E é também uma luta pela liberdade de inúmeras mulheres condenadas em contextos de reiteradas privações, opressões e violências. Esta é uma luta feminista, é um grande desafio para todas nós! (Carvalho; Mayorga, 2017, p. 112).

Nesta seção, é apresentada a visada teórica que anima a presente pesquisa, de modo que a epistemologia feminista que aqui defendemos mostre possível dialogar com as demais linhas teóricas mobilizadas. Dessa forma, é imprescindível destacar que perspectivas teóricas como as que alcançam grande atenção da teoria política (Biroli; Miguel, 2014) podem ser úteis, mas tendem a reiterar o papel colonialista da escrita acadêmica, como o “feminismo que mantém, desse modo, uma relação com o liberalismo e os direitos que se definem a partir das premissas dele” (Biroli; Miguel, 2014, p. 9), garantindo, que mesmo que o feminismo pressione “a ordem estabelecida, [mas configura] formas de pensar o mundo que legitimam [seu pensamento]” (Biroli; Miguel, 2014, p. 8).

O debate sobre a separação entre público e privado é uma dessas categorias que, no que tange à agenda feminista, é abertamente marcado por uma visão de mundo que desconsidera classe e raça, uma vez que a discussão em torno da dicotomia, empreendida por Carole Pateman (1988), reverbera claramente a voz de quais mulheres estavam sendo consideradas no momento: mulheres brancas, escolarizadas e de classe média em diante, que reivindicavam o direito para trabalhar fora do âmbito doméstico, esfera privada, enquanto mulheres negras, desde a escravidão, não eram relegadas ao âmbito privado, uma vez que trabalhavam fora para as famílias da mulher branca, que reivindicava a derrubada do muro que existia no limite entre a esfera pública e a privada. Em outra perspectiva, mas ainda reiterando o olhar exclusivo para questões de gênero, sem considerar as formas plurais de intersecções que atravessam a experiência das mulheres,

As mulheres querem ser cidadãs, mas a própria ideia de cidadania foi construída tomando como base a posição do homem (e, em particular, do homem branco e proprietário) em uma sociedade marcada por desigualdades de gênero, bem como de raça e classe [...] Esse discurso, que apela a valores universais e à humanidade comum de todas as pessoas, serve, com frequência, para neutralizar a compreensão do impacto que as desigualdades concretas têm sobre a possibilidade de agência autônoma dos diferentes indivíduos (Miguel, 2014, p. 64).

A partir do final do último e início do século presente, as fronteiras vêm sendo objeto de crítica feminista. A partir da crítica pós e decolonial (Ballestrin, 2013), os feminismos passam a perceber as fronteiras existentes na produção de saberes e, a partir dessa identificação, lançam olhares específicos para contestá-los, de modo a ir além dos debates acadêmicos e perceber de que forma a vida cotidiana das mulheres vem sendo afetada por esses sentidos.

Ao ter como foco o protagonismo dos estudos da luta feminista das mulheres, o campo feminista de gênero também é marcado por reivindicações no campo acadêmico. Essas

reivindicações buscam alterar a forma através da qual determinados pontos de vista foram estabelecidos e o papel do fazer científico em sua construção, desconstrução e reconstrução dos sentidos sobre os campos político, social e cultural.

O pano de fundo teórico estadunidense e europeu são disseminados pelas Américas e pelo mundo - o que inclui o Brasil, um país latino-americano. Essa perspectiva, no entanto, parte dos olhos ocidentais que tomam a hegemonia do Norte Global como verdade absoluta imputada sobre o plural – e silenciado – grupo de mulheres de quem a subjetividade vai além de conceitos como público e privado (Fonseca, 2018), centralizando a relevância de discussões sobre a composição das sujeitas do feminismo, que se transforma em plural (feminismos) para desvelar a proficuidade de olhares que tomem outros pontos de vista.

Ao versar sobre os saberes localizados e a perspectiva parcial, Haraway (1995) lança luz sobre a forma de identificar a objetividade dos estudos feministas. O problema inicialmente reside, de acordo com a autora, na divisão que estabelece o homem como agente do fazer acadêmico.

O "eles" imaginado constitui uma espécie de conspiração invisível de cientistas e filósofos masculinistas, dotados de bolsas de pesquisa e de laboratórios; o "nós" imaginado são os outros corporificados, a quem não se permite não ter um corpo, um ponto de vista finito e, portanto, um viés desqualificador e poluidor em qualquer discussão relevante, fora de nossos pequenos círculos, nos quais uma revista de circulação de "massa" pode alcançar alguns milhares de leitores, em sua maioria com ódio da ciência (Haraway, 1995, p. 7).

A epistemologia, seguindo a reflexão da autora, diz respeito à forma como o conhecimento é “policiado pelos filósofos da ciência”, aqueles que tecem aquilo que é reconhecido como cânone do conhecimento científico.

Determinadas teóricas feministas, seguindo o caminho apontado pelo estabelecimento de cânones, adotaram a dicotomia na construção de saberes, que diferencia aqueles legitimados e os subalternos (Ballestrin, 2015). Essa dicotomia é marcada pela ação do fazer que nega legitimidade aos saberes feministas que foram subalternizados para e pela própria ação de construção de cânones.

No entanto, reconhecendo que “todo conhecimento é um nódulo condensado num campo de poder agonístico” (Haraway, 1995, p. 10), é possível identificar a tensão existente na consolidação do conhecimento, da verdade científica.

A História é uma estória que os entusiastas da cultura ocidental contam uns aos outros; a ciência é um texto contestável e um campo de poder; o conteúdo é a forma. Ponto.

A forma na ciência é retórica artefactual-social de fabricar o mundo através de objetos efetivos. Esta é uma prática de convicções que mudam o mundo e que tomam a forma de incríveis objetos novos - como os micróbios, os quarks e os genes (Haraway, 1995, p. 10-11).

Essa verdade, no entanto, tende a ancorar-se em um padrão hegemônico de reconhecimento, e os saberes localizados tendem a desestabilizar tal hegemonia ao reivindicarem não apenas a verbalização, mas a audição com a devida legitimidade – a fala considerada além de mero ruído. Como saberes localizados, explica Haraway (1995), a objetividade dos conhecimentos se delinea, de forma que “trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (Haraway, 1995, p. 21).

Ainda que o ponto de vista, ou posicionamento da pesquisa, se situe a partir de saberes subjugados, ao utilizar a metáfora da visão para apreensão das formas de conhecer, Haraway (1995) destaca que estes não se isentam da avaliação crítica, ou da desconstrução. Ao destacar que “é precisamente na política e na epistemologia das perspectivas parciais que está a possibilidade de uma avaliação crítica objetiva, firme e racional” (Haraway, 1995, p. 24), a autora desvela a proficuidade de olhares que se lancem às especificidades que podem ser apreendidas a partir de perspectivas parciais, de modo que – embora a autora não aborde isso em seu argumento – desestabilize as homogeneizações empreendidas pelas hegemonias científicas.

Tal perspectiva se aprofunda no contato com a reflexão de Gayatri Spivak (2010), em sua crítica ao papel do investigador na concepção – ainda que nos julgamentos – do sujeito soberano, mesmo diante da problematização da conceituação de sujeito, em especial o do Terceiro Mundo, que segue sendo definido a partir da perspectiva ocidental. Dessa forma, mesmo quando a pesquisa se propõe a investigar com acuidade questões concernentes ao “terceiro mundo”, ou aqueles sujeitos considerados subalternos, as lentes lançadas sobre eles foram forjadas a partir de conceituações hegemônicas e homogeneizantes. Partindo disso, a autora se propõe a apresentar “uma análise alternativa das relações entre os discursos do Ocidente e a possibilidade de falar da (ou pela) mulher subalterna” (Spivak, 2010, p. 20).

Sobre a compreensão do debate acerca do discurso ocidental referente àqueles que não foram concebidos como parte do mesmo, Hall (2016) explica que, “o Ocidente é um contexto histórico, e não geográfico” (Hall, 2016, p. 315) – mas tomamos aqui como um conceito sociológico, ainda que isso não exclua o fato de ser histórico, por participar do processo de construção, conceituação e exclusão daquilo que viria a tornar-se o Ocidente.

O que é e aquilo que não é o Ocidente é uma questão que atravessa a produção acadêmica por anos, permanecendo como uma questão em pleno debate, que gera controvérsias dos pontos de vista envolvidos na discussão. No entanto, tal concepção é historicamente atravessada por mitos e fantasias (Hall, 2016). A concepção de Ocidente e Oriente, perceptivelmente atrelada ao cartesianismo, no entanto, não deve ser utilizada em um viés

Reduccionista, uma vez que empregamos as mesmas palavras para designar um tipo de sociedade, um nível de desenvolvimento e assim por diante. É certo que o que denominamos “Ocidente”, em se tratando do segundo significado da palavra, originou-se na Europa Ocidental. Entretanto, “o Ocidente” não se limita mais apenas à Europa e nem toda a Europa se encaixa no “Ocidente” (Hall, 2016, p. 315).

Para a solidificação do debate em curso da pesquisa, Hall (2016) contribui com a conceituação do “Resto” – aquela parcela que não cabe no Ocidente, relegada àquilo que, sob os olhos do Ocidente, não merece a devida atenção ou cuidado. Aqueles que em um olhar butleriano (2015) não têm sua precariedade considerada como um argumento para a preservação da vida, mas para a negligência ou mesmo, em situações mais extremas, para o aniquilamento. De acordo com Hall (2016, p. 314) “a ideia de ‘Ocidente e o Resto’ foi constituída e como as relações entre sociedades Ocidentais e não Ocidentais vieram a ser representadas”. E considerando que o poder discursivo de representação se manteve nas mãos ocidentais, tal ideia permanece em jogo. Dentro dessa perspectiva, noções de reconhecimento como sujeito e pertencente a determinada nação foram estipuladas. Quem buscava imigrar para outra por questões econômicas e políticas não era reconhecido. Se não reconhecido, retornando à Butler (2015), era um corpo que não importava – o “resto”.

Em retorno à Spivak (2010), para o desenvolvimento de sua proposta, a autora explica que a produção intelectual também é atravessada pelos interesses ocidentais, sejam eles econômicos ou de caráter internacional, ou seja, o pensamento intelectual ocidental é marcado pelo capitalismo e pela vontade do ocidente de manter-se como sujeito absoluto – “manter o sujeito do Ocidente, ou o Ocidente como Sujeito” (Spivak, 2010, p. 21). Nessa concepção, ao serem situadas fora dessa conceituação de sujeito, com todos os atravessamentos discutidos à frente, as interlocutoras deste trabalho são marcadas, antes mesmo de adentrarem o espaço carcerário, como um “resto” que se agrava diante da realidade disposta por ser uma mulher (resto), ser negra (resto), ser mãe (resto), ser pobre (resto), cometer uma infração (resto), ser latina, brasileira e amazônida (resto, resto e resto).

As reflexões de Haraway (1995), Spivak (2010) e Hall (2016) fornecem a base para a compreensão da razão de ser e existir deste capítulo. Ao demarcar a relevância da

posicionalidade, a reflexão de Haraway (1995) nos fornece subsídios para refletir acerca de uma ação que legitima determinadas vozes e silencia outras, ação que possibilita o contato com o pensamento de Spivak (2010). A demarcação dos lugares mais e menos legitimados na balança social é determinada por fronteiras. No entanto, essas fronteiras não se limitam a demarcações físicas, tampouco geográficas, mas a marcações que emergem no campo social, nos sentidos construídos pela sociedade para facilitar ou dificultar a audição de determinadas falas, materializando o que a autora define como violência epistêmica.

O mais claro exemplo de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como Outro. Esse projeto também é a obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária Subjetividade (Spivak, 2010, p. 47).

Dessa forma, a narrativa construída pelo colonialismo, estabelecida como normativa, abafa versões que ousem ir além de sua perspectiva. Como resposta a tal movimento, acadêmicos latino-americanos se organizaram através das universidades das Américas para realizar um movimento epistemológico político, intelectual e prático contra o epistemicídio. O projeto epistemicida apaga a pluralidade de perspectivas, experiências e, com isso, limita a possibilidade de construção de agendas que apreendam as especificidades de determinadas localidades, que foram desde o processo de colonização, subalternizadas, situadas em outridade.

O movimento de construção da *outridade* foi lançado sobre sociedades externas (geograficamente, mas em um processo de sentidos sociais) à Europa, conformando uma noção que, como citado anteriormente, fundou as diferenças entre sociedades Ocidentais e as que não se encaixavam nesse padrão (Hall, 2016), materializando socialmente os sentidos fronteiriços que definem o que seria aquele “resto”: indivíduos que não cabem na conceituação de sujeito a partir da ótica ocidental.

As fronteiras, dentro de tal debate, demarcam aqueles que cabem e aqueles que são excluídos. A crise na imigração de “não ocidentais” para o ocidente reitera isso. Se um Estado deve proteger seus cidadãos – dentro da lógica imperialista que compreende o que vem de fora como terrorismo – o “de fora”, marginalizado, representa uma ameaça e deve ser excluído, além de sofrer epistemicídio, pode ser vítima de genocídio.

Tal lógica não se materializa apenas nas relações entre os países, uma vez que a noção de pertencente ou excluído permeia a sociedade. Logo, em sociedades que se querem ocidentalizadas e incluídas no padrão de vida ocidental – o que inclui o Brasil –, deslocar-se

desse padrão pela pobreza, cor de pele ou orientação sexual, entre muitos outros marcadores, é assinar o estatuto de não-sujeito, não como uma ação de busca àquilo, mas um poder coercitivo que, olhando de fora para dentro, apreende.

Mi discurso en pro de la vida, del vivir, no tiene sus fundamentos en el vitalismo de la filosofía europea sino en el grito del sujeto, al decir de Hinkelammert, de las vidas que gritan, a través del sujeto, las miserias a las que fueron llevadas por años de colonialismo y, últimamente, de civilización neoliberal! (Mignolo, 2005, p. 129).

Nesse sentido, a prisão é por si só uma fronteira, física e social, uma vez que os muros demarcam a marginalidade dos que ali habitam em exclusão social, e o fato de estarem alijados da sociedade determina seu valor menor na balança social, seu silenciamento (Spivak, 2010), e a desconsideração da sociedade – o que também pode ser interpretado pelo desejo de aniquilamento de sua subjetividade e de seu corpo.

A prisão, nesse sentido, não é simplesmente um mecanismo excludente. Ainda que esse seja um de seus objetivos, mas o aprisionamento surge como uma forma de lidar com aqueles que são denegados pela sociedade, para aqueles que, em alguma medida, projetam conflitos socialmente. Logo, a prisão configura uma das tecnologias de poder, um dispositivo disciplinar que responde a demandas sociais específicas – não apenas excludentes – um aparato que responde à vontade social de exclusão que é legitimada social, política e juridicamente.

“Um outro paradigma”, nos termos de Mignolo (2005) representa uma mudança epistêmica que situa seu foco nas fronteiras. A partir do pensamento fronteiro, pode-se apreender as noções que se situam dentro e fora daquilo que a fronteira delimita, considerando assim, os sentidos externos à marginalização e também aqueles que são intrínsecos à própria experiência fronteira – de exclusão.

As feministas ocidentais também herdam alguma habilidade ao aprender a participar da reavaliação de mundos virados de ponta cabeça pelos desafios transformadores da terra feitos à visão dos mestres. Não é preciso começar do nada (Haraway, 1995, p. 26).

Ao considerar que a modernidade sistematiza o mundo em suas características paradigmáticas do cartesianismo, que podem ser representados, nas palavras de Hall (2010),

¹ O meu discurso a favor da vida, do viver, não se baseia no vitalismo da filosofia europeia mas no grito do sujeito, como diz Hinkelammert, das vidas que gritam, através do sujeito, as misérias a que foram levados por anos de colonialismo e, ultimamente, civilização neoliberal.

pela determinação de quem conta como sujeito e Outro, ou o Ocidente e o Resto, as categorias atômicas e homogêneas dentro dos grupos que foram determinados, ao observar as mulheres “de terceiro mundo”, na crítica ao universalismo feminista, reivindica que “a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade” (Lugones, 2014, p. 935).

2.2. A perspectiva feminista decolonial

Lugones (2014) destaca o fato de que as mulheres dos espaços colonizados foram, ao mesmo tempo que generificadas com a imposição do padrão de gênero ocidental, imputadas pelos sentidos da raça, da classe e da sexualidade, além de outras diferenças que também são heranças da diferença colonial. Nesse ínterim, o sistema colonial de gênero fornece subsídios para investigações que busquem considerar “a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial” (Lugones, 2014, p. 395) de modo que seja possível vislumbrar o que foi apagado pela diferença colonial.

Para transcender a diferença colonial, uma perspectiva histórica fornece subsídios que estimulam a compreensão da subalternidade imposta aos sujeitos colonizados e, para a apreensão daquilo que foi vítima de epistemicídio, mostra-se necessária a construção de um “novo terreno epistemológico onde o pensamento de fronteira é exercido” (Lugones, 2014, p. 27).

A colonialidade tem sido utilizada como a base epistemológica para a construção de hierarquias, o que inclui não apenas as de humanidade, mas também as de raça e de gênero. Dessa forma, o estabelecimento do que hoje é conhecido como civilização impôs sobre aqueles que habitavam o que veio a se tornar colônia uma classificação de não-humanidade, ou seja, marcando-os como o oposto do sujeito-colonizador-civilizado.

Chandra Talpade Mohanty (2017) explica que para que um debate sobre a construção de uma perspectiva feminista “do terceiro mundo”, termo em voga na construção inicial de seu trabalho, em 1988, mas que atualmente está defasado – ainda que a discussão seja atual e pertinente. Para tal perspectiva, de acordo com a autora, seriam indispensáveis dois movimentos: sendo o primeiro de crítica à hegemonia dos feminismos ocidentais e o segundo, a construção de estratégias feministas com fundamentos históricos, culturais e geográficos, de modo autossuficiente. A primeira estratégia se funda no pressuposto de que a crítica à hegemonia dos feminismos ocidentais facilitaria a preparação do caminho para o segundo: a

construção de feminismos situados, vinculados à sua história e desvinculados tanto quanto possível da colonialidade imposta nos saberes feministas.

Ao realizar a crítica dos feminismos “ocidentais”, Mohanty (2017) facilita a etapa da crítica à colonialidade imposta de dentro dos movimentos, deixando em aberto a segunda possibilidade, na busca pela emancipação do colonialismo, passo esse que pode até ser realizado com melhor desenvoltura quando se trata da escrita acadêmica, mas em uma sociedade permeada pelos sentidos da diferença colonial, se mostra mais complexo, uma vez que o pensamento colonial atravessa os sujeitos e sujeitas em sua formação, sendo imposto como noções de raça e gênero, por exemplo. Em outras palavras, a forma como o colonialismo instaura-se na sociedade, em suas dicotomias entre humano e não humano, por exemplo, torna-se intrínseca na construção da subjetividade de quem teve acesso a tais pensamentos. Dessa forma, o cartesianismo de oposição se institui e permanece em vigor na sociedade.

Os dois projetos da pesquisadora, um de desmantelamento do colonialismo e outro de construção de sentidos autônomos a ele que, segundo ela, devem trabalhar em paralelo para que possamos descartar ou libertar a nós, mulheres dos países “subdesenvolvidos” (entre aspas, pois se o próprio sentido de desenvolvimento foi criado pela Europa enquanto estabelecia-se como sujeito, a partir do cartesianismo de oposição, e quem não se enquadra em seu modelo é subjugado e considerado subalterno). A partir da perspectiva hegemônica, o feminismo, no singular, ao tomar sua experiência e conceitos como norma universal, direciona as mulheres subalternas para “o risco de marginalização e de serem tratados como guetos pelos discursos feministas mainstream (tanto de esquerda quanto de direita)” (Mohanty, 2017, p. 7).

Para realizar o primeiro passo determinado pela autora, a mesma realiza uma investigação em revista científica para apreender de que forma as “mulheres de terceiro mundo” vêm sendo retratadas nos estudos. Como resultado, ela encontra a “produção da mulher de terceiro mundo como sujeito monolítico único”. Tal essencialização reitera, como identificado em estudo anterior (Fonseca, 2020), o enquadramento das mulheres “de terceiro mundo”, como submissas a relações de poder em que, na perspectiva dicotômica, elas seriam o lado “sem poder” da relação. No entanto, em mesmo trabalho, foi argumentado que apesar do enquadramento, há um problema em lentes que busquem ver as interlocutoras apenas a partir de uma perspectiva construída pelos olhares ocidentais, reforçando o segundo passo de Mohanty (2020): a “formulação de preocupações e estratégias feministas autônomas, geográfica, histórica e culturalmente fundamentadas” (Mohanty, 2017, p. 7).

De acordo com a autora, o processo de colonização sobre as mulheres “de terceiro mundo” ocorre através do discurso lançado por intelectuais estadunidenses e europeias,

formando um colonialismo discursivo que se torna parte da produção acadêmica e acaba por reduzi-las, ao lançar mão de conceitos que não se encaixam em sua realidade.

A definição de colonização que desejo invocar aqui é predominantemente discursiva, aborda um certo modo de apropriação e codificação da produção acadêmica e do conhecimento sobre mulheres no Terceiro Mundo através de certas categorias analíticas empregadas em textos dedicados ao tema (Mohanty, 2017, p. 8).

Um exemplo desse movimento é a tensão presente na reivindicação para trabalhar fora de casa das mulheres brancas, de classe média e escolarizadas, mas que depois do casamento eram relegadas à esfera doméstica com cuidados da casa, dos filhos e do marido (no caso de casais heterossexuais). A elas parecia pertinente reivindicar o direito a trabalhar fora de casa. Mas, ao tratar-se de mulheres negras, tal pedido não fazia tanto sentido, uma vez que, desde o período em que a escravidão era legalizada, as mulheres negras já trabalhavam para além de sua esfera doméstica.

Partindo dessa reflexão, mostra-se interessante questionar a construção da agenda dos feminismos, mesmo quando se tratando (mais atualmente) de feminismos globalizados (o que deve ser tratado com certo cuidado, pois nessa reflexão pode ser entendido como a tentativa de reforço da universalização de pensamentos, uma vez que a globalização existe com base nesse princípio de homogeneização).

Os interesses referenciais dos textos analisados por Mohanty (2017) ainda situam seu fundamento nos Estados Unidos – entendemos que das mulheres brancas e de classe média – e na Europa, reiterando que o Ocidente segue situando-se como referência de práxis e teoria. Ou, nos termos de Hall (2010), o Ocidente como sujeito absoluto.

Críticas relativas ao uso de determinados conceitos, pontos de vista e metodologia são muito úteis para apreensão das especificidades de mulheres. Mesmo dentro da massa que foi constituída como Europa, há diferenciações. As diferenças entre mulheres de classe média e trabalhadoras também é atravessada pelos questionamentos acerca do método e das lentes usadas para apreender sua realidade. Essa perspectiva, se considerada com cuidado, é útil para análises feministas nas mais diferentes localidades e realidades. A autora defende que suas críticas se direcionam e “também se aplicam às pesquisadoras do Terceiro Mundo escrevendo sobre suas próprias culturas e que lançam mão de estratégias analíticas idênticas” (Mohanty, 2017, p. 9).

A colonização segue sendo utilizada para reiterar o discurso específico de que o ocidente é a consolidação daquilo que é considerado o lado bom da dicotomia opositiva, isso porque o processo de colonização, na maioria esmagadora dos casos, diz respeito à imposição de duas dicotomias que são interligadas: a da dominação estrutural e da aniquilação das particularidades – regularmente realizada através da violência – dos sujeitos que são seus alvos.

Em tal argumento, mulheres dos países colonizados sofreram e seguem sofrendo o apagamento de sua história, suas especificidades, dos sentidos que herdaram de suas culturas e carregam em resistência.

Em consonância com esse movimento, o pensamento feminista não precisa começar do zero para apreender a vida das mulheres nesses espaços denegados, mas no reconhecimento, como defende Mohanty (2017) daquilo que foi alvo de supressão, na observação, como movimento político, da “conexão entre mulheres como sujeitos históricos e a representação da Mulher produzida por discursos hegemônicos [que] não é uma relação de identidade direta, ou uma relação de correspondência ou de simples implicação” (Mohanty, 2017, p. 10). Como resultado de sua investigação, a autora destaca o processo de colonização discursiva que vem afetando os escritos feministas no que tange a diferenças coloniais. Mas, além disso, a implicação de tal discurso entre pesquisadoras advindas de lugares colonizados que analisam mulheres das mesmas localidades a partir do ponto de vista ocidental. Ou, nos termos de Mohanty (2020), mobilizam lentes para enxergar sob os olhos do ocidente.

Gostaria de sugerir que os escritos feministas que aqui analiso colonizam discursivamente as heterogeneidades materiais e históricas das vidas das mulheres do Terceiro Mundo, produzindo/representando assim o compósito único “mulher do Terceiro Mundo” – uma imagem que parece arbitrariamente construída, mas que, contudo, carrega consigo a assinatura legitimadora do discurso humanista ocidental (Mohanty, 2017, p. 12).

O processo de colonização discursiva, Mohanty (2017) reitera, faz necessário o uso de duas formas de emancipação: a primeira discursiva, que considere a história, as sociabilidades e o pano de fundo em que a realidade das mulheres se estabeleceu a partir dos sentidos impostos violentamente e, em segunda instância, a observação cuidadosa das ferramentas tomadas pelas mulheres para lidar com os déficits impostos pelo processo de submissão colonial.

Acerca da colonização discursiva, física, violenta e epistemicida, Mohanty (2017) explica que análises que se dediquem apenas à “diferença sexual”, como se os sentidos sobre ela fossem traduzidos entre as culturas, transforma-se em um monólito, uma estrutura de pedra

rígida, maciça, uma peça única em que o patriarcado, ou a dominação masculina, levando a noções que reduzem sua pluralidade e homogeneizam, configura aquilo que a autora define como “diferença de Terceiro Mundo”.

Para a autora, isso marca a forma como as mulheres, dentro dessa “diferença de Terceiro Mundo”, têm suas experiências analisadas. E, tomando a colonização como um processo de demarcação dicotômica entre privilegiados e subalternos, as mulheres colonizadas seriam lidas em uma avaliação que as identifica e enquadra como essencialmente submissas, o que vai exatamente no caminho contrário ao discurso feminista que se direciona contra o biologicismo e essencialismos, mas ainda assim, é lançado sobre a mulher de terceiro mundo.

E é na produção dessa “diferença de Terceiro Mundo” que feminismos ocidentais se apropriam e colonizam as complexidades constitutivas da vida das mulheres nesses países. É nesse processo de homogeneização e sistematização discursiva da opressão das mulheres no Terceiro Mundo que o poder é exercido em grande parte do recente discurso feminista ocidental, e esse poder precisa ser definido e nomeado (Mohanty, 2017, 314).

Essa nomeação é necessária para que a produção da diferença seja identificada, desenhada e compreendida como uma construção colonial. Além disso, esse passo também é necessário para que sejam construídas estratégias de subversão.

Em um diálogo entre Lugones (2014) e Mohanty (2017), podemos partir da primeira para reconhecer que a base da diferença colonial é aquela que demarca quem é reconhecido como humano e quem não é, em uma construção dicotômica que é oposicionista. Ao lançar mão de Mohanty (2020) é possível identificar que o reconhecimento da não-humanidade da mulher do terceiro mundo é anterior a seu reconhecimento como mulher.

Enquanto com a ajuda de Mohanty (2017) percebe-se a imposição de um monólito que suprime as possibilidades de especificidades - tornando as mulheres um bloco uniforme, sem subjetividades e particularidades. Lugones (2014) descreve como a negação da humanidade consiste na animalização das mulheres colonizadas nas Américas, e Mohanty (2017) explica que

Uma análise da “diferença sexual” na forma de uma noção transculturalmente peculiar, monolítica, de patriarcado ou de domínio masculino leva à construção de uma noção igualmente redutora e homogênea daquilo que chamo “diferença do Terceiro Mundo” (Mohanty, 2017 p. 13).

A produção de uma “diferença de Terceiro Mundo”, a autora explica, facilita a apropriação, por parte do feminismo hegemônico e ocidental, da colonização das particularidades e complexidades que constituem a vida das mulheres nos países colonizados. Ao se apropriar e colonizar os discursos acerca das mulheres colonizadas, também é reforçado o discurso que busca anular as experiências das mulheres antes da colonização, em vias de substituí-los pela perspectiva construída pelo colonialismo discursivo. Ou seja, o colonialismo discursivo produz as subjetividades daquelas e daqueles que objetiva dominar.

Tal processo, que pratica a anulação através da imposição da homogeneidade, Mohanty (2017, p. 13) argumenta, promove uma sistematização “discursiva da opressão das mulheres no Terceiro Mundo que o poder é exercido em grande parte do recente discurso feminista ocidental, e esse poder precisa ser definido e nomeado”. À tal ação, Lugones (2020; 2014) nomeia de colonialismo de gênero; a saber, o processo de imposição do gênero, enquanto dicotomia de submissão, pelos colonizadores.

Em um caminho semelhante ao que Mohanty provoca para ser seguido, Lugones (2014) explica, na tentativa de compreender o desinteresse dos homens em relação às violências sofridas pelas mulheres, que são marcadas por raça, classe, gênero e sexualidade, que do contexto colonial até aqui, são intrínsecos ao gênero.

Colonialidade não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. Ou seja, toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade (Lugones, 2020, p. 57).

Da mesma forma, a construção metodológica que separa em categorias – como na lógica do “dividir para conquistar” – é uma estratégia imposta pelo colonialismo que segue sendo utilizada na contemporaneidade. Como central para o que se estabeleceu como tempo histórico da modernidade – o período da colonização – Lugones (2014) percebe a dicotomia hierárquica entre quem seria e quem não seria percebido como humano.

Portanto, para que o período histórico se estabelecesse, foi necessária a definição da diferença entre os colonizadores e os colonizados. Ao impor a diferença entre o humano e o não-humano, o colonizador lança mão de outra relação em que os humanos exploram e já estava naturalizada: a relação entre humanos e animais.

Dessa forma, os colonizadores negam a humanidade aos povos que habitavam os espaços colonizados e, com isso, constroem o argumento de que, por se tratar de povos “aborígenes”, era aceitável explorar, assassinar e violar seus corpos e suas terras: porque eles não eram humanos – o que os coloca a serviço do homem ocidental.

Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens (Lugones, 2014, p. 936).

Ao compreender a dicotomia entre humano e não humano como central do padrão moderno/colonial, Lugones (2014) explica de que forma o processo de negação da humanidade tem sido alvo do homem ocidental que, ao construir a si como o humano, o moderno, o civilizado, construiu os povos colonizados “como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens” (Lugones, 2014, p. 396). Logo,

Os europeus brancos burgueses eram civilizados; eles eram plenamente humanos. A dicotomia hierárquica como uma marca do humano também tornou-se uma ferramenta normativa para condenar os/as colonizados/as. As condutas dos/as colonizados/as e suas personalidades/almas eram julgadas como bestiais e portanto não gendradas, promíscuas, grotescamente sexuais e pecaminosas (Lugones, 2014, p. 936-937).

Dessa forma, é imposto como o homem universal é burguês, europeu, branco e capaz de deliberar sobre a vida pública, enquanto sujeito político, cristão, heterossexual e dono da ação, enquanto o oposto de seus adjetivos foi imposto aos povos colonizados. A mulher, nessa reflexão, tinha como papel primordial a reprodução da raça e da concentração do capital, em sua pureza “sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês” (Lugones, 2014, p. 936). Ainda que a mulher branca fosse submetida a serviço do homem colonizador, ela era considerada humana.

A hierarquia entre humanos e não-humanos, dicotômica, além de representar a marca da humanidade, foi utilizada como uma ferramenta para possibilitar a condenação dos povos colonizados, uma vez que seus modos de ser eram julgados como bestiais “promíscuas, grotescamente sexuais e pecaminosas” (Lugones, 2014, p. 397).

Sobre isso, é importante destacar que não se tratava de uma cena em que os colonizados passavam a se comportar de formas que já eram reconhecidas pelo colonizador como obscenas,

mas as ações que já faziam parte do cotidiano dos colonizados eram enquadradas pelo colonizador como libidinosas. Dessa forma, a moral cristã foi sendo imposta sobre a vida dos povos, de modo que tudo aquilo que se guiava por caminho diferente daquele que estavam tentando impor foi considerado “Resto”.

Ainda que não fossem considerados humanos, o gênero era imposto em sua leitura, de modo que “machos” e “fêmeas” era a forma de diferenciação daqueles não-humanos, que eram reconhecidos como animais e, como tal, desprovidos de pudor e conseqüentemente hipersexualizados, e os homens colonizados, para serem humilhados, eram feminizados.

O que tem sido entendido como “feminização” de “homens” colonizados parece mais um gesto de humilhação, atribuindo a eles passividade sexual sob ameaça de estupro. Esta tensão entre hipersexualidade e passividade sexual define um dos domínios da sujeição masculina dos/as colonizados/as (Lugones, 2014, p. 937).

O processo de subalternização de homens colonizados através da feminização ainda é comum atualmente. É o que ocorre com homens condenados ou acusados de cometer violência sexual. Dentro da prisão, o vocabulário interno reforça que “viram meninhas”, ou brindes. O discurso de submissão através da “transformação” do homem em mulher é uma ferramenta violenta para quem sofre a violência e para quem é emulado naquela ação, uma vez que “virar menina” é ser estuprado, assim como era durante o período colonial.

No entanto, a forma como o sexo e o gênero foram inseridos nessas sociedades, a distinção entre gênero e sexo se dava com base nas atividades realizadas a partir da divisão sexual do trabalho, já estabelecida entre os colonizadores, em uma perspectiva que defendia que a diferença sexual é o fundamento para a diferença de gênero. Mas, na perspectiva da autora,

Na distinção entre humano e não humano, sexo tinha que estar isolado. Gênero e sexo não podiam ser ao mesmo tempo vinculados inseparavelmente e racializados. O dimorfismo sexual converteu-se na base para a compreensão dicotômica do gênero, a característica humana (Lugones, 2014, p. 937).

E o sexo, com base no dimorfismo, é isolado do processo colonial, uma vez que é reconhecido pelos colonizadores como um fato. Para o acesso aos corpos colonizados, a “missão civilizatória” foi utilizada como argumento, mas o objetivo eram os corpos para violação, controle reprodutivo e até terror. A dicotomia de gênero, em sua hierarquia, foi

utilizada como baliza para o julgamento dos colonizados, ainda que o objetivo não fosse “alcançar a generização dicotomizada” (Lugones, 2014, p. 398), isso porque humanizar colonizados, transformá-los em seres humanos, nunca foi o objetivo colonial.

Os colonizados, nessa lógica, passam a serem entendidos como homens e mulheres, não pelas suas identidades, mas pela natureza assegurada pelo dimorfismo sexual. E, no repertório de argumentos utilizados para a exploração e o abuso, constava impor entre os colonizados o antagonismo entre ambos, a diferença sexual imperativa da colonização. Na determinação do cristianismo como fé absoluta, as mulheres colonizadas – e sua sexualidade – são construídas como malignas, relacionadas ou possuídas pelo oposto maniqueísta da fé cristã: o diabo. Ou seja, na dicotomia colonial, a mulher colonizada, a representação dessa feminilidade, é construída como conectada positivamente. Seu antagonico: o colonizador-masculino-do-bem.

A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica (Lugones, 2014, p. 938).

Em outras palavras, o processo de “transformação civilizatória” colonizava como as pessoas viam a si mesmos e seus pares, ou mesmo companheiros, e sofriam ataques contra sua fé e cosmologia. O que explica o fato do cristianismo ser, ainda hoje, a religião com o maior número de praticantes no Brasil. Dessa forma, na medida em que a religião foi sendo imposta, outras ações foram implementadas, como a imposição do gênero como norma, o apagamento de práticas e saberes, para além da reprodução e do sexo.

Pode-se começar a observar o vínculo entre, por um lado, a introdução colonial do conceito moderno instrumental da natureza como central para o capitalismo e, por outro, a introdução colonial do conceito moderno de gênero. Pode-se notar como este vínculo é macabro e pesado em suas ramificações impressionantes. Também se pode reconhecer, com o alcance que estou dando à imposição do sistema moderno colonial de gênero, a desumanização constitutiva da colonialidade do ser (Lugones, 2014, p. 938).

A autora reforça que, lançando mão do termo “colonialidade”, tem como intenção ir além da nomeação da classificação na colonialidade de gênero e do poder, mas especialmente a limitação da subjetividade, da imposição da desumanização e “o processo de sujeitificação e a investida para tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos” (Lugones, 2014, p. 939).

Dessa forma, podemos compreender como a raça, a classe e a sexualidade são intrínsecas ao gênero imposto pela colonização, uma vez que as categorias, em conjunto, foram impostas para desumanizar os povos colonizados. Mas é óbvio que esta colonização não foi aceita passivamente. No entanto, a autora se preocupa como os homens colonizados puderam ser menos sensíveis às violências infligidas contra as mulheres colonizadas.

Da mesma forma, a perspectiva do feminismo hegemônico, ao ignorar a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero, acaba por tentar dismantlar a casa grande com as ferramentas do mestre (Lorde, 2019), ou seja, lançando mão de dicotomias, olhares hegemônicos e o ponto de vista do feminismo ocidental para compreender a realidade das mulheres dos espaços colonizados, e acabam, ao invés de ofertar suporte para a sua autodefinição, colonizando-as discursivamente, como discutido por Mohanty (2017).

As separações, explica Lugones (2020), não dizem respeito apenas a uma categorização, mas também dificultam a identificação das violências impostas sobre os corpos das mulheres, indo além de simples cegueira epistemológica para atuar como mais uma ferramenta de violação, de onde emerge a própria categorização que induz à cegueira epistemológica. Dessa forma, “as feministas de cor têm frisado aquilo que só é revelado, em termos de dominação e exploração violentas, quando a perspectiva epistemológica se concentra na intersecção dessas categorias” (Lugones, 2020, p. 54).

A partir da reflexão da autora, entendemos que sem a intersecção não seria possível compreender as experiências de vida das mulheres nos países que já foram colônias, porque a imposição de gênero, a determinação da dicotomia humanos e não humanos, marcada pela raça, foram sendo estabelecidas em paralelo. Logo, como analisar o gênero sem considerar a raça, a classe, a sexualidade e demais marcadores sociais da diferença, uma vez que eles foram impostos pelo mesmo movimento de negação da humanidade? Em outras palavras, o objetivo foi a dicotomia entre humano e não humano, e os marcadores sociais de diferença foram estratégias para sua imposição.

Logo, não se trata de observar cada uma separadamente, mas de compreender o diálogo entre elas, de que forma fortalecem a desvalorização de determinada pessoa. Compreender as categorias como intrínsecas, que não atuam ativamente, mas sempre mobilizando suas correlatas.

Dessa forma, Lugones (2020) explica que os marcadores de diferença não têm sido explorados em conjunto, e as perspectivas de mulheres do Terceiro Mundo e estadunidenses Negras mostram caminhos produtivos para a análise da intersecção, que compreenda o processo colonizador sobre a raça, o gênero e a classe como variantes da violência colonial, pois

Caracterizar esse sistema de gênero como colonial/moderno, tanto de maneira geral como em sua concretude específica e vivida, nos permitirá ver a imposição colonial em sua real profundidade; nos permitirá estender e aprofundar historicamente seu alcance destrutivo. Minha tentativa de fazer visível a instrumentalidade do sistema de gênero colonial/moderno em nossa subjugação (Lugones, 2020, p. 55).

Para a conceituação do sistema, Lugones (2020) lança mão da perspectiva desenvolvida por Mignolo (1999) acerca da colonialidade do poder. A autora explica que o sistema de poder capitalista, eurocêntrico e global se constitui de modo que a raça e o gênero possuem sentidos específicos a partir da colonialidade. O colonialismo, nos termos de Mignolo (1999), estrutura as relações de dominação e exploração em locais essenciais da vida humana. São eles: o sexo, o trabalho, a autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade.

Uma vez que o capitalismo representa uma forma de poder utilizado para a expansão do eurocentrismo e da globalização. Embates com foco no acesso ao sexo/gênero, a partir dos eixos de dominação da colonialidade, já se baseiam em Quijano (1999) de modo limitado, pois já estabelecem a mulher como submissa à colonialidade, à raça, ao capital e ao gênero.

O olhar de Quijano pressupõe uma compreensão patriarcal e heterossexual das disputas pelo controle do sexo, seus recursos e produtos. Ele aceita o entendimento capitalista, eurocêntrico e global sobre o gênero. Seu quadro de análise – capitalista, eurocêntrico e global – mantém velado o entendimento de que as mulheres colonizadas não brancas, foram subordinadas e destituídas de poder. Conseguimos perceber como é opressor o caráter heterossexual e patriarcal das relações sociais quando desmistificamos as pressuposições de tal quadro analítico (Lugones, 2020, p. 56).

Ao tomar a compreensão do capitalismo como modelo para as relações, a exploração se torna central. No modelo capitalista, a partir da lógica colonial, as relações de gênero se baseiam nas figuras brancas do pai como provedor e responsável pelo capital econômico da família, enquanto a mãe se responsabiliza pela reprodução, cuidado e manutenção dos rebentos. Dessa forma, o gênero já é imposto junto à colonialidade como uma ferramenta dicotômica de hierarquia de exploração sexual e do trabalho feminino, que não é remunerado.

Ao ser introduzida como modelo de relações a partir da colonialidade, a colonialidade do poder passa a classificar, universalmente, todas as pessoas do planeta a partir da raça. Essa reflexão já reforça o motivo pelo qual o gênero não pode ser analisado desmembrado do conceito de raça, uma vez que essas variáveis, em parceria com a classe, são a base da

dominação hierárquica como compreendida na atualidade, isso porque “a invenção da raça é uma guinada profunda, um giro, já que reorganiza as relações de superioridade e inferioridade estabelecidas por meio da dominação” (Lugones, 2020, p. 56).

A dominação capitalista, eurocêntrica e global, reforça que o conflito pelo controle do trabalho, da autoridade coletiva, do sexo e da intersubjetividade não são anteriores ao poder. E a representação destes como anteriores ao poder não passa de estratégia para mudar o foco da forma de pensamento que guia o capitalismo, eurocêntrico e global, que utiliza classificações para nomear, de forma homogênea, aqueles que busca dominar.

Com a expansão do colonialismo europeu, a classificação foi imposta à população do mundo. Desde então, tem atravessado todas e cada uma das áreas da vida social, tomando-se, assim, a forma mais efetiva de dominação social, tanto material como intersubjetiva. Desse modo, “colonialidade” não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. Ou seja, toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade (Lugones, 2020, p. 57).

Quando a classificação do mundo é construída a partir do olhar colonizador, sua concepção de todos aqueles e aquelas que eram enquadrados como Outros passaram a sofrer com a violenta dicotomia hierárquica que, mesmo com os avanços sociais e expansão de debates políticos, foram situados como o lado subalterno da estrutura. Dessa forma, o mundo colonizado, orientado pela forma de pensar e de agir do colonialismo, mesmo nos lugares que alcançaram a emancipação, ainda é atravessado pela construção intersubjetiva da hierarquia dicotômica que se desdobra para as relações sociais como se estas tivessem nascido na lógica do colonialismo, quando passou por uma imposição violenta para que os olhos ocidentais fossem tomados como a visão universal, hoje denominada de globalização.

Tal universalidade resultou na concepção de subalternidade. Ao longo desta seção, constatamos que a imposição da raça, do gênero e do capitalismo enraizaram a base da hierarquia como conhecemos hoje: dicotômica, com base na exploração e na subjugação. Quando Hall (2016) versa sobre o Ocidente e o Resto, ele elucida que o primeiro constrói a si mesmo como o centro da produção acadêmica, intelectual, reunindo o poder econômico estrutural que se quer como universal, enquanto o segundo é habitado por sujeitos subalternizados, submetidos e subordinados à dominação daqueles que construíram e seguem

reivindicando seu papel como Sujeitos universais, frente a seus antagônicos Outros, os sujeitos subalternos.

No que tange à perspectiva feminista, Spivak (2010) já denomina a mulher colonizada de subalterna, emudecida, e reitera que ela é construída pelo colonialismo como alguém que precisa ser representada.

Como a teoria é também uma “ação”, o teórico não representa (fala por) o grupo oprimido. De fato, o sujeito não é visto como consciência representativa (uma consciência que “representa” a realidade adequadamente). Esses dois sentidos do termo representação – no contexto da formação do Estado e da lei, por um lado, e da afirmação do sujeito por outro – estão relacionados, mas são irredutivelmente descontínuos. Encobrir a descontinuidade com uma analogia que é apresentada como prova reflete novamente uma forma paradoxal de privilegiar o sujeito. Visto que “a pessoa que fala e age (...) é sempre uma multiplicidade”, nenhum “intelectual e teórico (...) [ou] partido ou (...) sindicato” pode representar “aqueles que agem e lutam” (Spivak, 2010, p. 40).

Como defendido pela autora, a violência epistêmica consiste na construção de determinado sujeito como Outro, isso porque a própria ação de construção é enunciada por alguma voz, que mobiliza o poder da diferença colonial para situar-se como norma, como universalidade, como sujeito. Dessa forma, a mulher subalternizada passa a ser situada, na condição de colonizada, como submissa ao homem colonizado ou não, mas que goza da imposição da diferença colonial do gênero, ou do colonialismo de gênero (Lugones, 2014) e do sujeito colonizador. Dessa forma, a mulher colonizada é situada na parte mais baixa da pirâmide social, a subalternidade.

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio (Spivak, 2010, p. 165).

Com base nas asserções de Spivak (2010), quem é a mulher subalterna? Aquela que no passado foi colonizada, aquela sofreu com as imposições de raça, gênero e explorações capitalistas do colonialismo, aquela que foi silenciada e emudecida, aquela que viu suas organizações sociais serem desmanteladas pelo colonizador.

Na contemporaneidade, é aquela que ainda sofre com a divisão mundial do trabalho, aquela que foi ensinada que sua pele, seus olhos e seus cabelos não são representantes da beleza eurocêntrica, aquela que vive atravessada pela raça – mesmo em um país que se autodenomina

detentor da falaciosa democracia racial –, aquela que ainda hoje é explorada pelo capitalismo global, aquela que sofre diariamente com a imposição do padrão da mulher que se deve ser, e a que não se deve ser, aquela que é chefe de seu lar, como maioria no Brasil.

Aquela que é encarcerada, na tentativa de furtar leite para os filhos. Aquela que sai do cárcere com todas as amarras de sentidos impostos por comportar-se diferente do que a sociedade já espera e trabalha para que ela faça.

2.3 A Prisão em uma perspectiva feminista: teorias sobre a sociedade a partir da experiência das mulheres

Se eu fosse tentar sintetizar as minhas impressões das visitas às prisões ao redor do mundo, e na sua maioria foram visitas a prisões femininas, incluindo três penitenciárias que visitei involuntariamente, teria de dizer que elas são sinistramente parecidas. Sempre me senti como se estivesse no mesmo lugar. Não importa o quão longe eu viajasse através do tempo e do espaço – de 1970 a 2000, e da Casa de Detenção Feminina em Nova Iorque (onde eu mesma estive presa) até a prisão feminina em Brasília, Brasil –, não importa a distância, existe uma estranha similaridade nas prisões em geral, e especialmente nas prisões femininas. Essa mesmice das prisões femininas precisa ser avaliada com relação ao quanto é importante para os feminismos desvencilharem-se da noção de que há uma qualidade universal que podemos chamar de mulher. Isso me faz pensar no seu trabalho sobre o desafio de repensarmos as fronteiras entre as ciências sociais e as humanidades, como um meio de reflexão específica sobre as mulheres nas prisões (Davis; Dent, 2003, p. 527).

Davis e Dent (2003) destacam certa “mesmice” nas prisões femininas, o que interpretamos de duas formas: na primeira, as mulheres estão sendo enquadradas externamente como um monólito, um grupo homogêneo, e isso diz respeito às categorias analíticas usadas para analisá-las. Mas para responder a essa questão, seria necessário mais do que uma pesquisa em apenas um presídio. A segunda forma de compreensão, que parece mais coerente com a realidade, é a seguinte: existe um padrão, um perfil de mulheres a serem e que são encarceradas.

Vera Silva (2013) explica que a base patriarcal atravessa a reprodução das penitenciárias no ocidente, através da imposição de “um sistema generizado, dicotômico, excludente e repressor, manifesto nas várias dimensões sociais e culturais e nas ideologias e práticas dos estados e decorrentes sistemas jurídicos-penais e penitenciários” (Silva, 2013, p. 60). Inicialmente, os estudos acerca do encarceramento feminino eram enquadrados no olhar patriarcal, que buscava as faltas de feminilidade em seu comportamento. Esses estudos defendem que a criminalidade feminina tem conexão com desequilíbrios emocionais,

hormonais, biológicos, o que toma um olhar biologizante e desconsidera as dimensões políticas e sociais – o que engloba as econômicas – e a forma como interpelam a realidade das mulheres.

A subalternização e inferiorização subjacentes a essas representações das subjetividades femininas, nos vários contextos ocidentais, tiveram consequências perniciosas nas ações e formas de controle sobre as mulheres. Assim, as novas formas de poder emergentes na modernidade reproduziram as raízes patriarcais e a normatividade da masculinidade hegemônica através de um sistema generizado, complexificado pelos discursos científicos sobre os corpos femininos, que legitimaram a diferença feminina como patológica, subdesenvolvida e inferior (Silva, 2013, p. 60).

Teóricas feministas realizaram investigações para compreender de que forma as mulheres são incriminadas, ou mesmo punidas. A partir disso, surgiram vários estudos sobre a criação das prisões femininas e o regime de castigo imposto a elas. O androcentrismo que governa as instituições resguarda o número de mulheres encarceradas ser menor que o de homens. A partir desta constatação, as análises passam a considerar a diferença de gênero como categoria de análise. Em consonância com essa perspectiva, Nicole Rafter (2004) considera que as regras prisionais e leis criminais, ao exigirem obediência das mulheres, também impõem o gênero (a feminilidade), a classe e a raça em intersecção.

Inicialmente, como citado anteriormente, tais programas tinham como objetivo a reabilitação das mulheres, em programas que contavam com a vigilância e com a disciplina “que concorriam para a feminilização sob trâmites morais da feminilidade burguesa” (Silva, 2013, p. 61). As mulheres pobres, maioria no sistema penal, eram direcionadas à correção e ao trabalho. As mulheres pobres seguem sendo a maioria de mulheres encarceradas, sendo duas a cada três mulheres negras e apenas 11% concluiu o nível médio de educação (Silva, 2013).

Se existe um grupo específico de mulheres, que é mais vulnerável ao aprisionamento, é necessário comparar quais suas diferenças com os homens. Mas não no sentido de Simone de Beauvoir (1942), em que a mulher só existe se está em comparação com um sujeito masculino, mas na compreensão de quais sujeitas estão sendo produzidas pelos presídios femininos e quem é produzido pelo masculino. Sobre as diferenças de gênero entre as prisões, as mulheres encarceradas, em sua maioria, o são por conta de tráfico de drogas, enquanto homens são responsáveis por 95% dos crimes de homicídio e a maioria entre os crimes mais violentos.² Desses dados, fica possível a apreensão de que existem certas imagens de controle que

² De acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas (UNODC, 2014). Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2014/06/26-world-drug-report-2014.html>

interpelam a experiência masculina, reiterando que a violência e assassinatos dizem respeito à socialização masculina para a violência.

A narrativa sobre as formas de punição é tão antiga quanto as narrativas do ocidente como Sujeito, uma vez que quem deteve o poder de narrar foi ele. Ao fazer o link com a história de mulheres que passam a ser condenadas ou praticarem atos que eram assinalados como crimes, a narrativa não diz respeito apenas à relação entre mulheres e crimes, mas à sociedade e a forma como o poder é distribuído através dela.

Através da análise do número de pessoas encarceradas no país e no mundo, o crescimento da população prisional feminina destaca a existência de um determinado perfil de mulheres encarceradas. Elas são jovens, não são brancas, possuem um acesso rasteiro à escolaridade e cumprem sentenças baixas, condenadas por tráfico de drogas (Carvalho; Mayorga, 2017). Ao ter contato com este dado, nos preocupa a construção de uma mulher encarcerada essencializada, reflexão que se reforça com a citação de Angela Davis e Gina Dent (2003), no início desta seção.

No entanto, tal preocupação se desdobra em duas formas de possíveis entendimentos: na primeira, fica a construção do monólito da mulher encarcerada e, na segunda, existem determinadas mulheres que têm sido alvo do encarceramento massivo. Ao longo do capítulo analítico, podemos notar que a segunda opção representa melhor os resultados do estudo aqui apresentado.

As prisões são reflexo da hierarquia dicotômica social imposta pelo colonialismo, em especial quando é de comum acordo que “as condições das prisões correspondem à forma de estruturação das relações sociais sob um aspecto mais geral” (Koerner, 2006, p. 222).

Dessa forma, o sistema opressivo que se espalha pela sociedade e se concentra na prisão é reforçado por instrumentos de dominação e subordinação, a privação daqueles e daquelas que habitam o intra-muros.

A realização de estudos sobre os estabelecimentos prisionais femininos e o crescente encarceramento de mulheres, orientados por perspectivas feministas, nos possibilitam compreender, a partir de novos pontos de vista, de quais maneiras operam os mecanismos de controle e seletividade penal que capturam determinadas mulheres e subordinam-nas à condição de criminosas e de presas (Carvalho; Mayorga, 2017, p. 102).

As mulheres encarceradas são situadas à margem, dentro do próprio sistema punitivo, que por si só, já é uma ferramenta de marginalizar, retirar de circulação social, aqueles e aquelas que são considerados “perigosos” para o convívio social. Mas, como citado anteriormente, sua

punição concerne aos fatos de ter cometido uma tipificação criminal e também ser mulher, situando-as como “mulher a não ser”, reiterando que estas sejam submetidas a uma dupla condição de punição.

Carvalho e Mayorga (2003) afirmam que, ao longo da história, a criminalidade feminina foi compreendida como uma anomalia (por desvencilhar-se do padrão de comportamento de gênero), como a sexualidade exacerbada e o lesbianismo eram argumentos que explicavam a raiz dos problemas de crimes cometidos por mulheres. Além disso, as autoras mobilizam a vertente freudiana da psiquiatria para defender que o crime seria uma ação de rebelar-se contra o papel biológico da mulher, que buscava enquadrar-se na masculinidade.

Já com o avanço da ideologia capitalista, “o tráfico varejista de drogas ter emergido como uma atividade altamente inclusiva para as mulheres pobres, pela possibilidade de geração de renda através da inserção em ‘pequenos nichos nos interstícios desta economia’, sobretudo, em funções subalternas ou marginais” (Carvalho, Mayorga, 2017, 105), os crimes cometidos por mulheres ganham uma face a mais, considerando o aumento da chefia feminina dos lares e a busca por outras formas de alcance de renda para tal.

Com isso, o aumento considerável do número de mulheres na prisão reforça que a prisão, em outros termos, reflete o poder de oprimir e punir. Ao considerar o crescimento exponencial do aprisionamento de mulheres, é possível identificar as faces de intersecções que recaem sobre essas mulheres, em especial na pobreza, na lesbianidade e na negritude. Dessa forma, investigar o encarceramento feminino apresenta uma arena de reflexões e muitos desafios, que em interlocução com os feminismos, desvelam múltiplos sistemas de opressão e novas lutas a serem apreendidas pela agenda feminista.

Em interlocução com as teóricas que interpelaram o feminismo e em diálogo com as vozes contidas e desautorizadas de mulheres marginalizadas, queremos desvendar as artimanhas dos sistemas sexistas, racistas, capitalistas, colonialistas e punitivos que se intersectam, se sobrepõem e se potencializam, forjando teias e naturalizações que capturam determinadas mulheres. Ao nos remetermos à história das prisões, tomando como referência as experiências das mulheres presas, nos inserimos nesse campo de estudos, problematizando, inclusive, se a persistência de uma noção muito restrita e específica de Mulher estaria ainda subsidiando o direito de punir práticas e comportamentos definidos como inadequados para aquelas que ainda são tidas como representantes de um determinado sexo, condenando-as às penas privativas de liberdade (Carvalho, Mayorga, 2017, p. 108).

Na tentativa de manter a mulher dentro da hierarquia que subsidia sua submissão, a tentativa de reenquadrá-la no papel social ou fazendo-a aderir a valores foi uma tentativa inicial

do sistema penal feminino, ainda gerido por freiras católicas. No entanto, mostrou-se mais produtivo o reforçamento das condições de opressão já experienciadas pelas mulheres, na tentativa de imposição de “normalidade”. Dessa forma, os presídios seriam espaços para corrigir condutas que deveriam ter sido aprendidas – passivamente, é claro – na convivência social, reforçando as hierarquias de dominação contra mulheres. Os regimes aos quais as mulheres eram submetidas se diferenciavam daqueles nos presídios destinados a homens, isso porque “o propósito de disciplinamento dos corpos das mulheres no sistema de reformatórios não era para o trabalho remunerado no mercado laboral, mas para o trabalho reprodutivo na esfera doméstica (McCorkel, 2003, p. 45). Para isso, as mulheres eram submetidas a instrumentos de punição que reforçavam a domesticização e a feminilização.

O conhecimento do sistema carcerário desvela diversas camadas de complexidade no que diz respeito às diferenças impostas sobre as mulheres e às lutas que se tecem para serem empreendidas contra as desigualdades que atravessam nossas vidas (Brah, 2006). Em contrapartida à noção hegemonicamente universalizante sobre a experiência das mulheres, a categoria gênero acaba por silenciar as outras que também compreendem o próprio sentido de diferença de gênero (Lugones, 2020). Ao fazer isso, ela acaba por perder seu potencial “tanto como categoria analítica, quanto como uma das formas que relações de opressão assumem numa sociedade capitalista, racista e colonialista” (Azerêdo, 1994, p. 207). Dessa forma,

O estudo das prisões a partir de uma perspectiva feminista não revela apenas uma escolha teórica, mas explicita um posicionamento ético, acadêmico e político. Ao desenvolver pesquisas com mulheres em situação de prisão a partir de uma perspectiva feminista, poderemos enfrentar a invisibilidade que recai sobre o aprisionamento feminino e avançar na compreensão, a partir da experiência das presas, sobre como operam diferentes mecanismos de opressão que acabam por culminar na privação da liberdade (Carvalho; Mayorga, 2017, p. 112).

Gina Dent e Angela Davis (2003) argumentam que o Complexo Industrial Carcerário – quando as prisões se tornam um negócio para o capitalismo – se funda na ideia de que as prisões solucionam problemas não apenas sociais, mas também os econômicos e os políticos. Esse viés de interpretação das prisões corrobora diretamente com a ideologia imperialista dos Estados-Nação, que defende a construção não apenas física, mas social – subjetiva e intersubjetiva – de fronteiras que separem sujeitos e não-sujeitos, não reconhecendo como primordial a humanidade daqueles e daquelas que não seriam úteis ao tecido social, representando riscos que subsidiavam a razão que os constrói e situa como marginais.

Na atualidade, as ideologias se misturam e é reforçado que a transgressão feminina à lei também é uma transgressão à feminilidade, uma vez que ao cometerem os crimes, as mulheres se desviam da passividade esperada pela sociedade de sujeitos femininos, de acordo com Carlen e Worrall (2004). Aquelas que não representam as pessoas que conformam o centro da sociedade, mas sua margem. Para as autoras, no sistema carcerário, podem ser visualizadas e aprofundadas opressões como o classicismo, o racismo, sexismo e homofobia, que se agravam sob a égide da globalização, que busca implementar um modo universal de lidar com a criminalidade, hegemonzando – lê-se apagando as particularidades – os sujeitos relegados aos intramuros.

Em debate sobre como a prisão vem sendo atravessada pela globalização da economia, que provoca o enquadramento da prisão na globalização, uma vez que as questões econômicas, na contemporaneidade, seguem a regra do capitalismo, “a utilização da prisão como uma instituição histórica contingente que não só prognostica/pressagia a globalização, mas nos permite pensar hoje sobre as intersecções entre punição, gênero e raça, dentro e além das fronteiras” (Davis; Dent, 2003, p. 526). Com base nisso, as autoras defendem uma prática de descolonização que desafie as prisões no mundo todo, pois a economia política da prisão ilumina as intersecções entre formas de opressão, que como discutido ao longo deste capítulo, têm como base a imposição da raça, do gênero e do capitalismo no movimento de colonialismo.

Nossas próprias visitas a prisões na Europa, América do Sul, Austrália e Estados Unidos nos permitiram iniciar uma reflexão sobre a atração que a prisão exerce através do tempo e do espaço, como o paradigma de maior influência para a punição nesses dois últimos séculos. Precisamos considerar a história da prisão como uma instituição colonizadora profundamente ligada à era mais inicial de imperialismo para compreender a facilidade com que novos modelos de aprisionamento desenvolvidos nos Estados Unidos – como a supermax (superfacilidade de segurança máxima) – são difundidos hoje pelo mundo (Davis; Dent, 2003, p. 527).

Para lidar com a base colonialista da prisão e os sentidos que foram tecidos de lá até aqui, Davis (2003) questiona sobre formas para produzir saberes acerca da prisão e de que maneira isso desvela o que já é conhecido a respeito da prisão e o aprisionamento? Indo além da autora, nos interessa o monólito da mulher criminosa essencializada, para compreender sua história antes do aprisionamento, os sentidos que constrói sobre o cárcere, sua percepção acerca das relações que ali se estabelecem. Romper com a mudez absoluta imputada pelos grandes muros brancos do CRF é um dos objetivos deste trabalho, considerar as vozes das mulheres que

habitaram a parte interna da fronteira do cárcere para conhecer qual é essa fronteira a partir das mulheres que ali habitam.

Os feminismos não podem mais endossar as hierarquias de custódia, pois isso seria tentar dismantlar a casa grande com as ferramentas do senhor (Lorde, 2019). A reivindicação de tratamento igualitário para homens e mulheres encarceradas é sujeitar elas a piores condições de precariedade. Reivindicações igualitárias precisam considerar a diferença.

Desse modo, posições supostamente feministas apoiaram a tendência rumo a práticas mais repressivas de aprisionamento para mulheres e, especificamente, a transformação de modelos arquitetônicos de cabanas/campus para as fortalezas de concreto que estão sendo construídas hoje. Um exemplo interessante desse feminismo que demanda igualdade formal entre prisioneiros e prisioneiras é a insistência de alguns administradores de presídio de que as prisioneiras têm o direito de ser consideradas tão perigosas quanto os homens. Tekla Miller, ex-diretora da prisão feminina de Huron Valley, em Michigan, reclamou que o arsenal na prisão feminina era inferior ao das prisões masculinas, fazendo até mesmo um bem-sucedido lobby para o direito de atirar em prisioneiras que escapam (Davis; Dent, 2003, p. 529).

O imperialismo estadunidense é exportado quando se trata de prisões e formas de lidar com o crime. E a prática de violência é esperada na relação entre internas e a polícia penal. A solidariedade não é um sentimento que se espera, a partir do ponto de vista do senso comum, mas como pode ser identificado no capítulo de análise das entrevistas realizadas, ela é construída entre as mulheres e instituída como uma ferramenta de resistência.

O encarceramento feminino pode ser compreendido como uma das materializações do capitalismo enquanto modelo de produção, isso porque o sistema encarcerador serve ao modelo capitalista ao buscar confluir as formas de dominação de raça, gênero e trabalho (Lima; Jeremias, 2024), alinhando-se perfeitamente ao colonialismo e à forma como imputa diferenças entre humano e não humano e impondo dicotomias hierárquicas.

Em outras palavras, o acúmulo originário é identificado como uma pré-condição para o estabelecimento do capitalismo nas relações implicadas por ele – enquanto projeto colonizador universalizante – isso porque, sem o acúmulo de capital e trabalho, o próprio sistema não se desenvolveria, uma vez que “a fonte da riqueza capitalista está na dissociação entre trabalhadores e meios de produção” (Frederici, 2017, p. 117-118).

Ao retomar a acumulação primitiva que Marx conceitua, Frederici (2017) reconhece que “este processo de expropriação ainda em andamento hoje contém algumas relevantes chaves para a explicação da estrutura social contemporânea pautada no modo capitalista de produção” (Lima; Jeremias, 2024, p. 8). Por esse motivo, Davis e Dent (2003) argumentam a

necessidade de descolonização da prisão ao redor do mundo, uma vez que ela é, por si só, uma fronteira bem definida por aquelas e aqueles situados do lado de dentro dos intramuros, que fazem abertamente a distinção entre o mundo dentro e o mundo fora da prisão, em outras palavras, “essa análise vem de prisioneiros que definem a distinção entre ‘mundo livre’ e o espaço por trás dos muros da prisão” (Davis; Dent, 2003, p. 526).

No capítulo seguinte, apresentaremos de que forma as mulheres encarceradas têm sido sujeitas – ou mesmo objetos – de pesquisas científicas, buscando compreender como são enquadradas as experiências de quem habita o espaço interno dos presídios. Compreender o caminho que já foi trilhado por pesquisadoras que vieram antes é crucial para identificar de que forma contribuir com o campo tão sensível e potente que é o encarceramento feminino.

3. ENCARCERAMENTO FEMININO: “CADEIA DE MULHER”

Quem já esqueceu o sombrio fascínio do Estado Novo com seus crimes, perseguições, assassinatos, desaparecimentos, torturas? (Moraes, 1989)

O trecho acima, retirado do conto *Companheiras* da jornalista paraense Eneida de Moraes (1989) já ilumina a forma como o encarceramento tem sido um dispositivo violento ao longo de anos no país. Estando situada na Região Metropolitana da cidade de Belém, Estado do Pará, Região Norte do Brasil – invisibilizada pelo colonialismo regional – iniciar esse capítulo sem apresentar o Centro de Reeducação Feminino (CRF) seria corroborar com o apagamento histórico que sofremos como nortistas. Levando isso em consideração, a própria instituição penal direcionada às mulheres foi construída e utilizada mais tarde do que em outras regiões do Brasil.

No Pará, de acordo com Ana Paula Palheta (2012), baseada em documentos do Estado, o CRF foi inaugurado em 1992 – momento no qual o presídio de segurança máxima São José ainda estava em funcionamento, e dentro do qual havia apenas três celas separadas para todas as mulheres do Pará. Nas entrevistas realizadas, a autora recebeu o seguinte relato:

Todos os dias, durante o banho de sol, uma detenta muito bonita, loira, alta, com cinturinha e tudo, quando ia pro banho de sol, tirava a blusa e o sutiã. Pra mim, era uma provocação, né?! Ela sabia que tinha homem lá, mas mesmo assim fazia. Todo mundo via ela e, numa situação como o presídio, qualquer um sabia que o que ela fazia não era prudente. Mas, só tinha agente homem, com uma diretoria de homem, quem ia se importar? Acho que todo mundo gostava! Mas, teve aquela rebelião no São José, lembra? Aquilo ali foi difícil de viver... que quando os homens saíram da cela, pensa que eles foram pra rua? Foram atrás da mulher e cê, sabe né, fizeram da coitada o que quiseram... foi daí que depois decidiram fazer o CRF (Palheta, 2012, *apud* Funcionária CRF, conversa em 10/05/2010).

Com base no relato acima, podemos compreender que a instituição exclusivamente direcionada para as mulheres teve como precedente um crime contra a mulher, ainda que o mesmo não tenha recebido a atenção plena da sociedade ou da imprensa regional.

O CRF se constitui como a maior instituição penal direcionada para as mulheres no estado do Pará. O olhar para as mulheres encarceradas como interlocutoras de pesquisa busca possibilitar que o lugar de agenciamento político-crítico seja ocupado pelas mesmas, deslocando-se do lugar de precariedade imputado às mulheres em privação de liberdade, reforçado também em pesquisas que se dispõem a “dar voz” às mulheres no CRF (Rocha, 2019).

Mas, pelo contrário, percebemos como produtivo reverberar suas vozes e necessidades para que sua humanidade seja reiterada. É importante ressaltar que o contrário de “dar voz”, no caso da pesquisa, é reconhecer que as mulheres têm suas próprias vozes para falar. Portanto, o contrário de dar a elas a voz, como os preceitos colonialistas reforçam, levar em conta o que elas falam, a partir de suas próprias vozes, é uma tentativa de subverter a lógica de que elas precisam ser salvas por alguém que chega e lhes entrega a possibilidade de falar.

A violência de gênero imposta contra as mulheres encarceradas no CRF também foi pesquisada, em sua marginalidade de processos educativos e justiça social – contendo seus atravessamentos políticos e a distribuição das riquezas (Bezerra; Athias; Pinto, 2022).

Nesse contexto, imprescindível trazer à baila a discussão sobre uma parcela minoritária, impopular e marginalizada da sociedade paraense: as mulheres encarceradas do Centro de Reeducação Feminino (CRF) de Ananindeua, que, inobstante ficarem à margem do processo decisório de políticas públicas, sofrem com a institucionalização da violência de gênero na casa penal, como uma manifestação da ausência de políticas públicas voltadas para detentas (Bezerra; Athias; Pinto, 2022, p. 217).

De acordo com os autores, em dezembro de 2019 havia 578 custodiadas no CRF, ultrapassando em 20% a capacidade da instituição. Tanto a superlotação, quanto o fato de que os presídios têm como prioridade a população masculina, as especificidades das mulheres são negligenciadas de modo que a falta de assistência à gestação e à maternidade, à menstruação e a própria saúde sexual que não são enfocadas.

De acordo com a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP, 2018) 89% das custodiadas são autodeclaradas negras (o que, de acordo com o IBGE, é um grupo composto por pessoas pretas e pardas) e 47% possuem ensino fundamental incompleto.

Já nas entrevistas realizadas com 13 internas do CRF, constatou-se que as dificuldades no cotidiano da prisão dão suporte ao sentido de purgatório atribuído ao cárcere por elas. As detentas relatam problemas de estrutura física, como celas superlotadas; camas desconfortáveis, sem conforto térmico e estético; comida de baixa qualidade; água suja nas torneiras; e carência de remédios. Além disso, as custodiadas narram problemas de convivência, sinalizando que a ordem de hierarquia estabelecida internamente dificulta o contato com a direção do local. Por fim, observou-se ser comum as internas se referirem ao isolamento e à solidão como catalisador do sofrimento provocado pela prisão (Bezerra; Athias; Pinto 2022, p. 223 *apud* Rocha, 2019).

Rocha destaca que seus resultados apontam tanto para boas perspectivas sobre o encarceramento, quanto a falas que com a base religiosa definem o CRF como o purgatório. As interlocuções de Rocha (2019) denotam o quanto a religiosidade ou sua negação são centrais

para as mulheres encarceradas no CRF. No entanto, a partir da autora, essa religiosidade não é manejada no sentido solidário do tema, mas para definir a instituição como *purgatório*, *inferno* e as camas de cimento como *túmulos*. Tal reflexão nos instiga a questionar, em trabalhos futuros, o lugar das religiosidades no interior do Centro de Reeducação Feminino.

Para lidar com o tempo de pena, existe o manejo do tempo, que nos presídios brasileiros se dá através do trabalho – remunerado em alguns casos, mas não em outros; a cada três dias de trabalho, um dia de remição de pena é concedido – ou seja, um dia de pena é reduzido; além disso, cada leitura realizada e comprovada à Vara de Execuções Penais através de resenha possibilita a remição de quatro dias de pena, de acordo com decisão recente do Conselho Nacional de Justiça (CNS). Decisão tomada a partir do reconhecimento de que a maioria das pessoas apenadas no Brasil não concluiu sequer os nove anos de ensino fundamental; e tendo como teto a possibilidade de leitura de doze livros por ano, com remição de quarenta e oito dias de pena. Quanto ao estudo formal, a cada doze horas, um dia de pena é remido³.

Também é importante destacar que a remuneração do trabalho não se aproxima em nada da concedida fora dos muros da prisão. Em contrapartida a isso, as oficinas de reinserção social corroboram com a remição da pena e ensinam habilidades para serem utilizadas quando as mulheres alcançarem a liberdade; os cursos variam entre cozinha, saúde, yoga, construção e outras diversas entidades oferecem formações no CRF através de projetos (Gomes, 2021).

Outro tema recorrente em relação ao CRF e aos presídios femininos são a gestação, parto, amamentação e a separação entre a lactante e o bebê. Apesar de possuir uma unidade materno-infantil com 14 leitos, a instituição também deve seguir a Lei de Execução Penal no que tange à garantia de que entre 6 meses e 7 anos de vida, a convivência entre mãe e criança seja garantida pela existência de creches nas unidades prisionais (Matos, 2020).

Tal qual muitas especificidades das sociedades passadas e contemporâneas, o encarceramento feminino não foi prioridade, se comparado ao masculino. Uma vez que a normatividade do binarismo dicotômico entre feminino e masculino estabelece e a prática regulatória e reiterativa produz os corpos que governa, demarcando, circulando e diferenciando os corpos que controla; o que se espera da performatividade feminina se insere em um grupo de ações passivas e de cuidado de docilidade, de submissão. O que não significa que as mulheres submetam-se passivamente a essas imposições, mas que o discurso vigente, por muitos anos, tem buscado reiterar esses comportamentos.

³ <https://www.cnj.jus.br/regulamentada-a-remicao-de-pena-por-estudo-e-leitura-na-prisao/>

Ao tratar da instituição em foco da presente pesquisa – o Centro de Reeducação Feminino – não é possível afirmar que escrevo sem atravessamentos pessoais. Estar diante da frente da instituição e observar sua arquitetura, ouvir um procedimento em que as mulheres repetiam falas como “aqui dentro quem manda e fala é a polícia penal”, me impactou de modo agressivo, uma vez que em quase dez anos de estudos feministas de gênero, eu nunca havia refletido sobre a existência do presídio feminino na região metropolitana de Belém do Pará.

A experiência relatada imediatamente me levou a refletir sobre conceitos teóricos que são utilizados no presente trabalho e, em especial, sobre o *Conto do Mineirinho*, de Clarice Lispector (1964), que relata o assassinato de um *fascinora*, e questiona o lugar ocupado pela sociedade enquanto faz-se necessário matar – ou encarcerar, no vocabulário aqui escolhido – para que determinadas pessoas sintam-se seguras.

Esta é a lei. Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina — porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro.

Essa justiça que vela meu sono, eu a repudio, humilhada por precisar dela. Enquanto isso durmo e falsamente me salvo. Nós, os sonsos essenciais (Lispector, 1964).

Me vi ali mesmo como uma sonsa essencial, que absorveu durante toda a vida anterior àquele dia, mesmo sabendo que equivocados, os sentidos sobre a quem devemos solidariedade, quem deve ser visto e ouvido, quem precisa ser considerado e quais vidas pesam mais na balança social. É a partir disso que passo a direcionar o olhar e os ouvidos para o Centro de Reeducação Feminino (CRF), depois de tomar conhecimento de que o procedimento central na instituição é o da humilhação e ser impedida de olhar para o horizonte, porque “detenta olha para o chão, não para o horizonte”.

O Centro de Reeducação Feminino, situado no município de Ananindeua, Região Metropolitana de Belém. De acordo com dados do site institucional da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária⁴ (SEAP)⁵, tem como objetivo atender mulheres custodiadas sob

⁴ <http://www.seap.pa.gov.br/>

⁵ É importante ressaltar que os dados do site da SEAP não são atualizados desde 2013, o que nos leva a perceber que solicitar o acesso ao Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) é de extrema

regime semiaberto, fechado e provisório e possui a primeira unidade Materno-Infantil da Região Norte, composta com 14 leitos para mulheres grávidas e puérperas. Ainda segundo o site, o CRF possui capacidade para abrigar 480 custodiadas, mas de acordo com a pesquisa Infopen de 2019, abrigava 607 mulheres, das quais 453 autodeclararam-se negras (pretas ou pardas).

Em outubro de 2019, o CRF tornou-se pauta da imprensa nacional após a denúncia de que agentes carcerários, hoje denominados de polícia penal, e a Força-Tarefa de Intervenção Penitenciárias (FTIP) estariam torturando as mulheres sob custódia. Em vídeos coletados pela Comissão de Direitos Humanos da OAB Pará, mulheres relataram terem sido acordadas com bombas e spray de pimenta, despidas e obrigadas a sentar em formigueiros, agredidas fisicamente, além de terem sido proibidas de entrar em contato com familiares e advogados, sofreram abuso emocional através de xingamentos: “eles chamaram nós de imundas, de porcas, que eles não estavam nem aí pra gente, que eles queriam que a gente morresse, mesmo[sic]”⁶. Além dos relatos acerca da intervenção, as internas também relataram serem ameaçadas 24 horas por dia com violência física, sexual e psicológica. A violência cometida contra as mulheres custodiadas – que vai além do episódio da entrada das intervenções penitenciárias – segue se desdobrando no CRF.

De acordo com Ribeiro, Athias e Pinto (2022), as práticas de violência emergem em um contexto em que as camadas que diferenciam criadores de políticas públicas e as custodiadas possuem um abismo entre si.

Eis que surge, então, uma problemática: A implementação ou execução de políticas públicas provém de escolhas que envolvem camadas sociais diferentes. Referidas escolhas dependem de recursos disponíveis que acabam privilegiando alguns direitos em detrimento de outros, pois os recursos são finitos. Portanto, as escolhas significam o conteúdo ético das decisões políticas, que, por vezes, podem ser insatisfatórias, pois algum dos direitos não será atendido. Ademais, pelo fato de os direitos sociais reclamarem ao poder político uma demanda de recursos, a escolha política acaba sofrendo pressões ideológicas (Ribeiro; Athias; Pinto, 2022, p. 228).

Partindo disso, as dificuldades encontradas pelas mulheres dentro do CRF não definem o espaço como uma experiência de purgatório de forma arbitrária, mas levam em consideração o fato de que

importância para o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que antes do contato com nossas interlocutoras, é importante que tenhamos acesso a dados como número de custodiadas.

⁶ https://www.youtube.com/watch?v=jc-_64w_1_4&t=104s

o sistema de justiça criminal no estado do Pará, no que tange às mulheres, replica um modelo seletivo presente desde a origem das prisões, mantendo como alvo o mesmo grupo social: mulheres negras, economicamente desfavorecidas e com um baixo grau de escolaridade (Ribeiro; Athias; Pinto, 2022, p. 30).

A citação acima destaca que o encarceramento no Pará tem focado um grupo específico de mulheres que já foram negligenciadas por políticas públicas antes de serem privadas de liberdade. Tal negligenciamento se embasa na negação do reconhecimento de tais pessoas como humanas e dignas de ter sua humanidade preservada. No entanto, para que isso ocorra, seria necessário que o estado tomasse conhecimento das questões que interpelam sua vida através da ação de ouvir ativamente o que têm a dizer tanto sobre a vida fora dos muros da prisão quanto àquela vivida pelas mulheres privadas de liberdade (Ribeiro; Athias; Pinto, 2022).

Não obstante o encarceramento como fato, determinados grupos de custodiadas – que cometeram infrações ligadas à violência familiar – precisam ser separadas das demais mulheres, pois seus delitos não são aceitos pela população carcerária; essas mulheres são direcionadas a um espaço físico denominado “seguro”, um anexo que acolhe mulheres denominadas de “brindes”, uma vez que na convivência com as demais custodiadas, podem sofrer maus tratos e mesmo serem assassinadas (Pessoa; Barp; Nummer, 2015, p. 264).

O que desvela uma hierarquização produzida dentro do cárcere pelas próprias mulheres que ali são internas, em seu pequeno universo social. Se as próprias apenas fazem uso do mesmo mecanismo de exclusão/extinção que a sociedade lança sobre elas, ao afastá-las da sociedade, há “prisões” dentro das prisões.

3.1 Os presídios e a materialidade dos corpos que os habitam

Para a discussão acerca do gênero feminino nas prisões, é necessário destacar que as diferenças entre homens e mulheres são marcadas e formadas por práticas discursivas, tomando o sexo de nascimento (que diferencia quem será encaminhado para uma instituição de privação de liberdade feminina ou masculina) como normativo (Butler, 2018). Em outros termos, o sexo pode ser subdividido em dois pontos: (i) norma regulatória do sexo e (ii) a prática regulatória do poder produtivo que se detém a demarcar, circular e diferenciar os corpos que controla.

Sem desconsiderar os avanços alçados por teóricas feministas no passado e na contemporaneidade, para o presente trabalho mostra-se necessária uma visada que abarque a materialidade dos corpos; o que não quer dizer que discutir questões relacionadas às violências sofridas pelas mulheres e suas formas de resistência seja necessário discutir para o debate acerca do encarceramento feminino. Mas, ao tomar conhecimento de que a maioria de mulheres encarceradas no país são apenadas por tráfico de drogas e foram direcionadas a isso por companheiros (INFOPEN, 2018), a constituição da materialidade de gênero e sexo se mostra importante para a pesquisa.

Não tomar o sujeito das mulheres como estável é o ponto de partida, isso porque, para que os feminismos se encontrem como espaços de ação de múltiplas políticas representacionais, é necessário que sejam mobilizados olhares que considerem a raça, a classe, a orientação sexual e a origem das mulheres.

Ao tratar de “mulheres”, é importante destacar que o questionamento da visada biologicamente centrada não se foca apenas no sexo, mas também no gênero, uma vez que o segundo emerge da materialidade do corpo biológico como destino culturalmente construído, no entanto, de acordo com Butler (2018), o sexo também é derivado de tal construção.

Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura (Butler, 2018, p. 27, grifo da autora).

Tal caminho reflexivo questiona o fato de nascer “fêmea” se desdobrar em tornar-se mulher, em contrapartida ao clássico de Beauvoir (1962), uma vez que a construção social do gênero, através da reiteração, implicaria numa incapacidade de agência diante do domínio imaginável do gênero e a dicotomia entre *sujeito* (masculino e que historicamente detém o poder construtivo) e um *objeto* imaginário que, para melhor compreensão, Butler (2018; 2020) subdivide em duas categorias: (1) a *performatividade de gênero*, que diz respeito à marca do “ser feminino” e as imposições sociais sobre comportamento, vestimenta e sua “existência [que] já está previamente *decidida pelo gênero*” (Butler, 2020 p. 09, grifo nosso); e (2) a *performance*, que se conecta a ações semelhantes às performances artísticas, mas em relação ao gênero se conectaria com o ato de desvencilhar-se das imposições da performatividade.

A *performatividade* está ligada às restrições normativas de produção e regulação que estabilizam tanto os efeitos do gênero como a materialidade do sexo.

Dada essa compreensão da construção como restrição constitutiva, seria ainda possível levantar a questão crítica de como tais restrições não só produzem o domínio de corpos inteligíveis, mas também produzem um domínio de corpos impensáveis, abjetos, inabitáveis (Butler, 2020, p. 12).

Nessa querela, ao tratar de “cadeia de mulher”, tratamos de um espaço destinado àquelas que se desvincularam do padrão constituído pela *performatividade de gênero* e foram situadas em uma dupla condição de vulnerabilidade: em desacordo com a lei e a inteligibilidade cultural do gênero impostos àquelas que nascem enquadradas na categoria “feminino”, a partir da constituição dos sujeitos.

Se os feminismos contemporâneos buscam a justiça de gênero a partir de uma luta emancipatória - que intercala questões de raça, gênero, possibilidades oferecidas e negadas -, o lugar das mulheres encarceradas se destacaria nesta agenda.

A partir do lugar imputado às mulheres, a múltipla (pois interseccional) condição de precariedade de mulheres encarceradas nos instiga a indagar: com se interseccionam as normas regulatórias - tomadas aqui como o processo de construção de sentidos dentro do cárcere e aqueles que são impostos pela instituição - e a abjeção, compreendida como uma balança social específica do interior do presídio?

Ao direcionar o olhar para o encarceramento feminino, constatamos que

O aprisionamento de mulheres é um fenômeno que tem aumentado significativamente no Brasil nas últimas décadas, trazendo impacto para as políticas de segurança, administração penitenciária, assim como para as políticas específicas de desigualdade de gênero (Bankok, 2016, p. 11).

Diante do aumento do encarceramento feminino, a historiografia das instituições prisionais direcionadas às mulheres demonstra a forma como a questão vem sendo manejada no país. O aumento de 567% da população carcerária feminina nos últimos 15 anos no país (INFOPEN, 2019) desvela o tráfico como maior porta de entrada das mulheres nos presídios não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, demonstrando que a pobreza imposta pelo processo de colonização vem desdobrando-se de diversas formas nesses países e a colonialidade, no sentido da imposição de hierarquias dicotômicas, se desdobra nas interações entre mulheres e com a própria direção do presídio. Com o contexto político enfrentado na

década de 1970, poucas opções foram oferecidas às mulheres como fonte de renda, resultando em uma entrada no mercado de trabalho em condições precárias.

No Brasil, a regulamentação das instituições carcerárias femininas foi demasiadamente posterior às masculinas: a primeira diretriz legislativa para que mulheres fossem separadas de homens dentro do sistema brasileiro data de 1942 (Artur, 2011); dessa forma, “as mulheres cumprem pena em estabelecimento especial, ou, à falta, em secção adequada de penitenciária ou prisão comum”, como consta no § 2º do Artigo 29º. Em sua gênese, os presídios femininos brasileiros – em sua maioria – eram dirigidos por freiras da congregação Bom Pastor d’ Angers, em meados dos anos em que foram implementados no Brasil. O direcionamento dado às *internas* era o reposicionamento nas normas vigentes à época: costurar, cozinhar, ser uma boa dona de casa/mãe, com embasamento no discurso religioso da *penitência*, palavra que etimologicamente remete à penitenciária.

O século XVIII e o século XIX (Artur, 2011) passaram por modificações no que tange ao direcionamento das ações para apenas nos presídios; XIX teve seu final marcado pelas reformas penais, passando das execuções públicas – como Foucault (2011) cita *Gazette d’Amsterdam*, 01/04/1757) sobre o crime de parricídio. Na mesma obra, o autor explica que três décadas após o suplício relatado a economia do castigo é reorganizada, substituindo o mesmo pelo regime de privação e utilização do tempo, através de

Punições menos físicas, uma certa discrição na arte de fazer sofrer, um arranjo de sofrimento mais sutil, mais velado e despojados de ostentação, sendo apenas o efeito sem dúvida de novos arranjos com maior profundidade? (Foucault, 2011, p. 13).

O suplício público e que tem o espetáculo como composição da cena, é sucedido pela privação da liberdade e por dispositivos que não mais atuam exclusivamente sobre o corpo físico, mas ainda de modo a docilizá-lo, uma vez que é “dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (ibidem, p. 132).

A docilização, no entanto, não diz respeito apenas a prisões, escolas e hospitais, mas ao próprio processo de subjetivação (Foucault, 1992), uma vez que a própria construção da subjetividade de pessoas internas é atravessada pela estratégia do panóptico, quando a vigilância é imposta arquitetonicamente, mas também é introjetada nos internos, que passam a acreditar ser mais útil estarem sempre “docilizados” - por se sentirem sempre vigiados - e também passam a vigiar-se entre si. Ao tratar da condição das mulheres, ambos vieses de subjetivação podem ser identificados, mas fica em suspenso para a observação da pesquisa se a economia do castigo realmente não está mais direcionada à violência corporal. A prisão,

nesse sentido, é um sistema de poder, uma tecnologia de poder que cria, restringe e condições de possibilidades para ação. Através disso, a prisão produz sujeitos e subjetividades.

Ao direcionarmos o olhar para as prisões femininas, a partir da literatura produzida sobre o tema, podemos perceber que a resposta à indagação anterior é: não. Na entrada da FTIP, por exemplo, o castigo utilizado foi o corporal e o que denominamos aqui como castigo subjetivo: que visa desconstruir a subjetividade da mulher “a não ser” (aquela que cometeu uma infração e se deslocou do local social imposto a ela), para construir uma mulher mais passiva e dócil diante das violências sociais, uma vez que caso se revolte ali mesmo, será mais castigada e conhecerá o local denominado “castigo”, um espaço que, pelos relatos colhidos para esta pesquisa, é um quadrado pequeno, com bichos como ratos e baratas, onde as mulheres que se deslocam da categoria “interna obediente” são deixadas e torturadas.

A seguir, vamos apresentar mais profundamente as formas como mulheres são tratadas nos presídios femininos do Brasil, e como percebem sua estadia nos mesmos como uma temporada no círculo do inferno, ou no purgatório.

3.2 Revisão de literatura sobre encarceramento feminino

O encarceramento de mulheres tem sido amplamente discutido desde meados de 1990; no entanto, de acordo com Angela Artur (2011) com enfoque maior nas áreas da saúde e do direito. Sendo que na primeira, encontramos trabalhos que analisam o perfil das mulheres encarceradas a partir da visada da bioética (Plácido, 2012; Moraes, 2015; Lopes, 2020), ou acerca de distúrbios de saúde entre a população carcerária; e, no segundo, temas que giram em torno da assistência jurídica e violação de direitos humanos (Silva, 2020). No entanto, ao desenvolver a revisão de literatura acerca do tema, constatamos que os dez anos entre o desenvolvimento da pesquisa da autora e o momento em que a presente tese é escrita, os olhares sobre o encarceramento feminino multiplicaram-se, passando a abarcar muitas outras áreas.

Durante esse período temporal, as pesquisas acerca do encarceramento feminino passaram a investigar as relações entre a entrada das mulheres no mercado de trabalho e o consequente ingresso no mundo do crime – dadas as dificuldades implicadas na modificação da chefia dos lares brasileiros (Andrade, 2017), demonstrando que a pobreza e a precariedade do mercado de trabalho são dispositivos que acabam por direcionar as mulheres para a criminalidade – o que é reforçado a partir da leitura de pesquisas que apreendem o nível de

estudos alcançados pelas mulheres e os próprios motivos que as iniciaram no crime. Mulheres essas que seguem sendo atravessadas por dispositivos utilizados para *penitenciar* suas experiências dentro das instituições (Veras, 2020) e reflexões sobre o espaço físico dos presídios femininos (Viana, 2015) em suas características socioespaciais a partir das próprias mulheres encarceradas (Alves, 2017); mas, em sua maioria, os trabalhos encontrados debruçam-se sobre as dificuldades enfrentadas pelas sujeitas, definindo a experiência como *uma estação no círculo do inferno* (Norek, 2020), ou o local onde as filhas choram e ninguém vê (Medeiros, 2020), espelhos que refletem as distâncias abissais entre quem vê o mundo de dentro do sistema prisional e aquelas que veem de fora (Carvalho, 2017), conformando corpos a partir de “restos de humanidade”, identidades submergidas reiteradamente por instrumentos de controle que atravessam o processo de subjetivação (Rodrigues, 2013; Sousa, 2019; Nunes, 2020) e reforçando que, para as mulheres, o presídio é uma fronteira que separa o mundo fora e o mundo dentro.

Ainda é composto por investigações mais direcionadas por olhares para o campo das políticas públicas e estruturas de dominação, que buscaram compreender toda a dinâmica dos sistemas prisionais femininos (Santos, 2018), as manifestações de violência interseccional (Santín, 2019), as diferentes formas de vivenciar o cárcere (Rocha, 2020) e a formação de agentes carcerárias com foco em questões concernentes ao gênero (Machado, 2015), assim como as formas de acesso à justiça e os entraves encontrados para repensar políticas públicas no ambiente carcerário (Alves, 2020).

As pesquisas, no entanto, enfocam exclusivamente nos problemas que atravessam a vida das mulheres, revelando as especificidades das relações afetivo-sexuais tanto hétero quanto homoafetivas sustentadas pelas internas. Uma vez que recorrentemente as mulheres são abandonadas por suas famílias e companheiros ao adentrarem os presídios, elas passam a estabelecer laços com suas companheiras de convivência (Figueiredo, 2019; Paixão, 2017), o que demarca os aspectos psicossociais implicados no encarceramento (Maksoud, 2017). Os históricos familiares de mulheres encarceradas, em vias de identificar de que forma as estruturas sociais atravessam suas possibilidades (Ormeño, 2013), de acordo com a orientação teórico-metodológica tomada na presente pesquisa, busca reforçar que podem até atravessar, mas não determinar, o que dialoga com uma forma específica para compreender a criminalização das mulheres e o encarceramento feminino a partir de uma visada mais crítica, fornecida pelos feminismos (Netto, 2015).

No que concerne à interface com a comunicação, foram encontrados dois trabalhos. Um deles situa-se em um programa de Pós-Graduação em Comunicação, o PPGCom UFPA,

e tem como objetivo analisar as interações de mulheres em regime de prisão domiciliar com suas famílias após a transição de dentro do Centro de Reeducação Feminino para suas casas, desvelando as dificuldades e o preconceito enfrentado. Outro trabalho tem como foco um jornal desenvolvido por internas da penitenciária Talavera Bruce (Tavares, 2011), no Rio de Janeiro e, apesar de situado em um programa de Pós-Graduação em Educação, a dissertação enfoca uma materialidade comunicativa e a forma como um material comunicacional pode lançar luz aos sentidos construídos por mulheres em situação de privação de liberdade, suas práticas cotidianas, as relações que se estabelecem entre as mulheres, suas sensibilidades e subjetividades, assim como as dificuldades que enfrentam.

O papel da escrita, nesse contexto, é marcado pelo sentimento de liberdade para ocupar o tempo e burlar a solidão; além disso, o jornal é percebido pelas mulheres como um espaço de publicização de suas questões, podendo gerar polêmica e conflito, mas destacando que ao serem presas, as mulheres não deixam de serem humanas, com sentimentos, valores e esperanças. Produzir um jornal é trabalhar dentro do presídio, gerando remuneração que faz toda diferença, especialmente àquelas que a família não envia o jumbo⁷, ainda causa impacto no tempo designado para sua pena. Por fim, a circulação do jornal da penitenciária derruba o muro que afasta as mulheres da sociedade em liberdade (Tavares, 2011).

O abandono familiar de mulheres encarceradas (Santos, 2021) também se revela como um tema essencial para as pesquisas realizadas nos últimos anos, assim como – ainda no campo da saúde – a educação sobre infecções sexualmente transmissíveis. Embora ambos tomem como metodologia a revisão bibliográfica acerca do tema, entrevistas semiestruturadas se destacaram entre os trabalhos acessados no campo de pesquisas acerca do encarceramento feminino.

A análise da literatura disponível acerca das mulheres encarceradas também enfoca a educação acerca de ISTs (Carvalho; Guedes; Bezerra; Alves; Leal; Linhares, 2020), o projeto social Mulheres Mil (Velo, 2021), o quanto o tema é atravessado pela lei de drogas e a forma como as Regras de Bangkok contradizem o alto índice de encarceramento feminino (Souza; Zaganeli; Gonçalves, 2018), o que reflete diretamente na intranscendência da pena de muitas mulheres privadas de liberdade (Feio, 2019) que possuem um perfil muito específico, marcado pelo lugar de onde vieram, seus tons de pele, suas classes sociais e o trajeto disposto como possibilidades e impossibilidades perante elas (Lopes, 2020).

Também é possível observar a recorrência de metodologias que lançam mão de

⁷ Complemento de alimentos, roupas, dinheiro e cigarro que ajudam na subsistência dentro do presídio.

entrevistas semiestruturadas e a solicitação de produção de cartas. Para focar questões como o trabalho pode ser uma metafórica válvula de escape dentro das instituições prisionais, embora não seja uma opção que abarque todas as mulheres, uma vez que o número de empregos tende a ser menor que aquele que representa as populações carcerárias (Souza; Costa; Lopes, 2019), as dificuldades enfrentadas quanto a saúde mental (Santos; Alves; Pereira; Rodrigues; Marchiori, 2017) e a reprodutiva (Marques, 2019), a dignidade violada quanto ao direito do aleitamento materno (Guimarães; Guedes; Lima; Moraes; Javorski; Linhares, 2018) e os conhecimentos sobre desenvolvimento infantil (Oliveira, 2017), direcionando para a história oral as vivências de maternidade no cárcere (Spilona, 2016) a tangencial construção de identidades e sexualidades no contexto do gênero feminino (Moraes, 2017), assim como a solidariedade (Cardoso; Costa; Pedroso, 2020), e a soma da educação e da saúde (Teixeira, 2017), refletidas na autoavaliação das mulheres quanto aos temas e as experiências discriminatórias vivenciadas (Laurindo; Cruz; Leite; Aquino; Silva, 2021).

Assim como muitos costumes e a ordem moral vigente nas sociedades contemporâneas, as prisões, tal como conhecemos atualmente, têm como base as heranças trazidas pelo processo de colonização e, além disso, compartilham dos preceitos discursivos do colonialismo, refletindo lógicas de hierarquização entre sujeitos.

“A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial” (Quijano, 2005, p. 117), essa forma de poder tem como base a classificação das pessoas de acordo com sua raça. A produção da diferença de raça e que foi, de acordo com Quijano (2005), uma estratégia desenvolvida pelos colonizadores para a submissão dos sujeitos que seriam explorados (ao adentrar a prisão, sendo imediatamente colocadas como inferiores) e mesmo entre as próprias internas, esse tipo de hierarquização ocorre.

Os trabalhos encontrados na revisão bibliográfica não se distanciam desse olhar concernente ao Sujeito masculino Ocidental, apesar de serem – em massa – produzidos por mulheres, uma vez que encontramos majoritariamente trabalhos que enfocam as formas de submissão infligidas contra as mulheres. Sobre isso, existem duas formas de interpretação: na primeira, as estratégias metodológicas utilizadas pelas autoras lançaram mão de bibliografia ocidentalizada para compreender a realidade das mulheres, corroborando com os achados de Mohanty (1988) sobre a construção do monólito “mulheres de terceiro mundo”, o que, no contexto do cárcere e da investigação da autora, reforça o fato destas serem vistas sempre

como inferiores; e na segunda, a forma de tratamento das mulheres é tão atravessada pelo colonialismo que não se trata apenas de um ponto de vista, mas sua realidade sendo construída através da hierarquia dicotômica.

O olhar para o estado da arte, nessa esteira, desvela pouco cuidado com questões relativas às resistências das mulheres e a própria discussão de gênero em sua complexidade, considerando o Brasil como um país que compartilha dos ideais colonialistas. Apesar disso, o forte direcionamento metodológico para cartas e entrevistas semiestruturadas demonstra o deslocamento das mulheres encarceradas do lugar de passividade muda (Spivak, 2010) para vozes que se fazem ouvir e ecoam em diversas pesquisas buscando, apesar das orientações epistemológicas, deslocar-se dos olhos do ocidente (Mohanty, 2017).

Se o “eu” encarcerado é sistematicamente mortificado (Goffman, 1961), a imposição e reificação da diferenciação do gênero se reflete na privação de liberdade, pois com a prioridade de criação dos presídios masculinos, as especificidades das mulheres são marginalizadas perante o sistema, reforçando a mortificação goffmaniana no apagamento de suas particularidades.

Apesar da criação recente das instituições prisionais direcionadas às mulheres, documentos como o das Regras de Bangkok (2016) reforçam a existência de uma realidade que continua sendo negligenciada em suas especificidades e a necessidade de olhares que se sensibilizem com o histórico de violência familiar, a maternidade – recorrentemente abordada nas pesquisas acima citadas –, a nacionalidade estrangeira, as dificuldades financeiras e o uso de drogas, problemas que se desenham, pois o olhar mobilizado toma a “ótica masculina como regra para o contexto prisional” (Bankok, 2016, p. 11), pormenorizando questões que são imprescindíveis à realidade prisional feminina, como as identidades de gênero, raça, etnia, orientação sexual, nacionalidade e as questões relativas à gestação e maternidade, o que nos leva a considerar que “mulheres presas são um dos grupos vulneráveis com necessidades e exigências específicas” (ibid. p. 16).

Diante do que foi exposto acima, ao propor analisar as normas de gênero, ou seja, se ou de que forma a performatividade vem sendo mobilizada na construção das reeducandas no CRF, mostra-se produtivo para o campo feminista de gênero; já os sistemas interseccionais de desigualdades abordados no capítulo a seguir, nos servirão como uma lente para observar se o racismo, a classe e pequenos privilégios, como trabalhar no interior da instituição, se desdobram nos relatos das mulheres; por fim, a abjeção tem como foco a compreensão mais aprofundada da frase que ouvi do policial penal, a saber, “aqui ninguém tem nome, aqui todo

“mundo é detenta”, que demonstrou cruelmente a possibilidade da negação da humanidade das mulheres que habitam o espaço.

4. LENTES TEÓRICAS PARA OLHAR E VER O CÁRCERE FEMININO

A partir da abordagem acerca da construção da materialidade dos corpos (Butler, 2018; 2020), faz-se necessário destacar como essa própria materialidade, que já é uma ação de diferenciação, pode ser atravessada por outras formas de diferenciação, formas sistêmicas de desigualdade que têm como base a própria estrutura desigual sobre a qual a sociedade foi construída. Tomando isso como ponto de partida, os sistemas interseccionais de desigualdades nos oferecem a possibilidade de apreender a forma como interferem na vida das pessoas. No entanto, para a compreensão e o desenho metodológico dos sistemas interseccionais de desigualdades na presente tese, é necessário aprofundar-se no conceito de interseccionalidade.

4.1 Interseccionando opressões e resistências

Tal conceito, de acordo com Collins e Bilge (2021), não representa uma estrutura teórico metodológica pronta para ser mobilizada em qualquer contexto e projeto de pesquisa. Pelo contrário. De acordo com as autoras, a interseccionalidade é uma ferramenta ampla e plural que pode ser aplicada desde os investimentos em determinadas equipes de futebol, a crise global e o movimento de mulheres negras no Brasil - ou seja, é passível de aplicação em âmbitos plurais da vida social.

Pensar a interseccionalidade, segundo Andersen e Collins (2007), emerge da importância de gênero, raça, classe e outros dispositivos de igualdade como formas sistêmicas de desigualdade que estão entranhadas na estrutura social e atravessam a vida das pessoas de formas que apenas quem é concernido conhece. Tal estrutura não busca silenciar as individualidades em suas especificidades. Manejar a estrutura proposta pelas autoras tem como objetivo orientar para a forma como gênero, raça, classe, sexualidade e outras identidades trabalham como sistemas de poder, “sistemas que diferencialmente beneficiam e prejudicam grupos dependendo de sua localização social” (Andersen; Collins, 2007, p. 61, tradução nossa)⁸.

É importante ressaltar, ainda de acordo com as autoras, que as intersecções não operam atomizadas, mas em uma ordem multidimensional, complexa, não operando sozinha nos atravessamentos das vidas das pessoas. Para analisar a multiplicidade das interseccionalidades na vida das pessoas, seria importante optar por observar entre perspectivas institucionais ou

⁸ No original: “systems that differentially advantage and disadvantage groups depending on their social location”.

estruturais. As autoras propõem que as intersecções sejam observadas a partir de uma matriz de dominação, que assim poderia abarcar questões como a etnicidade, a sexualidade, a idade, o capacitismo, a região e quantas formas de prejudicar a vida das pessoas emergirem. No entanto, é importante ressaltar que a interseccionalidade, como discutida na atualidade, não abarca apenas relações de dominação, podendo descortinar, além daquelas, as relações de resistência a partir dos marcadores sociais de desigualdades.

A raça enquanto sistema de subordinação possui um pano de fundo histórico que se baseia nos processos de colonização, uma vez que foi através deles que a cor da pele foi utilizada como ferramenta de desumanização para exploração daqueles não lidos como brancos (Hall, 2010). No entanto, desde sua emergência, a raça foi conectada à classe.

O sistema de subordinação racial tem sido historicamente uma das formas que a estrutura de classe foi criada: algumas propriedades acumuladas através da apropriação do trabalho de outras pessoas, mesmo quando grupos que forneciam o trabalho que produziu a propriedade para outros foram negados direitos básicos de cidadania, assim como o direito ao voto, o direito ao casamento, o direito de ter sua propriedade e o direito de ser considerado U.S. cidadão (Andersen; Collins, p. 62, tradução nossa).⁹

A política de segregação utilizada nos países colonizados pelos anglicanos não se desdobra naqueles que a Espanha colonizou; nos últimos, a dominação racista foi desenvolvida através da atuação na construção subjetiva dos sujeitos, para que esses pudessem absorver a suposta hierarquia dominada pelos brancos-colonizadores. No entanto, os processos históricos, sejam eles em qual local emergem, se desdobraram no encarceramento massivo da população negra. O que se agrava quando enfocamos a forma como o racismo se intersecciona com o gênero. Neste ponto, o encarceramento feminino, que como dito anteriormente só aumenta, se mostra como uma questão não passiva de apagamento, quando o objetivo das pesquisas nas humanidades opta por lançar lentes interseccionais sobre a sociedade, especialmente no que tange à Região Metropolitana de Belém (Câmara, 2017).

O colonialismo que embasa a construção do racismo para dominação e exploração das pessoas foi o mesmo que possibilitou a colonização da Guiana Francesa e sua transformação em um complexo de presídios que conteve em torno de 90 mil pessoas encarceradas.

⁹ a system of racial subordination has historically been one of the ways that class structure was created: some accumulated property through the appropriation of other people's labor, even while groups who provided the labor that produced property for others were denied basic rights of citizenship, such as the right to vote, the right to marry, the right to own property, and the right to be considered a U.S. citizen.

O sistema escravocrata nas colônias francesas foi abolido em 1794, mas foi reestabelecido em 1802, e somente foi abolido de forma definitiva em 1848. Menos de 10 anos depois, em 1854, foi instaurado o código penal francês, no qual diversos presídios famosos foram construídos na Guiana (Ferreira; Freitas, s/p, s/a).

As prisões na Guiana só foram desativadas em 1946, mas fica o questionamento se seria possível transformar todo um território situado entre os colonizadores em uma colônia prisional. Dessa forma, as lógicas carcerárias também podem ser compreendidas como matriz para o processo colonial, de modo que as colônias foram espaço de aprisionamento dos corpos físicos e subjetivos, enquanto os colonizadores foram os carcereiros.

Os processos históricos construíram a base moral da sociedade, mas isso não significa que já estão fixamente estabelecidos – as discussões acerca da própria interseccionalidade, reivindicação do direito à fala e a luta pelo desencarceramento são exemplos disso. A divisão social imputada pelo colonialismo se perpetua na injustiça social - termo importantíssimo para o pensamento e a práxis interseccional.

A interseccionalidade reconhece que a percepção de pertencimento a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito, mas, como somos simultaneamente membros de muitos grupos, nossas identidades complexas podem moldar as maneiras específicas como vivenciamos esses preconceitos (Collins; Bilge, 2020, p. 29).

Tomando a pluralidade de atravessamentos que convergem sob a lente interseccional, temos uma gama de dispositivos de desigualdade social, como estatuto de cidadania, gênero, raça, etnia, renda e riqueza, questões que atravessam diretamente os caminhos que levam mulheres e homens negros e de diversas etnias às instituições carcerárias, reforçando a importância da reflexão e prática acerca da má distribuição da riqueza, uma vez que “a diferença de riqueza é não apenas racializada, mas também, e simultaneamente, de gênero” (Collins; Bilge, 2000, p. 34).

A falta de justiça social, embasada nas relações de poder - que por si só, são interseccionais - imprime a relacionalidade como central para a compreensão da interseccionalidade.

O conceito de interseccionalidade não é compreendido por Collins e Bilge (2020) como uma estrutura que pode ser aplicada a qualquer projeto sem reflexão anterior, uma vez que assume várias formas. Mas, para que a investigação crítica e prática seja executada, é

necessário que se tome ciência de sua origem – isso porque, ao fazer o contrário, o trabalho acaba por se inserir naqueles que investigam raça, gênero, classe, sexualidade e etnia como categorias especificamente atomizadas e relações engendradas ou naturalizadas no modo que Butler (2016) já explicou sobre a emergência da suposta naturalidade.

Data de 1990 o início do uso do termo dentro e fora dos estudos acadêmicos. Em seu início, a investigação interseccional possuía a criticidade como uma das categorias de sua composição, e desde o momento já desafiava teorias, metodologias, epistemologias e pedagogias canônicas que tinham como foco a desigualdade social. Partindo disso, ao mobilizar o conceito a partir do proposto por Collins e Bilge (2020) é reforçada a necessidade de analisar os atravessamentos das opressões com o comprometimento do enfrentamento das mesmas tanto dentro quanto fora do campo acadêmico, que é onde a pesquisa se insere.

No que tange às mulheres encarceradas, trabalhar a interseccionalidade como práxis críticas favorece que o olhar, a partir da perspectiva, torne-se mais largo de observação, possibilitando que o olhar seja mais acurado que recorrentemente, como identificado na revisão de literatura, que sequer lança mão das lentes de gênero, raça, classe para apreender as especificidades das vivências de mulheres encarceradas.

Como destacado pelas autoras, a interseccionalidade pode ser mobilizada para a investigação de diversos fenômenos sociais (Collins; Bilge, 2020), desde que considere a sinergia entre investigação e prática e, dentro de tal movimento, a justiça social é indispensável.

Dill Bonnie (2010) destacou a dificuldade enfrentada pelos estudos interseccionais para sua aceitação acadêmica e desenvolveu um trabalho de entrevistas com pesquisadoras e pesquisadores que vivenciaram a luta de utilizar o conceito dentro da academia, buscando compreender tais barreiras.

O que depreendo dessas entrevistas é que o trabalho “nas intersecções” é uma estratégia analítica, uma abordagem para entender a vida e o comportamento humano enraizados nas experiências e lutas de pessoas privadas de direitos. É também uma importante ferramenta que liga a teoria à prática e pode auxiliar o empoderamento de comunidades e indivíduos (Dill, 2010, p. 82).

Tratar a interseccionalidade também é sobre compreender a relacionalidade entre as identidades sociais que constituem os sujeitos. Para isso, “a proposta de Crenshaw nos instrumentaliza neste campo de justiça mediadas” (Akotirene, 2019, p. 113). Para o

desenvolvimento da metodologia, Fernanda Carrera (2020) lança mão da roleta interseccional como quadro metodológico, que é mobilizado a partir da utilização de cores que delineiam os atravessamentos imputados pela pluralidade de identidades, a saber

Entende-se a constituição do sujeito subalternizado, atravessado por diversas avenidas de opressão, a partir da metáfora das cores. Ao tomar o azul, cor primária, como matéria do racismo, por exemplo, e atribuir ao amarelo o construto do sexismo, mulheres negras se constituem não como metade amarelo e metade azul, mas como a cor verde. Se as políticas antirracistas se baseiam nas experiências de homens negros e as teorias feministas se preocupam com as vivências das mulheres brancas, mulheres negras são um construto subjetivo apartado, que sofre a fusão dos dois domínios de opressão, mas não é contemplado por nenhum deles. A cor verde, portanto, é outro universo subjetivo, gerado a partir das duas cores, fundamentado e constituído por elas, mas que reluz distinto, singularizado. Ao pensar na ampla gama de cores para cada cruzamento de eixos de opressão, é possível entender a complexidade da formação dos sujeitos subalternizados: embora constituídos pela combinação de duas ou mais “cores de opressão”, estes sujeitos formam uma cor particular, com demandas únicas e experiências singulares (Carrera, 2020, p. 11).

De acordo com Stephanie Shields (2008), a interseccionalidade é uma das maiores contribuições da teoria feminista na contemporaneidade, “no nível da teoria, [a] interseccionalidade transformou como o gênero é discutido” (Shields, 2008, p. 301)¹⁰.

No início dos anos 1970, que os feminismos brancos acadêmicos definiram como “segunda onda”, uma questão surgiu entre esses movimentos: “o que as mulheres experienciam?” - não lembrando, mas aqui destaco: de que mulheres estavam falando?

O desenvolvimento teórico e o trabalho analítico da interseccionalidade se desenvolve fora desse grupo de mulheres brancas, com educação superior e de classe média. Portanto, a interseccionalidade se desenha entre as mulheres negras para desestabilizar a hierarquia de fala desenvolvida por e para mulheres brancas. Partindo desse ponto, o conceito passa a propor a reflexão acerca do reconhecimento da interseção entre várias identidades sociais, em especial gênero e raça (Shields, 2008).

Essas críticas específicas são vozes fortes em uma ampla preocupação de que [o] feminismo acadêmico deveria reconhecer mais explicitamente as formas nas quais posições sociais e adesão a grupos sobrepõem e mudam a experiência da identidade social (Shields, 2008, p. 303).¹¹

¹⁰ No original: at the level of theory, intersectionality has transformed how gender is discussed.

¹¹ No original: These specific critiques were strong voices in a widely expressed concern that feminist scholarship should more explicitly acknowledge the ways in which social positions and group membership overlap and change the experience of social identity.

O fato de mais de 50% das mulheres encarceradas no Brasil serem negras - o que se constitui pelo grupo de pessoas pardas e pretas, reforça a perspectiva da autora. Afinal, como investigar a experiência e as questões que afligem mulheres encarceradas observando apenas a categoria do gênero? Quais particularidades de relações de poder estaríamos silenciando ao realizar esse movimento? A práxis crítica de Collins e Bilge (2020) estaria relegada a qual lugar? E, por fim, quais identidades sociais seriam negligenciadas por tal movimento?

Para lidar com isso, Shields (2008) defende o olhar que percebe as camadas de opressões implicadas. Nessa esteira, Leslie McCall (2019) defende que para compreender a complexidade da interseccionalidade para além da fala universalizante dos feminismos, faz-se necessário direcionar o olhar para as multidimensionalidades da formação dos sujeitos e relações sociais, por esse motivo a metodologia interseccional, tomada como relação, se mostra indispensável para analisar o cotidiano das mulheres internas e mesmo as que são egressas do Centro de Reeducação Feminino, isso porque as relações humanas implicam as identidades sociais, de modo a moldá-las (Shields, 2008); partindo disso, mostra-se necessária a apreensão das interações entre os conceitos centrais do presente trabalho.

Existe uma diferença, ainda segundo a autora, entre a localização das pessoas no contexto social e desenvolver uma forma de aplicar a pesquisa. Diante disso, a autora questiona: “como o próprio processo de pesquisa é transformado pela adoção da perspectiva interseccional?” (Shields, 2008, p. 301, tradução nossa)¹². A autora destaca ainda a importância de categorias que vão além do que a academia compreende como identidade, mas questões relacionadas à autoestima, a autoimagem e a autorreflexão, ou seja, os sentidos que constituem o *self*. Na mesma linha de reflexão, a autora destaca o fator de mútua constituição que atravessa as relações sociais, tomando o gênero como uma categoria específica que já foi explorada anteriormente no presente trabalho. No entanto, Shields (2008) ainda destaca que categorias como o gênero ou a identidade são construídas a partir da troca mútua e seguem em relação.

De acordo com Olena Hankivsky (2022), a interseccionalidade tem como base algumas chaves de apreensão, que dizem respeito a: (i) não utilização de categorias únicas para compreensão; (ii) tanto as categorias, quanto as estruturas não podem ser premeditadas, mas descobertas ao longo da pesquisa empírica; (iii) as dinâmicas e os processos de poder estão interconectados, quando versamos, por exemplo, sobre o racismo, o sexismo e o classismo,

¹² No original: How is the research process itself transformed by adoption of an intersectionality perspective? (Shields, 2008, p. 301)

entre outras, como a heterossexualidade compulsória e o capacitismo; (iv) o privilégio e a opressão não apagam um ao outro, podem ser experienciados de maneira simultânea; (v) “a interseccionalidade é explicitamente orientada para a transformação, construção de coalizões entre grupos diferentes e trabalhar no caminho da justiça social” (Hankivsky, 2022, p. 03).

Apesar da divergência quanto ao desenvolvimento do conceito de interseccionalidade, Collins (2020) explica que antes de Crenshaw (2022) tê-lo mobilizado dentro da academia, o ativismo de mulheres negras já lançava mão do mesmo há algum tempo, como podemos lembrar no próprio discurso de Sojourner Truth, que em 1852 já questionou “Eu não sou uma mulher?”

Das explicações de Crenshaw (2002) até a contemporaneidade, diversos grupos ativistas, sindicalistas coletivos em luta pela justiça social, passaram a corroborar com o movimento de tecer a conceituação da interseccionalidade. A partir da década de 1990, no entanto, no início de sua argumentação, a autora destaca que o conceito emerge a partir das lutas pelos direitos humanos das mulheres, uma vez que mesmo as discussões acerca dos direitos humanos tomavam os homens como seres universais, destacando a relevância de olhares direcionados aos direitos humanos das mulheres.

Embora a Declaração Universal garanta a aplicação dos direitos humanos sem distinção de gênero, no passado, os direitos das mulheres e as circunstâncias específicas em que essas sofrem abusos foram formulados como sendo diferentes da visão clássica de abuso de direitos humanos e, portanto, marginais dentro de um regime que aspirava a uma aplicação universal. Tal universalismo, entretanto, fundamentava-se firmemente nas experiências dos homens. Consequentemente, apesar da garantia formal, a proteção dos direitos humanos das mulheres foi comprometida à medida que suas experiências poderiam ser definidas como diferentes das dos homens. Assim, quando mulheres eram detidas, torturadas ou lhes eram negados outros direitos civis e políticos, de forma semelhante como acontecia com os homens, tais abusos eram obviamente percebidos como violações dos direitos humanos. Porém, quando mulheres, sob custódia, eram estupradas, espancadas no âmbito doméstico ou quando alguma tradição lhes negava acesso à tomada de decisões, suas diferenças em relação aos homens tornavam tais abusos periféricos em se tratando das garantias básicas dos direitos humanos (Crenshaw, 2002, p. 170).

No que tange à comparação da argumentação das autoras, é possível a percepção de que ambas tomam os movimentos sociais de mulheres negras como gênese do processo de tecer as teias de intersecção que atravessam a vida das mulheres. Diante disso, a conceituação dos sistemas interseccionais de desigualdades emerge neste trabalho como crucial para a compreensão das relações em que as mulheres encarceradas estão cotidianamente inseridas.

A seguir, apresentamos o que percebemos como o agravamento das relações de poder

que subsidiam os sistemas interseccionais de desigualdades: a abjeção.

4.2 Ex-pulsão do sujeito: Abjeção

A abordagem da abjeção, como citado anteriormente, se colocou a partir da fala de um carcereiro, que declarou ali dentro não existirem pessoas com nomes, mas detentas. Com base nisso, o interesse em compreender de que forma a balança do estatuto do sujeito é disposta nas relações dentro e fora do presídio, e entre mulheres e policiais penais e direção, além de entre as próprias mulheres. A abjeção emerge, dessa forma, como um conceito para a apreensão da existência ou da negação de humanidade dentro do presídio para compreensão acerca da forma como o estatuto do sujeito é distribuído entre as mulheres. Se suas particularidades devem ser apagadas, no movimento que apaga até seus nomes, que pessoas são essas que passam a viver dentro do presídio? O que lhes é permitido e o que é negado?

A abordagem ao conceito da abjeção, nesta tese ancorada na reflexão de Judith Butler (2019; 2020), torna-se uma tarefa árdua sem reconhecer que a própria trajetória da autora se subsidia na psicanálise de Julia Kristeva. Para isso, Kristeva, em *Powers of horror* (1982a), demarca que o abjeto não pode ser considerado sujeito nem objeto, estando afastado do “escopo do possível, do tolerável, do pensável. Está ali, bem próximo, mas não pode ser assimilado” (Kristeva, 1962, p. 2, tradução nossa)¹³. Não podendo ser compreendido como um objeto, a autora defende que aproximação do abjeto com este se estabelece em uma única característica em relação ao primeiro: “aquela de ser oposto do Eu”¹⁴ (Kristeva, 1982b, p. 126, tradução nossa). O objeto se conecta ao desejo enquanto o abjeto com o desprezo.

Um certo 'ego' que se ligou a seu mestre, um superego, o expulsou inequivocamente. Está fora, do todo parece não reconhecer as regras do jogo. Porém, deste exílio, o abjeto não cessa de desafiar seu mestre. Sem fazer sinal (para ele), provoca uma descarga, uma convulsão, um grito (Kristeva, 1982, p. 126, tradução nossa).¹⁵

De acordo com o exemplo acima, o *ego*, a partir da interação entre o *id* e o *superego*,

¹³ No original: The scope of the possible, the tolerable, the thinkable. It lies there, quite close, but it cannot be assimilated.

¹⁴ No original: that of being opposed to I.

¹⁵ No original: A certain 'ego' that has attached itself to its master, a superego, has expelled him unequivocally. It is outside of everything and does not seem to recognize the rules of the game. However, from this exile, the abject does not cease to challenge its master. Without making a signal (to him), it provokes a discharge, a convulsion, a scream.

está para o objeto como o *superego*, em sua injeção de gramáticas morais, está para o abjeto.

Outra forma de compreender o abjeto, a partir de Kristeva, diz respeito à escassez de limpeza. O abjeto não é representado pela pureza que se estabelece nas normas da modernidade, sendo banido de sua purificação – possivelmente pelo fato de que os países colonizadores experienciaram de maneira grave os efeitos da contrapartida à pureza, talvez por esse motivo seja possível identificar a pureza como um termo tão caro ao discurso da modernidade.

Aquilo que é construído como “sujo” representa a abjeção; um exemplo é o discurso racista sobre cabelos crespos trançados ou em *dreadlocks*, ou seja, aqueles ligados à cultura afrodescendente. O que é “sujo” – ou a própria interpretação de sujo – gera sentimentos atrelados à repulsa e náusea em vias de afastar a impureza. Espasmos musculares, como a ânsia de vômito, atuam no afastamento da repulsa.

Na mesma linha, um cadáver situa o sujeito frente à morte, esse sujeito não é abjeto, pois a abjeção elimina do estatuto do sujeito, uma vez que a própria diferenciação do não-ser abjeto define o sujeito. Ou seja, só é sujeito quando não é abjeto. Com a mesma reflexão, o sentimento diante do corpo, ou do cadáver, de acordo com a autora, indica “o que manter permanentemente à distância para viver” (Kristeva, 1982b, 127, tradução nossa)¹⁶. Ou seja, é necessário afastar-se do cadáver para que o sujeito seja reconhecido como vivo. O contato com o cadáver leva o sujeito até a fronteira que demarca seu lugar como ser em vida. A mesma lógica da reação diante do cadáver é manifesta no que diz respeito às mulheres e à pureza.

A impureza, historicamente, é dirigida a mulheres e a socialização feminina, discutida na sessão anterior, atuou no fomento a uma preocupação feminina em busca da pureza. Tal visada de Kristeva (1982) possibilita a percepção da falta de crítica interseccional na reflexão da autora, pois uma vez que se reconhece a conexão entre pureza e limpeza, nota-se que a Outra de tal equação é a mulher negra, situada como o oposto de castidade em que as mulheres brancas são situadas.

De volta à reflexão de Kristeva (1982), as mulheres (que já observamos tratar-se das brancas) preocupam-se com a vergonha – envergonhando-se mesmo de demonstrar que estão a sentir vergonha; o que tem como base o imaginário construído pela religião patriarcal - o cristianismo, que historicamente queimou, deslocou, e segue situando, as mulheres para as margens de seus ritos.

A base dessa preocupação com a vergonha – e sua interface com a abjeção – de acordo

¹⁶ No original: what I keep permanently at a distance in order to live.

com Mary Coldren (1999), vem da socialização para a religiosidade. Para livrar-se dessa preocupação, mulheres regularmente recorrem às ferramentas de “limpeza” criadas pelo cristianismo para a sociedade, como

confissão; muitas vezes [são] acometidas por distúrbios alimentares como anorexia ou bulimia, ou indevidamente vulneráveis aos apelos da indústria da moda, cosmética e higiene pessoal – para não falar dos fundamentalismos religiosos (Coldren, 1999, p. 10)¹⁷.

A partir desse discurso, o parto é, fisicamente, a expulsão do Jardim do Éden. O corpo da mãe, que também pode ser interpretado como Paraíso, encaminha quem nasce para o contato com o pecaminoso caminho da busca pelo conhecimento do bem e do mal. A expulsão, no ato de parir, marca um contato inicial de afastamento entre quem nasce (possível sujeito) e a mãe (objeto inicial).

Mas, dentre todos os conhecimentos possíveis, o esforço em busca da racionalização possibilitada pelo caminho do conhecimento, ou mesmo da negação da consciência da morte, emerge nas vias da negação e/ou do controle (Coldren, 1999).

Para entrar na cultura como seres humanos autônomos, devemos fornecer evidências claras de que realmente deixamos o Jardim do Paraíso – separados do corpo de nossa mãe - e que estamos no controle de nossos instintos básicos. Em outras palavras, repudiamos o abjeto. O abjeto está, portanto, banhado na condição de subjetividade na medida em que a subjetividade constitui o amálgama de pulsões, corporeidade e desejos. Mas o abjeto também é intolerável para o sujeito. *O abjeto nos lembra tanto de nossas origens quanto de nosso fim último: do pó vieste e ao pó voltarás* (Coldren, 1999, p. 11, tradução e destaque nosso)¹⁸.

As leis da pureza são algumas das ferramentas das religiões de cunho patriarcal; essas leis têm como objetivo atuar exatamente na separação inicial, encaminhar-se pelo controle dos instintos – o que nos demarca como seres racionais, afastados dos animais sem consciência – para que possamos ser constituídos como sujeitos.

¹⁷ No original: confession, often affected by eating disorders such as anorexia or bulimia, or unduly vulnerable to the entreaties of fashion, cosmetic and toiletry industries – not to mention religious fundamentalisms

¹⁸ No original: To enter culture as autonomous human beings, we must provide clear evidence that we have indeed left the Garden of Paradise - separated from our mother's body- and that we are in control of basic instincts. We have, in other words, repudiated the abject. The abject is, therefore, bath the condition of subjectivity insofar as subjectivity constitutes the amalgam of drives, corporeality, and desires. But the abject is also intolerable to the subject. The abject reminds us both of our origins, and also of our ultimate end: from dust thou came and into dust thou wilt return.

No cristianismo, a pureza é um termo que materializa a ação de afastamento da ideia contemporânea do medo ou nojo de germes e males que eles podem causar à saúde humana, mas que se baseiam, aquém da ideia do medo, em um padrão cultural, ou seja, a pureza é uma noção empreendida socialmente, aquilo que é concebido como puro, assim como seu oposto, são sentidos estabelecidos socialmente.

Uma ação que tem como objetivo distinguir “alguns fenômenos de outros fenômenos, alguns corpos de outros corpos, algumas castas de outras castas, ou algumas raças de outras raças.” (Coldren, 1999 p. 12, tradução nossa)¹⁹.

O sentido do termo pureza, no entanto, varia de acordo com as culturas, com os tempos históricos e as leis da pureza tendem a ser instrumentos de estratificação social e organização das sociedades que se baseiam em tal forma de organização que toma como esteio as diferenças hierárquicas.

Em outras palavras, o ritual precede a linguagem, ainda que, sitiadas, determinadas culturas produzam teologias, filosofias ou mesmo ciências médicas altamente desenvolvidas para legitimar suas estratégias de purificação (Coldren, 1999, p. 12, tradução nossa).

O olhar de Coldren (1999) acima destaca que as estratégias desenvolvidas para o alcance da purificação existem como sedimento para o estabelecimento de determinadas sociedades para que a existência de hierarquias seja percebida como aceitável.

Kristeva (1982), no entanto, destaca que a noção de puro ou impuro está profundamente entranhada na psique dos sujeitos. De acordo com Coldren, existem sentidos culturalmente estabelecidos que demarcam aquilo que é “definido como abjeto [...] nos lembra o corpo de nossas mães: sangue menstrual, muco etc.” (Coldren, 1999, p. 12, tradução nossa)²⁰. A abjeção é centralizada nas questões religiosas pois a religião busca orientar os desejos na resolução psíquica e instrumentaliza a abjeção para isso.

Os ritos de pureza têm suas origens nas primeiras lutas psíquicas para se livrar do que é considerado abjeto (lembranças da morte). Considera-se que tais lembretes impedem o desenvolvimento da subjetividade, (afinal, a consciência constante da morte seria intolerável). Mas tais ritos de pureza não são apenas para nossa saúde psíquica. Eles também têm efeitos políticos reais e geram formas particulares de ordem social

¹⁹ No original: a language differentiating some phenomena from other phenomena, some bodies from other bodies, some castes from other castes, or some races from other races

²⁰ No original: what is culturally defined as abject very often, but not exclusively, what reminds us of body of our mothers: menstrual blood, mucus etc.

(Coldren, 1999, p. 14, tradução nossa)²¹.

As mulheres não podem se livrar da abjeção enquanto tiverem filhos para criar, isso porque para que a criança-sujeito seja cuidada e sua subjetividade construída, é necessária a existência de um oposto para o cálculo sujeito x abjeto. Além disso, o sangue menstrual é percebido como uma materialidade de abjeção, utilizado para afastar mulheres de ritos religiosos, e o horror segue vigente acerca rituais que utilizam sangue menstrual na sociedade contemporânea.

Sendo configurada a partir da ordem simbólica, a abjeção atravessa os níveis individual e coletivo da vida social. No entanto, ao argumentar que a abjeção é uma questão universal, Rodrigues e Guman (2021) recaem no olhar violento que é replicado por parte do pensamento científico que negligencia as especificidades das localidades ao redor do globo.

As autoras acabam por reforçar o argumento que serviu de base para que uma parte da sociedade fosse explorada, sequestrada, vítima de chacinas e tivesse todas as suas resistências apagadas até a contemporaneidade, ou o momento em que essa tese é escrita. Mesmo que a abjeção possa “aparecer em toda sociedade ou civilização, ainda que em diferentes formas” (Rodrigues, Guman, 2021, p. 74), o próprio termo *civilização* traz um peso de animalização daqueles que estão afastados do eixo de produção de conhecimento; é possível compreender o argumento das autoras, mas de sua fala é excluído o fato de que a abjeção foi imposta a uma parte das sociedades, para que a exploração capitalista se fizesse garantida. Então, a abjeção pode até estar em várias sociedades, mas não é concernente à constituição de todas elas desde antes da colonização.

A abjeção, de acordo com Kristeva (1982), atua desde a primeira relação social estabelecida a partir do nascimento, aquela entre mãe e bebê. Para a autora, ao perceber-se como um corpo desconectado do corpo materno, o bebê experiencia a pulsão de expulsão do corpo materno, experienciando sentimentos como repulsa, medo e repugnância da mãe em vias de afastar-se dela, que deixa de ser vinculada ao senso de higienização, para que o bebê possa estabelecer sua subjetividade e identidade (Coldren, 1999; Riqz, 2013). A partir disso, é produzida uma defesa emocional à abjeção que se configura no afastamento – expulsão – da figura materna em vias da subjetivação para além da mãe.

²¹ No original: Rites of purity have their origins in early psychic struggles to cast off what is considered abject (reminders of death). Such reminders are considered to impede the development of subjectivity. (After all, constant consciousness of death would be intolerable.) But such rites of purity are not simply for our psychic health. They also have real political effects, and generate particular forms of social order.

Para a aproximação da abjeção a partir de Judith Butler, optamos por não a mobilizar na ordem temporal dos livros. Então, elegemos alteridade e inteligibilidade como centrais para a discussão das perspectivas teóricas da autora que corrobora com a pesquisa, isso porque vão costurando os sentidos que são construídos e que constroem a abjeção. É importante ressaltar que não são os únicos conceitos que Butler estuda, mas aqueles que se desvelam como indispensáveis para a realização da presente pesquisa, em especial por tratar-se de conceitos inerentes um ao outro na obra da autora.

A discussão butleriana acerca da alteridade atravessa tanto sua obra enfocada no gênero como aquela que tem como centralidade a filosofia política, especialmente porque a primeira não exclui a segunda e vice-versa.

De acordo com o pensamento da autora, aquilo que nos vincula eticamente ao reconhecimento da alteridade é a percepção do *outro* como aquele atravessado pela precariedade da vida. Para tanto, a percepção inicial não é inerente às relações humanas, mas ao notar que a vida em questão está sob ameaça, apreendemos a precariedade.

Para Butler (2011), a alteridade atravessa a compreensão de algumas pessoas como portadoras e outras como não-portadoras de humanidade e de “reconhecimento do vínculo ético-moral com o Outro ou de justificativa de sua eliminação” (Butler, 2011, p. 13). Tal perspectiva se conecta ao fato de sermos submetidos a discursos ou à provocação de determinadas condutas em relação a este, que pode haver demandado ou acusado falhas.

A estrutura do discurso é importante para a compreensão de como a autoridade moral é introduzida e sustentada se concordarmos com o fato de que o discurso está presente não apenas quando nos reportamos ao Outro, mas que, de alguma forma, passamos a existir no momento em que o discurso nos alcança, e que algo de nossa existência se prova precária quando esse discurso falha em nos convencer (Butler, 2011, p. 15).

No entanto, o vínculo moral entre nós e com quem interagimos é atravessado pela impossibilidade de bloqueá-lo, uma vez que as interações sociais são estabelecidas, mantidas e cotidianamente permeadas pelos vínculos morais.

Em outra obra, a autora explica que a identificação da precariedade da vida é recorrentemente utilizada para justificar o extermínio de determinadas vidas, atravessadas pela balança do estatuto do sujeito. Isso porque a vulnerabilidade do outro pode, de acordo com Butler (2015), despertar o desejo de eliminá-lo da convivência social, configurando-se como o contrário do viés que visualiza a precariedade para amenizá-la.

A condição de cidadania é assunto caro à política, e diz respeito a ser considerado como pertencente a uma nação; tal pertencimento é atravessado pelas fronteiras que delimitam as bordas como margens ocupadas por aqueles e aquelas que não compartilham o estatuto do sujeito, não são protegidos pelas nações e não possuem direitos políticos: são abjetos, apátridas, que podem ser identificados na fala da autora acerca dos prisioneiros de Guantánamo.

Esses prisioneiros não são considerados “prisioneiros” e não recebem nenhuma proteção de leis internacionais. Embora os Estados Unidos afirmem que seus métodos de aprisionamento são coerentes com a Convenção de Genebra, o país não se considera vinculado a esses acordos e não oferece nenhum dos direitos legais ali estipulados. Como resultado, os humanos aprisionados em Guantánamo não contam como humanos; eles não são sujeitos protegidos pela lei internacional. Eles não são sujeitos em qualquer sentido legal ou normativo (Butler, 2015, p. 14).

O posicionamento étnico dos prisioneiros, tomando como base as gramáticas morais que atravessam sua interpretação, atua na definição de – entre os prisioneiros – demarcar quem conta ou quem não conta como humano. Debate esse que conecta a alteridade à inteligibilidade.

Assim como a alteridade, a inteligibilidade é central para o pensamento de Judith Butler mobilizado na pesquisa. Uma vez que a alteridade marca a vinculação ética através do reconhecimento do rosto, a inteligibilidade é uma variável que atravessa essa ação de reconhecimento. Ou, em outros termos, demarca determinados corpos alijados da vida social como abjetos ou sem nenhum peso na balança social.

Especificamente sobre mulheres que estiveram encarceradas, podemos utilizar como exemplo o fato de que a consideração de seu rosto (sua precariedade) ser atravessada por sentidos negativos atrelados ao fato da mulher em questão já ter cometido um ato desviante do que a sociedade espera - um crime. Ao invés de buscar aplacar sua precariedade da vida (como fornecer acesso a formas de subsistência) para cultivar a vida, o crime cometido anteriormente – ainda que a pena já tenha sido cumprida – serve como base para que se negue o acesso ao mercado de trabalho, uma vez que o fato de ter estado sob a custódia do sistema carcerário marca a forma como as mulheres são lidas pela sociedade. Ou, em outras palavras, o fato de ter sido presa é o que atravessa sua inteligibilidade, ou a forma como a mulher, suas falas e ações são interpretadas pela sociedade.

Desde o foco na segmentação de gêneros e sexualidades, até o que foi produzido na contemporaneidade, o pensamento da autora se assenta nas críticas às axiologias que cartesianamente determinam a valoração ou desvalorização de determinados corpos (Butler,

2015; 2018).

A abjeção, de acordo com as reflexões da autora, se conecta ao estatuto do sujeito, pois indivíduos são situados às margens da sociedade tanto nas esferas públicas quanto privadas, eles reflexivamente não se enquadram ou são enquadrados nas normas de inteligibilidade que constroem os dispositivos de apreensão e construção daqueles sujeitos à margem e – que em si já representa a abjeção – de acordo com Douglas, (1966) se conecta com outros lugares que facilitam a compreensão da abjeção

Todas as margens são perigosas. Se as levamos para lá ou para cá alteramos o formato da experiência fundamental. Toda estrutura de ideias é vulnerável em suas margens. É esperado que os orifícios do corpo simbolizem seus pontos especialmente vulneráveis. A matéria que sai deles é a forma mais óbvia de algo marginal. Saliva, sangue, leite, urina, fezes ou lágrimas simplesmente serem emitidos para fora atravessam o limite do corpo. [...] O erro está em tratar as margens do corpo isoladamente de outras margens. Não há razão para presumir que a atitude do indivíduo com seu próprio corpo e com sua experiência emocional tenha primazia em relação à sua experiência cultural e social (Douglas, 1966, p. 122).

A conceituação da abjeção, de acordo com o pensamento de Butler (2015), é determinada pelas formas – fundadas na cultura – através das quais a interpretação de determinados indivíduos é situada na balança do estatuto do sujeito, selecionando meios de diferenciação da aplicação da violência “especialmente quando sugere que uma vida específica não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada viva” (Butler, 2015, p. 13).

A reflexão supracitada da autora, em diálogo com o recorte do conto de Clarice Lispector (1964) provoca a contemplação de sua própria autocrítica quanto a todos os tiros desferidos contra Mineirinho enquanto ela estava deitada em sua cama, pois Butler (2015) reforça que determinadas vidas não são percebidas como vidas e, dado tal enquadramento epistemológico, sequer são consideradas como aquelas que devem ser protegidas e poupadas. Do outro lado da balança social, habitam aquelas construídas como prejudiciais, perigosas, que sequer são percebidas como perdidas – ou dignas de serem enlutadas. Explicando que “as molduras pelas quais apreendemos ou, na verdade, não conseguimos apreender a vida dos outros como perdida ou lesada (suscetível de ser perdida ou lesada) estão politicamente saturadas” (Butler, 2015, p. 14).

As molduras às quais a autora se refere dizem respeito, nitidamente, à inteligibilidade. Isso porque ao fazer referência ao que é considerado ou excluído como “vida”, mobilizamos os

sentidos sociais que embasam a apreensão de uma vida.

A vida pode ser apreendida, ou negada, em diversas formas. Em todas elas, as gramáticas morais são mobilizadas diante do processo de inteligibilidade: a interpretação política que é utilizada para a apreensão do “ser”. A abjeção, sob essa perspectiva, conforma-se a um processo discursivo que é determinado pelas gramáticas morais, que também são construídas discursivamente e determinam a inteligibilidade. Se determinados corpos não se enquadram às normas de inteligibilidade, esses corpos não são aceitos, sendo alocados nas zonas da invisibilidade.

Butler (2002) descreve, ainda, que a discussão contemporânea acerca dos refugiados pode ser compreendida como um retrato da abjeção, uma vez que as vidas implicadas pela crise de refugiados não eram consideradas como vidas e, portanto, não foram interpretadas pela sociedade como perdidas, não gerando ampla comoção e enlutamento (Butler, 2015).

Assim, recebemos uma produção diferenciada, ou uma materialização diferenciada, do humano. E também recebemos, acho eu, uma produção do abjeto. Então, não é que o impensável, que aquilo que não pode ser vivido ou compreendido não tenha uma vida discursiva; ele certamente a tem. Mas ele vive dentro do discurso como a figura absolutamente não questionada, a figura indistinta e sem conteúdo de algo que ainda não se tornou real (Butler, 2002, p. 162).

Como os corpos são habitados pelo discurso, os discursos estão nos corpos, em sua corrente sanguínea, no oxigênio que circula em suas veias. Mas também é importante destacar que, apesar do estabelecimento da inteligibilidade que está em vigor neste momento histórico, através do discurso, que não é fixo, é possível seu questionamento, revisão e a própria construção de novas normas de inteligibilidade.

O abjeto é, portanto, o Outro ameaçador que habita as zonas inabitáveis da sociedade, aquele que é expulso do convívio social, aquele que é deixado à margem por escolha da sociedade. Que não é visto, por ser socialmente apagado do estatuto do sujeito quando andamos pelas ruas das cidades e que no Brasil são tantos que, se os moradores de rua podem passar despercebidos, quem lembrará das mulheres afastadas da sociedade nos presídios?

5. TRAJETO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Todo conhecimento, no momento da sua construção, é um conhecimento polêmico; tem que primeiro destruir para abrir espaço para suas próprias construções. (Gaston Bachelard, *La dialectique de la durée*)

Nessa pesquisa, propomos a análise do que compreendemos como um fenômeno comunicacional que se materializa nos sentidos sociais. Tomando isso como ponto inicial para que a pesquisa possa ser desenvolvida, não buscamos sentidos que circulam nos *media* acerca do cotidiano das mulheres no Centro de Reeducação Feminino, ou em interações face a face entre as próprias egressas do sistema penal, ou entre mulheres sob custódia do Estado e a direção ou entre as primeiras e a polícia penal – também conhecida pela sociedade como agentes carcerários. Em contrapartida, situamos a comunicação de modo a apreender as interações que ocorrem entre gramáticas morais nas falas de mulheres que já estiveram encarceradas no Centro de Reeducação Feminino.

5.1 A teoria na prática metodológica

O desenho metodológico da pesquisa se desdobra em três passos: (i) o primeiro deles é marcado pelo recorte dos relatos de si identificados nas entrevistas realizadas, a saber, a forma como elas identificam e tipificam a violência ética experienciada no cárcere e mesmo em sua vida antes do CRF; no segundo (ii) pode ser compreendido como o movimento de apreensão das tessituras de normas regulatórias, sistemas interseccionais de desigualdades e abjeção nos relatos de si das interlocutoras, identificados no passo anterior; no terceiro (iii) passo, enfocamos a dimensão reflexiva entre normas regulatórias, sistemas interseccionais de desigualdades e abjeção.

Para isso, percebemos como necessária para o desenvolvimento da análise a observação de se ou de que forma o movimento de relatar-se a si mesma das mulheres concernidas é marcado por negação de humanidade, imposição de normas genericadas e por práticas atravessadas por marcadores sociais de diferenças (gênero, raça, classe e sexualidade), ou mesmo seu questionamento.

Diante da proposição da busca pela reflexividade entre as gramáticas morais, mostra-se necessário que, na metodologia, seja realizado o movimento de deslocamento da reflexividade das mentes – exemplificada na última sessão do capítulo anterior – para o espaço que pode ser

apreendido nas entrevistas realizadas: a fala.

Como abordado, as referências sociais conformam as normas da inteligibilidade. Isso porque o outro generalizado de Mead facilita que, na mente, um processo reflexivo que compreendemos como a disposição da balança do estatuto do sujeito em vias de determinar aqueles que contam, que pesam, e aqueles que nem sequer são considerados como vida a ter sua vulnerabilidade amenizada, ou a ser poupada para não ser perdida.

Mas essas sujeitas que foram situadas nas referências sociais como destituídas de valor, podem reivindicar sua condição de sujeitas capazes de identificar-se dentro da violência ética e, com isso, verbalizar – já que os discursos constituem – sua humanidade através do relato de si, uma vez que identificar e falar sobre a violência ética sofrida configura o processo de desconstruir a ela para reivindicar sua humanidade. Para tanto, é importante rememorar

Não só que as questões morais surgem no contexto das relações sociais, mas também que a forma dessas questões muda de acordo com o contexto – e até o contexto, em certo sentido, é inerente à forma da questão (Butler, 2022, p. 48).

Tais questões são inerentes ao contexto social estabelecido por situar-se e serem moldadas pelas próprias relações em que se materializam. O movimento contrário a esse também pode ser realizado, uma vez que os sentidos que giram em torno das relações sociais e interferem nas mesmas são garantidos por processos comunicativos, sendo que esses últimos não são passíveis de estabelecer-se quando uma das partes da interlocução não é sequer apreendida como ao menos sujeito, imagine sujeito em comunicação.

Diante disso, o relatar-se a si mesmo de Butler (2022) é mobilizado como uma ferramenta metodológica para que a negação de humanidade identificada (Lugones, 2014) seja subvertida. Perspectiva percebida como um investimento na construção de uma metodologia que se desloque da construção do saber de forma cartesiana, tal qual é fomentado pelo pensamento feminista hegemônico (Matos, 2010).

Historicamente, as metodologias feministas se vinculam às lutas empreendidas no momento em que surgem. Clantler e Burns (2015) defendem que a construção das metodologias pode ser compreendida a partir do pensamento que divide os momentos vividos pelo movimento feminista em três. A reflexão em torno das ondas, no entanto, pode ser percebida no grupo de trabalhos que sistematizam as ações feministas a partir do referencial ocidental e estadunidense, olhar que também define a construção da agenda feminista - no singular, tal qual

o olhar das ondas.

O que vem marcando a forma como as pesquisas foram realizadas – e também o que vem sendo foco de pesquisa –, metodologicamente, o que foi considerado como rigor de pesquisas feministas enfoca a análise de “relações de poder na produção do conhecimento” (Chantler; Burns, 2015, p. 112). Tal perspectiva mostra-se, por si só, problemática; uma vez que apaga as próprias perspectivas teóricas que não debatem a produção do conhecimento, especialmente quando reconhecemos que a própria práxis de realização de pesquisas que tematizam questões que são ou para que se tornem reconhecidas como políticas, a produção do conhecimento é posta em questão, uma vez que muito passa despercebido por olhares acadêmicos.

A perspectiva teórica de Sandra Harding (1987) fornece o deslocamento do olhar acima apresentado. A Teoria do Ponto de Vista objetiva destacar as diferentes visadas sobre as opressões que afligem pessoas marginalizadas, podendo corroborar com as reivindicações epistemológicas feministas do Sul Global (Fonseca; Cal; Darwich, 2020) em vias de contrapor os olhares a partir do ocidente (Mohanty, 1988) para que mulheres historicamente situadas como grupo dominado possam subverter o silenciamento de seu agenciamento para reverberar suas vozes e mesmo relatar a si mesmas (Butler, 2022) – perspectiva teórica que orienta nossa construção metodológica.

As autoras defendem, ainda, o uso de um essencialismo estratégico, que seria “a possibilidade de formar alianças visando a ação coletiva” (Chantler; Burns, 2015, p. 113). No entanto, a fronteira entre quem é apreendida e quem fica invisível ou é excluída do discurso não fica nítida, e recorrer a perspectivas essencialistas reverbera o discurso que objetiva fortalecer a mulher universal. A análise individual, defendida pelas autoras, dialoga perceptivelmente com a perspectiva feminista liberal que, em sua orientação para a individualidade e a suposta autossuficiência, acaba por apagar as estruturas sociais que subsidiam questões que cerceiam e violentam a pluralidade de mulheres na contemporaneidade.

Por esse motivo, o campo de pesquisas feministas se situa sobre controversas formas de realizar pesquisas, podendo ser subdividido, conforme Chantler e Burns (2015), em quatro formas que vêm sendo utilizadas, como pode ser observado abaixo:

Quadro 1 - Metodologias Feministas de Pesquisa

Tipo	Como se desenvolve
a) indagação crítica	Aceita a “experiência vivida” como retrato das desigualdades sociais.
b) pesquisa de voz fundamentada nas experiências	“Voz”, experiência individual como questão política
c) reflexividade	Questiona a objetividade e neutralidade da pesquisa, também direcionando-se à subjetividade
d) ética do cuidado	Valoriza a colaboração das interlocutoras na construção das pesquisas; pesquisadora como parte do grupo pesquisado; conhecimento responsável baseado na compreensão das afetações

Fonte: (Chantler, Burns, 2015, sistematização da autora).

O levantamento das autoras, no entanto, não destaca a forma como análises que priorizam experiências vividas e vozes singulares podem privilegiar mulheres específicas, metodologia essas que podem incorrer no reforço do silenciamento imposto a grupos subalternizados (Spivak, 2010), ainda que determinadas vozes necessitem ecoar em seus contextos políticos. Percebemos o foco em grupos como uma forma de corresponder a essas fragilidades.

Em relação às pesquisas reflexivas, além de não se embasarem em contextos de reflexividade intersubjetiva, de acordo com as autoras, elas se detêm à subjetividade. Apesar disso, o foco na pesquisadora configura um risco, uma vez que esta conforma a pesquisa ao explicar como o campo refletiu sobre si e sua relação com as interlocutoras. Tal perspectiva é arriscada por poder deslocar-se dos sentidos que as autoras verbalizam para aqueles que marcaram a autora. Concordamos com as autoras no que tange ao reconhecimento de que o “feminismo e as metodologias não são um conjunto monolítico” (Chantler; Burns, 2015, p. 116).

Por não perceber muitas proximidades com as orientações epistemológicas apresentadas pelas autoras, percebemos produtiva a construção de uma metodologia a partir da perspectiva teórica de autoras que contemplem melhor as questões relevantes para as concernidas na presente pesquisa.

Ao adotar a perspectiva teórica dos *relatos de si* de Judith Butler (2022), é importante ressaltar que apesar de o tema central da obra não ser o mesmo que *Questões de Gênero* (2018), a forma como a autora desenvolve sua reflexão contempla sujeitas e sujeitos de modo amplo, a partir das escolhas do direcionamento do olhar. Para a melhor explicação da forma como a reflexão da autora será operacionalizada, inicialmente explicaremos sua perspectiva para, na seção a seguir, demonstrar como a teoria se desenhou na metodologia desenvolvida para a pesquisa.

Os *relatos de si*, de acordo com o pensamento de Butler (2015), são diretamente atravessados pelas questões morais, que por sua vez, possuem os contextos sociais como intrínsecos à sua constituição – o que delimita as questões –, demarcando questões morais e contexto social como dialógicos. A autora mobiliza Adorno para explicar que a falsa unidade que subsidia os conjuntos de costumes coletivos e conservadores busca apagar sua descontinuidade, alertando ainda contra o “recurso à ética como uma espécie de repressão e violência” (Butler, 2022, p. 14), uma vez que o *ethos* busca impor, através da violência, sua indagação pelo estabelecimento da coletividade – em aspiração à universalização daquele conjunto de costumes.

A ética, nesse sentido, poderia ser compreendida como “amplos contornos dessas regras e máximas” (Butler, 2022, p. 16), e se tal norma não considera o âmbito social, que garante a apropriação – ou naturalização – da ética, seu *ethos* mobiliza a violência.

Quando, por razões sociais, é impossível se apropriar de um preceito universal, ou quando - também por razões sociais - é preciso recusá-lo, ele mesmo se torna um terreno de disputa, tema e objeto do debate democrático. Ou seja, o preceito universal perde seu status de precondição do debate democrático; se funcionasse como precondição como um *sine qua non* da participação, impor a sua violência na forma de forclusão excludente (Butler, 2022, p. 17).

Ainda de acordo com Adorno, Butler (2022) explica que para a existência da moral, existe a necessidade de existência de um “eu” que depende da apropriação do *ethos* para dar um *relato de si mesmo*. De acordo com a concepção adorniana, isso ocorre porque as normas morais, estabelecidas socialmente, independem de características individuais.

No entanto, apropriar-se da norma não é o mesmo que perceber que as normas delimitam os sujeitos que vão possuir espaço no campo ontológico. Em outros termos: “quem se tornará e quem não se tornará sujeito?”. A moral produz o sujeito; ou seja, na balança do estatuto do sujeito, quem é e quem não é considerado são dependentes do enquadramento moral.

A legitimidade do sujeito é conferida pela moral, que ainda que forneça uma totalidade de regras a serem seguidas, a inteligibilidade precisa ser buscada reflexivamente pelo sujeito. A autora se aprofunda no tema explicando como as perspectivas foucaultianas e nietzschianas se aprofundam na questão:

[...] Enquanto Nietzsche considera a força do castigo como instrumental para a interiorização da raiva e a consequente produção da má consciência (e outros preceitos morais), Foucault recorre cada vez mais a códigos morais, entendidos como códigos de conduta - e *não* primordialmente códigos de castigo -, para refletir sobre como os sujeitos se constituem em relação a esses códigos, o que nem sempre se baseia na violência da proibição e seus efeitos interiorizadores (Butler, 2022, p. 28, grifo da autora).

Segundo a autora, a perspectiva foucaultiana oferece um caminho que vai da produção do sujeito (*poiesis*) a partir dos atravessamentos de códigos de conduta até o movimento do *relato de si*.

Já ao mobilizar Nietzsche, a autora possibilita a ponte com o *relato de si* a partir da reflexão que percebe o *relato* a partir do questionamento que pode se desdobrar em castigo. Ou seja, como em um inquérito em que algum acusado é questionado, é também provocado a *relatar a si* dentro do *ethos* moral para tentar livrar-se da acusação. O *relato de si*, na concepção de Butler, só é possível a partir da negociação das normas que organizam a inteligibilidade de sujeitos e sujeitas.

Partindo disso, o reconhecimento intersubjetivo hegeliano se estabelece como central para o argumento de Butler (2022). O reconhecimento, de acordo com a perspectiva tomada pela autora, é central para que as cenas de interpelação sejam compreendidas. Portanto, o ato de reconhecer e ser reconhecido entre interlocutores conforma uma cena de interpelação, uma vez que aquilo que cada um verbaliza é atravessado pelas questões morais em vista de garantir o reconhecimento intersubjetivo na interlocução.

Diante disso, o relato de si fracassa já no momento em que é verbalizado diante da cena de interpelação marcada pelo reconhecimento intersubjetivo, isso porque ao utilizar as roupas das questões morais para garantir o reconhecimento, quem está em interlocução deixa de experimentar uma cena de interpelação apenas por sua interlocutora ou interlocutor para também viver a interpelação axiológica. No entanto, a autora destaca que a cena do reconhecimento não deve se conectar ao ato de julgar (Butler, 2022). Isso porque:

Talvez somente pela experiência do outro, sob a condição de termos suspenso o juízo, tornamo-nos finalmente capazes de uma reflexão ética sobre a humanidade do outro, mesmo quando o outro busca aniquilar a humanidade (Butler, 2022, p. 64).

Em face do que foi discutido, podemos compreender que o *relato de si* se constrói a partir de uma cena de interpelação, e a violência ética pode se desdobrar no ato de infligir violência em nome da “ética” fisicamente, assim como a introjeção de gramáticas morais em busca de provocar o reconhecimento recíproco. Movimento esse que no desenho metodológico da pesquisa se subdivide na apreensão das categorias centrais que foram apresentadas no capítulo metodológico, mas que se desenham com maior nitidez no desenho metodológico do trabalho.

5.2 Desenhando o metodológico

Essa pesquisa foi iniciada diante da percepção da falta que faz a discussão do encarceramento feminino na militância feminista no Pará. Como base para essa afirmação, tomamos experiências de militância da própria autora no acompanhamento dos movimentos e suas marchas ao longo dos últimos dez anos na cidade de Belém e a própria pesquisa (Fonseca, 2020) realizada antes da tese que aqui se apresenta.

A realização do desenho metodológico foi atravessada pelos entraves que apareceram pelo caminho, mas sempre existe tal possibilidade, quando trabalhamos com temas sensíveis ou mesmo os que não são, identificar interlocutoras se apresenta como um caminho árduo a ser trilhado, em especial quando se trata de um tema como o encarceramento feminino.

Outro impasse encontrado foi o Comitê de ética. Inicialmente, fui informada que a Seap, ao liberar meu acesso, faria contato direto com o comitê de ética para que a pesquisa fosse liberada. No entanto, a permissão para entrar no presídio não chegou, assim como a liberação do comitê de ética. Dessa forma, a pesquisa foi realizada e os apontamentos do CONEP foram seguidos, de modo que os termos de consentimento livre e esclarecido foram assinados por todas as interlocutoras e o trabalho se manteve preocupado com a manutenção da privacidade das entrevistadas.

Para a pesquisa, foi realizada uma entrevista semiestruturada. Essa forma de metodologia é utilizada “com o objetivo de identificar os sentimentos, pensamentos, opiniões, crenças, valores, percepções e atitudes do entrevistado em relação a um ou mais fenômenos (Guazi, 2021, p. 2). Dessa forma, a realização de entrevistas dialoga com o objetivo da presente

pesquisa, uma vez que a prática facilita o acesso a questões do âmbito subjetivo dos sujeitos, que são materializadas durante a verbalização na fala. Por isso, a

entrevista é uma técnica especialmente útil para investigar o comportamento e a subjetividade humana. Por meio da entrevista, é possível, por exemplo, coletar dados a respeito do que as pessoas fazem, como fazem e os motivos pelos quais fazem o que fazem; é possível investigar o que as pessoas sentem e as circunstâncias sob as quais sentem o que sentem; é possível identificar tendências de se comportar de determinada forma, entre tantas outras possibilidades (Guazi, 2021, p. 2).

Além da dificuldade de acesso, a orientação epistemológica também emerge como uma questão a ser tratada metodologicamente. Com base nisso, subdividimos a análise da materialidade da pesquisa em três momentos, como citado anteriormente:

- a) O que pode configurar o relato de si na fala das interlocutoras? Apreensão da violência ética materializada nas entrevistas.
- b) Como as normas de gênero, sistemas interseccionais de desigualdades e abjeção emergiram nas entrevistas?

Para a melhor compreensão da forma como os pontos acima são importantes para a pesquisa, foi desenvolvido um quadro para orientar o movimento analítico:

Quadro 2 - A busca na materialidade

Questões norteadoras	O que buscamos na materialidade
O que favorece a configuração do relato de si na fala das interlocutoras?	De que forma apreendemos o relato de si nas entrevistas
Como as normas de gênero, sistemas interseccionais de desigualdades e abjeção emergiram nas entrevistas?	Percepção dos desdobramentos dos conceitos centrais à pesquisa
Como ocorrem as interações entre os conceitos centrais?	Abjeção, sistemas interseccionais de desigualdades e normas de gênero

Fonte: Autoria do trabalho.

O *relato de si*, para além de sua leitura cotidiana, não é manifestação de uma narrativa da história de alguém. Ele é uma condição que enfrentamos com frequência, uma vez que somos sempre provocados e convidados a refletirmos sobre nós mesmos. Existem limites para que nos conheçamos por completo, isso porque parte de nós está sempre sujeita à relacionalidade. O

que supõe confrontações éticas constantes, ou interpelações, nas quais somos confrontados tanto pelo outro quanto pela imagem que fazemos de nós mesmos diante desse outro, o que versa sobre a formação de nossa subjetividade e as várias experiências em que nossa identidade e nossa própria existência se vê confrontada pelos parâmetros morais.

Partindo disso, relatar a si mesmo é dar conta de si mesmo e transformar a si e as suas experiências em uma história narrável e, assim, compreensível para si e para os outros. Mas relatar não é dar simples relato de si, mas encarar o próprio processo no qual nos constituímos como sujeitos, diante das constantes situações e cenas de interpelação.

Para os *relatos de si*, mostrou-se necessário compreender a forma como esses se desdobraram nas falas das interlocutoras. Para isso, parece produtivo apreender as características, a partir de Butler (2022), mobilizadas pelas interlocutoras para que seja possível a conformação de reconhecimento recíproco, ou possivelmente desvencilhar-se de juízos, de modo que a violência ética pudesse ser apreendida em suas falas a partir da imposição do julgamento por outras pessoas, quando a ética é mobilizada para sustentar atos de violência, ou mesmo pela introjeção de gramáticas morais por nossas interlocutoras.

Quadro 3 - Possíveis formas de materialização da violência “ética”

O que configura o relato de si na fala das interlocutoras?
1) busca por reconhecimento recíproco
2) uso da ética para sustentar atos de violência contra si
3) imposição de julgamento por outras pessoas
4) cena de reconhecimento atravessada pelo fato de já ter sido julgada, condenada e cumprido sua pena
5) introjeção de gramáticas morais

Fonte: Autora do trabalho

Posteriormente ao movimento de compreensão das formas tomadas pelos *relatos de si* de nossas interlocutoras, para apreender como se tecem, partimos para a apreensão dos conceitos centrais para a pesquisa que por si só possuem conexões com as gramáticas morais apresentadas na apreensão dos *relatos de si*.

Quadro 4 - Apreensão dos conceitos centrais

Conceito central	Como buscamos por ele na empiria
Normas de gênero	Questões atravessadas pelo que configura papeis de gênero no cárcere
Sistemas interseccionais de desigualdade	Diferenças impostas através da raça, classe social e sexualidade entre as mulheres
Abjeção	Negação de humanidade no sentido da garantia do básico para subsistência dentro do presídio

Fonte: Autora do trabalho.

A compreensão da conexão entre os conceitos centrais e a materialidade dos *relatos de si* se perfaz no olhar que percebe a inteligibilidade, seja do cartesianismo entre homens e mulheres, as normas que segmentam a estruturação hierárquica da sociedade e o movimento de reconhecer determinadas pessoas fora do estatuto do sujeito. Dessa forma, percebemos como o trabalho a ser realizado exige um esforço para a percepção da rede que conecta as questões sensíveis socialmente e importantes para a pesquisa.

No passo a seguir, buscaremos provocar o *corpus* para compreender como se tecem as interações entre os conceitos centrais para a pesquisa. Tal movimento, como demarcado desde o início do trabalho, é constituído pela perspectiva relacional da comunicação. No entanto, é importante reforçar ainda mais, que não temos como objetivo apreender interações entre nossas sujeitas, mas compreender como as falas verbalizadas por ela, ao desvelarem normas, abjeção e interseccionalidade, materializadas na linguagem, iluminam processos interativos entre esses conceitos, de modo que, por exemplo, seja possível observar se a abjeção entra em interação com hierarquias de classe social dentro do CRF: qual seria o *status* valorativo de uma moradora de rua, ao ser presa?

5.3 Praticando a metodologia

23 de março de 2023. Recebi um e-mail. Abri com ansiedade, ao perceber que se tratava do retorno da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Mas não era a liberação para ir a campo, como esperado. Era uma negativa, sob o argumento de que a pesquisa por mim realizada, de acordo com o questionário

apresentado na solicitação de entrada, desvelaria questões muito sensíveis ao Sistema Penitenciário e que possivelmente iriam além da *mera perspectiva subjetiva da interna a respeito de sua vida pessoal e trajetória até o cárcere* [sim, nessas palavras]. A recusa para entrar no CRF, em todas as interpretações possíveis para a resposta por e-mail, foi frustrante. Outra interpelação direta ao meu trabalho de pesquisadora. Foi preciso focar apenas nas mulheres egressas do sistema penitenciário, pois, era de meu interesse mapear de que forma a presença dos agentes penitenciários implicaria sobre internas ao Sistema no momento da entrevista, movimento realizado através da comparação de suas respostas com as das mulheres que já estavam fora dos muros do presídio e dos olhos físicos da polícia penal - apesar de ser impossível distinguir, em suas falas, o quanto de internalização do sistema segue vivo dentro delas.

Inicialmente, o movimento de coleta seria a realização de entrevistas dentro da casa penal. Mas, diante da negativa para entrada sob o argumento de que a pesquisa desvelaria questões sensíveis à instituição, optamos por dar prosseguimento às entrevistas com egressas do CRF. Encontrá-las, no entanto, não foi uma tarefa fácil. Movimentos feministas que a autora possui contato há muitos anos não possuíam nenhuma indicação para que a primeira interlocutora fosse encontrada.

Dessa forma, estabelecer como tema para a realização da pesquisa como mulheres que já foram encarceradas, demarca também um posicionamento político diante da inteligibilidade que constrói a agenda feminista marginalizando essas mulheres.

Para lidar com tal problema, optamos por entrar em contato com uma professora da Universidade Federal do Pará, reconhecida por encampar causas sociais a partir de sua área de pesquisa e docência, o Direito. O desdobramento deste movimento foi profícuo: a professora indicou a então diretora da OAB Mulheres, que por sua vez facilitou o contato com a primeira interlocutora, que foi a entrevistada para a realização do texto de qualificação, a ser analisada a seguir para o cumprimento do critério de ensaio analítico.

Para a realização da pesquisa, também foi preciso acompanhar as ações da Frente pelo Desencarceramento no Pará, grupo através do qual foi possível o contato com uma segunda interlocutora, que por sua vez indicou uma terceira, facilitando a formação da amostragem de acordo com o método bola de neve (Dewes, 2013), uma vez que é indicado para abordar grupos de difícil acesso por serem socialmente estigmatizados. Sobre o uso do método bola de neve para a coleta, Vinuto (2014) destaca que a amostragem oferece um caminho para lidar com questões sensíveis ou relativas ao âmbito privado.

Para o trabalho, foram entrevistadas quatro mulheres sobreviventes ao cárcere. Entrevistas estas que foram realizadas a partir do roteiro da entrevista semiestruturada em anexo, que se divide em três seções que buscaram delimitar abordagens específicas junto à entrevistada.

Na primeira seção, o foco foi a possibilidade de estabelecimento de uma relação de confiança entre entrevistada e entrevistadora, iniciando com as questões práticas de identificação racial, escolaridade e fonte de renda antes do encarceramento, assim como orientação sexual e tempo de custódia. A partir disso, a entrevista conta com questões ligadas às experiências da infância, da adolescência e relações familiares anteriores ao encarceramento. Além disso, também foram inseridas perguntas sobre o recebimento de visitas e se alguém na família foi encarcerado antes da entrevistada.

Na segunda seção, a abordagem se direciona a questões mais sensíveis, passando a tratar diretamente a experiência no cárcere, como o sentimento experienciado ao ser presa, impressões ao chegar no presídio e os sentidos sobre a triagem – primeira “cela” em que as mulheres ficam, antes da audiência de custódia. Depois disso, buscamos compreender como se constroem as relações entre as mulheres dentro do presídio, os afetos e as diferenças que se tecem no espaço, comportamento e relações com a polícia penal. Além disso, os sentimentos experienciados na vivência do cárcere, os castigos e os privilégios que lá se desenvolvem.

No terceiro bloco de questões, buscamos compreender quais os sentidos da Reeducação aplicada no Centro de Reeducação Feminino, as diferenças de raça e classe e seus possíveis privilégios e desprivilégios, além de compreender quais mulheres são vistas como mais importantes ali.

Partindo dos relatos de si, quando as interlocutoras versam sobre a violência ética experienciada, existem dois pontos que foram observados. No primeiro deles, é passível de identificação a própria forma como a violência ética e a moral que orientam o cárcere e a vida anterior a ele se materializam em suas falas. A segunda forma, para não sucumbir ao risco de

falar por elas ou mesclar suas falas com a da pesquisadora, é o que não se materializa em suas falas, mas pode ser identificado como violência ética legitimada socialmente sobre mulheres e grupos vulnerabilizados, sobre hierarquias sociais e sobre a abjeção.

Por fim, orientada pela trajetória teórica de Lugones (2005), buscaremos a intersecção entre os conceitos chave da pesquisa, com base na compreensão de que esta não apenas as atravessa, mas constitui as ferramentas com as quais os conceitos afetam a vida das mulheres. Um exemplo disso é a forma como as mulheres que estavam em situação de rua antes do cárcere são desvalorizadas. Em sua maioria, negras e desprovidas de capital financeiro e advogados particulares, são abjetas fora e dentro do cárcere, uma vez que esses marcadores subsistem e constituem a balança social, na qual ocupam o lugar que tem menos peso.

6. ANÁLISE

Já era noite, o sol de Belém já havia se posto, mas a chuva não veio para amenizar o calor. Passei o dia inteiro em frente ao presídio, apenas ouvindo o que ocorria do lado de dentro dos muros. Já havia chegado mais pessoas que se juntaram a mim na espera pela liberdade de mulheres próximas a si. Pelo que pude apreender, eram família e amigas. Não consegui conferir mais de 3 homens do lado de fora do presídio. Tudo isso me angustiava, e as luzes lá dentro começaram a apagar. Ouí barulhos no portão branco de ferro, apenas a janelinha se abriu. “Há alguma Nathalia Fonseca aqui?”, a voz feminina perguntou. Sinalizei que era eu e mostrei meu RG; eu, eu mesma, que assinei e guardo até hoje o termo de comunicação de prisão, fiz o mesmo com o de liberdade. Como se a tutela passasse das mãos do Estado para as minhas. Entre as mulheres que receberam alvará de soltura naquela noite, havia um grupo de evangélicas e uma delas narrou para outra mulher que esperava lá fora por ela: “já estava tudo escuro [na triagem], pedi para que fizéssemos uma oração para que a noite fosse tranquila e a liberdade viesse junto com o sol. Foi quando abriram o portão e começaram a chamar nossos nomes.” O papel da religião no cárcere é algo que ainda me intriga, mas que se mostrou impossível de apreender sem as entrevistas internas no presídio.

Ao longo deste capítulo, apresento meu mergulho sem material de proteção no universo vivido por mulheres que foram encarceradas e hoje estão do lado de fora dos muros - as sobreviventes ao cárcere. Ao todo, foram realizadas quatro entrevistas em cafés, por telefone, escritórios e na casa de uma das entrevistadas.

Para o desenvolvimento da análise, apresentaremos inicialmente a trajetória de vida das interlocutoras até o momento de encarceramento, levando em consideração fatores como a instabilidade financeira familiar, a infância e a adolescência, que conduziram as entrevistadas

ao CRF.

Para a apresentação no trabalho, as mulheres são nomeadas como entrevistada 1, 2, 3 e 4, no caso da apresentação inicial e citações diretas a suas falas. No entanto, a análise não se dá a partir de cada uma das entrevistas como atomizadas, mas considerando que suas falas se complementam para a compreensão dos sentidos do cárcere que cada uma delas manifesta.

Entrevistada 1. No dia 10 de maio de 2023, foi realizada via chamada de áudio que se iniciou às 9h15 horas da manhã; a chamada de áudio foi gravada, sob permissão da mesma. Com a dificuldade de audição do conteúdo, por conta de barulhos externos e da própria clareza da chamada, foi necessário tratar o material digitalmente, de modo que aumentasse a voz da interlocutora e reduzisse os ruídos contidos na gravação. De início, utilizamos a plataforma *Escriba aos Fatos*²² para transcrição, mas posteriormente a plataforma foi substituída pela ferramenta *Transkriptor*,²³ que foi utilizada para todas as entrevistas, por conta da estabilidade do site, clareza nas transcrições e por oferecer um limite de minutos e preço mais confortáveis na relação custo-benefício, além de já oferecer incluso o serviço de diferenciação entre as interlocutoras.

É importante destacar que ainda que a pesquisa tenha como foco o CRF enquanto local, no início da entrevista nos dedicamos a conhecer em profundidade o cotidiano das mulheres antes mesmo do cárcere, isso porque percebemos como relevante conhecer o contexto que as direcionou para o aprisionamento. Diante disso, pudemos observar traços dos conceitos gerais que corroboraram com a construção metodológica da pesquisa. Portanto, optamos por não reforçar a “instrumentalização” das interlocutoras, destacando o papel social que suas relações anteriores com o cárcere tiveram para que fossem encarceradas. Dessa forma, optamos por descrever brevemente a seção da entrevista desenvolvida para que fosse possível conhecer a história de vida de nossas interlocutoras, de modo a compreender o contexto social no qual esteve inserida antes da experiência no cárcere dentro do Centro de Reeducação Feminino.

A primeira interlocutora aceitou por ser definida na pesquisa como entrevistada 1. Diante do primeiro bloco de entrevistas, ela se autoidentificou como parda e lésbica, tendo sido encarcerada antes dos vinte anos de idade – aos 19 anos –, ficando presa por três anos e não possuindo renda antes do encarceramento, cometeu ações que se “desviam” do padrão normativo da sociedade (infringir leis, neste caso) a partir de dificuldades financeiras: por passar necessidade.

²² <https://escriba.aosfatos.org/>

²³ <https://transkriptor.com/pt-br>

A interlocutora conta que nasceu em uma parte rural de um município da ilha do Marajó e seus pais, que são ribeirinhos, enviaram-na para a cidade para que pudesse estudar, uma vez que sua mãe percebeu a falta de oportunidades na localidade em que viviam. Ela conta que na cidade, na casa de uma tia, teve uma infância tranquila, da mesma forma que percebe a adolescência, com conturbação apenas na percepção de sua sexualidade lésbica, quando perdeu amizades por se assumir.

A segunda entrevistada, entrevistada 2, foi contactada em seu local de trabalho, onde concordou com a entrevista e assinou o termo livre e esclarecido. Essa entrevista, no entanto, foi atravessada pela dona do empreendimento, que não gostou de saber que a entrevista estava sendo gravada e interrompeu a mesma, exigindo que a gravação fosse apagada. Apesar do inconveniente e de não considerar tratar-se de uma pesquisa científica, ela não concordou com a gravação, o que fez com que a entrevista fosse continuada através de anotações manuais, o que dificultou meu trabalho enquanto pesquisadora. Por esse motivo, é raro encontrarmos transcrições de falas da entrevistada 2 ao longo da análise. Também autoidentificada como parda, foi encarcerada aos 21 anos e cumpriu sua pena de 1 mês e um dia no CRF. Ela conta que foi criada em uma periferia da cidade de Belém e sempre reconheceu a realidade da pobreza. Mas ainda assim, não imaginava que um dia fosse ser presa, pois ninguém próximo a ela foi. Nessa entrevista, não foi possível a realização da gravação, por motivos externos, mas a mesma apresenta uma perspectiva bem peculiar para a pesquisa.

A terceira entrevistada é identificada na pesquisa como entrevistada 3. A entrevista ocorreu no dia 17 de fevereiro de 2024, iniciando às 16h33 horas da tarde, na própria casa dela. Ao concordar com a gravação do áudio e assinar o termo de compromisso livre e esclarecido, se identificou como parda, foi encarcerada aos 45 anos de idade e passou 9 meses sob custódia. Como nível de escolaridade, a entrevistada declarou estar, no momento da entrevista, cursando graduação em biologia; logo, seu nível de escolaridade ao ser presa era o médio completo. Sua fonte de renda antes do encarceramento e atualmente é o ramo da produção cultural. Ao ser questionada sobre sua orientação, a entrevistada brincou sobre ser uma das últimas mulheres heterossexuais que esteve encarcerada.

Passando para detalhes de sua vida anterior ao cárcere, a entrevistada 3 conta que nasceu também no arquipélago do Marajó, Estado do Pará, na ilha de São Sebastião da Boa Vista e morava até os sete anos de idade no sítio do avô, que ficava, em média, há duas horas de distância do município. Ela conta que lá era muito bonito e com espaço suficiente para o desenvolvimento de sua criatividade entre os 25 hectares de terra. “Lá era lindo e tinha toda uma natureza pra gente [sic]” (Entrevistada 3, 2024). Sua avó era artesã, e com quem ela

também aprendeu a ser. Além disso, aprendeu com os avós sobre a sustentabilidade, uma vez que no sítio em que viviam plantavam e criavam tudo o que consumiam, local de onde ela traz a consciência da necessidade de preservação da natureza.

Mais tarde, a família nuclear se mudou para a capital da ilha, Breves, onde a entrevistada viveu dos 7 aos 15 anos de idade. Depois disso, ela se mudou para a capital do Estado do Pará, a cidade de Belém, para estudar. Ainda na ilha do Marajó, a entrevistada relata ter vivido a parte lúdica da infância “de brincar, de subir em árvore”. A entrevistada conta que só percebeu a diferença de gênero com o passar dos anos.

Aí eu cresci com meus irmãos, ou seja, três homens. E era ótimo ter homens como parceiros. As brincadeiras eram sempre estimulantes. A vida só ficou complicada depois que apareceram os meus seios, que eu descobri que não era menino e que todos os meninos queriam tocar os meus seios (Entrevistada 3, 2024).

A última entrevista, com a entrevistada 4, foi realizada em 22 de maio de 2024 e iniciou às 14h06 horas. Ao ser encarcerada, a entrevistada estava com 66 anos e passou 6 anos como interna no CRF. Entrevistada 4 foi a única que se autodeclarou branca, é heterossexual, mas também concluiu apenas o ensino médio, como as outras entrevistadas e tinha como fonte de renda antes do cárcere a aposentadoria por invalidez.

Entrevistada 4 conta que passou toda a infância e adolescência em colégio interno religioso, mudança brusca que ocorreu após a separação entre seus pais. Ainda assim, a entrevistada considera sua infância como tranquila, apesar de carente, uma vez que era organizada e mantida dentro do colégio. No entanto, no momento da separação, aos seis anos de idade, dadas as regras judiciais da época, que demarcava a necessidade de uma figura feminina da família do pai para cuidar da menina, ela passou a morar com o padrinho e a madrinha, que se mostrou extremamente agressiva e, a partir disso, ela passou a viver no colégio interno religioso, mas se sentia abandonada no lugar, pois seu pai não conseguia visitá-la nos finais de semana.

Um fato se destacou em meio às quatro entrevistas e se entrelaça com a explicação butleriana sobre os relatos de si. Ainda que não esteja no roteiro de pesquisa (disponível no Anexo I), todas as mulheres encontraram brechas no momento inicial da entrevista – o de conhecer as interlocutoras – para falar sobre o motivo de seu encarceramento. A esse fato, interpretamos como uma materialização da cena de interpelação da entrevista. Em outros termos, as mulheres disseram espontaneamente o que haviam feito para que fossem

encarceradas, sem nenhum tipo de questionamento sobre isso.

Ainda que as entrevistadas sejam questionadas sobre suas infâncias, adolescência e vida antes do CRF, as interlocutoras encontram a partir disso, um caminho para relatarem a si mesmas, no sentido de verbalizar as formas de violência ética a que foram submetidas, dentro de uma cena que funciona como local de concretização de sua humanidade, quando reivindicam o direito de explicar os motivos que as levaram ao cárcere. Essa reivindicação configura uma cena de interpelação para além das questões que foram colocadas para conhecê-las, reforçando que a despeito de sua trajetória, existiu um motivo que a levou até o CRF. As cenas de interpelação dispostas pelas interlocutoras, compreendemos como atreladas, no movimento de interpretação ética de sua prisão, à busca pelo reconhecimento recíproco entre elas e a pesquisadora. Movimento que reitera a importância da seção das entrevistas que tinha como objetivo esse conhecimento.

Compreendemos que a partir dessa interpelação foi estabelecido um momento em que o agenciamento se destaca nas falas, por parte das interlocutoras, uma vez que a cena se estabeleceu apesar da entrevista, colocada antes como cena de interpelação para o estabelecimento dos relatos de si de mulheres que foram encarceradas.

Ainda a partir da cena configurada pelas interlocutoras, é estabelecida a hipótese de que quem saiu do cárcere, quem esteve ali e saiu viva – local nominado por muitas mulheres como o inferno – é uma sobrevivente.

Sobreviver à morte física ou subjetiva imposta no encarceramento traz consigo uma culpa, que se materializa na necessidade de relatar a si mesma através da fala sobre os motivos da prisão, ainda que isso nunca tenha sido questionado.

Seus relatos de prisão, inicialmente, não eram o foco da discussão. Mas se apresentaram como produtivos pela imposição das vozes das mulheres acerca disso. Dessa forma, mostra-se produtivo destacar que seus relatos podem ser iluminados pela perspectiva butleriana – que mostra uma visão ampla para as três formas possíveis de relatar a si – mas tecem uma outra forma, quando versam sobre os motivos que as levaram a cometer as infrações, conectando-se ao argumento de Santos (2023), em que sua interlocutora declara ter cometido o crime para não ver o filho fazendo a mesma coisa e sendo preso, preferindo ser presa em seu lugar. No entanto, ao longo da análise, determinados recortes de suas falas são mobilizados, o que não abre mão dessas cenas de interpelação específicas.

Na busca pelos relatos de si na fala de nossas interlocutoras, foram identificadas outras formas de relatar a si mesma, para além da necessidade de narrar o momento da prisão. O primeiro passo, descrito no capítulo metodológico, é a busca pelo estabelecimento do relato de

si.

Na leitura da empiria com as lentes teóricas mobilizadas, a partir das reflexões de Butler (2022), foi possível a identificação de algumas formas de *relatos de si*, destacando que a percepção dos mesmos se deu a partir da identificação de interpelações éticas na fala das entrevistadas, cada uma na forma como optou por relatar a si – o que corrobora com a negação do movimento de homogeneizar a elas. No entanto, se a própria configuração da interlocução entre pesquisadora e entrevistada pode ser compreendida como o movimento de provocação do *relato de si* da segunda, optamos por buscar a verbalização de formas de violência ética durante a entrevista. Esse movimento foi uma escolha metodológica guiada pela reivindicação para escuta da fala de mulheres situadas em condições de subalternidade (Spivak, 2010).

6.1 Cena de interpelação momento da prisão: relatos de si e responsabilidade ética

Como não era o objetivo do trabalho, o relato das interlocutoras acerca de sua prisão surgiu como uma cena de interpelação disposta sobre as entrevistas com as mesmas para a presente pesquisa, e que se inseriu entre as interlocutoras e a pesquisadora. Dessa forma, fica possível a percepção da fala das mesmas como um movimento de agenciamento político, que impõe a cena de prisão como uma parte relevante de seu relato de si, que emerge a partir de diferentes momentos da entrevista.

Dessa forma, o movimento de narrar sua prisão reflete o dar conta de si, ou abraçar subjetivamente as ações em que esteve inserida, para compreender de que forma, naquela ação, foi afetada por ações de outras pessoas ou o que dependeu de si mesma. Logo, o relato de si emerge como uma resposta interpretativa à realidade que esteve diante de nossas interlocutoras, como pode ser observado a seguir.

O questionamento acerca da vida antes do CRF levou aos relatos de prisão. O objetivo desta seção da entrevista, que pode ser analisada no Anexo I do presente trabalho, era o de conhecer mais profundamente e estabelecer um vínculo entre a pesquisadora e as interlocutoras.

No entanto, apesar da aproximação inicial, nesse momento emergiram relatos de si que não haviam sido premeditados na pesquisa. Isso porque, de acordo com o referencial teórico que baseia o estudo, questões acerca do que as levou à prisão poderiam ser interpretadas como um enquadramento de inquisição, uma provocação de relatos de si para explicar - ou desvencilhar-se - da culpa. Em outros termos, a configuração do relato de si diante da cena de

prisão, a depender do que mobilizou tal ação, poderia ser compreendido como uma provocação de inquisição às entrevistadas, uma indagação que questionasse, algo próximo da frase: “o que você fez para estar ali?”, com base na premissa que já aceitasse sua culpa como certeza.

Aqui não cabe o debate acerca da culpa ou sua falta, em especial porque se trata de mulheres que foram julgadas, sentenciadas e apenadas. Dessa forma, os relatos dos motivos que garantiram suas prisões se configuram como uma tentativa, por parte das interlocutoras, de leitura ética das ações que desenharam seus caminhos até o cárcere. Por esse motivo, esses relatos não poderiam ser negligenciados na pesquisa, uma vez que isso reforçaria o silenciamento imputado contra mulheres que foram – ou ainda estão – subjetivamente encarceradas.

Na primeira entrevista, o momento em que narra sua prisão é precedido pela percepção ética. “Porque eu nunca... isso nunca tinha passado pela minha cabeça. A intenção de ter a coragem que eu tive, sabe?” (Entrevistada 1, 2023). Ao falar disso, a entrevistada destaca não se perceber como alguém capaz de cometer um crime, movimento que ocorreu a ela logo depois da ação, quando se deitou para dormir. De acordo com o relatado, ela passou três meses pensando em como foi capaz de cometer tal infração, reforçando que as consequências da ação foram substituídas pela adrenalina no momento do roubo, mas voltaram no momento seguinte. Ao questionar se teve, ainda que soubesse que sim, a coragem para cometer a ação, a entrevistada 1 já destaca que se percebe como afastada da realidade da criminalidade. Diante da possibilidade de prisão, ela relata ter ficado mais tensa ainda e sempre questionando o motivo que a levou a cometer tal ato. Logo, podemos perceber que apesar de narrar a tensão em torno do assalto, o que reforçou o medo da interlocutora foi a possibilidade de prisão. Dessa forma, fica em suspenso a questão que responderia se ela não se vê como uma pessoa próxima à criminalidade, ou se ela – em todos os sentidos construídos anteriormente – revela o medo de ser encarcerada.

A partir dessa percepção, ela passa a contar sobre como decidiu participar da ação. A esse movimento, compreendo como posteriormente – quando a adrenalina passou – ela compreendeu como aquilo se deslocava de sua socialização. Tendo estabelecido essa reflexão, ela volta aos motivos que a levaram a cometer a infração, consolidando seu relato de si a partir da percepção de não ser capaz de cometer o crime e os motivos que a levaram ao encarceramento.

O trajeto de vida até o cárcere foi iniciado quando a mãe ficou desempregada, desvelando a violência contida e velada nas dificuldades sociais conectadas à subsistência. Sobre isso, é provocada a percepção de que a própria concepção de “ética”, ou de *ethos cultural*,

pode ser questionada, uma vez que é aceitável que uma família fique desamparada do que é básico para a subsistência, mas é desviante cometer um assalto para acessar esse tipo de segurança, ou bens. A entrevistada 1 nunca se imaginou tendo coragem de realizar um assalto a mão armada, desvelando que em sua própria concepção, aquele tipo de ação não se enquadrava na forma como fora ensinada a viver sua vida.

Diante disso, continuou na ação por conta da adrenalina que gerava, demonstrando a tensão que girou em torno da ação que estava sendo realizada, mas que a Entrevistada 1 demonstra perceber sentir-se errada: “Nunca passou pela minha cabeça. De ter tido coragem desse tipo. Sim. Tem que ter a consequência. É então assim [e] adrenalina” (Entrevistada 1, 2023). Ao afirmar a necessidade de consequência, a entrevistada mobiliza a ética introjetada em si para afirmar que o aprisionamento é algo esperado para quem comete um crime. Além disso, ela revela o peso que o cárcere possui na equação realizada por ela. Dessa forma, ganha mais força a perspectiva de que o medo, por ter realizado algo errado, se desloca do ato para a consequência de prisão.

A entrevistada segue contando que por estar passando por um momento em que se viu sem condições de manter suas necessidades básicas, acabou cedendo. Mais uma vez, a violência imposta pelo capitalismo é ética, estabelecida no imaginário coletivo através da reiteração, e se ilustra em sua fala, pois, ao estar responsável financeiramente por si e suas irmãs, a entrevistada 1 buscou outra forma de subsistência, pois “se o dinheiro faltava...” (Entrevistada 1, 2022) o assalto apresentou-se como uma saída. Nessa fala, percebemos que o “*ethos* coletivo” é relacional diante da questão financeira, uma vez que a ética estipulada mostra-se nitidamente questionável pelas vulnerabilidades sociais apresentadas. Logo, por mais que a sociedade reitere determinadas condutas, a necessidade passa a falar mais alto diante das possibilidades reduzidas.

Após o assalto, um dos membros do grupo foi apreendido e, segundo a interlocutora, foi torturado para que entregasse o nome de seus colegas. A partir disso, ela conta que experienciou o sentimento de pânico até a representação criminal contra ela – medo que foi fundado na percepção de ter feito “coisa errada”. Portanto, diante dessa questão, a ética mobilizada em torno da ação cometida se funda no que poderia vir depois - ser encarcerada.

Em sua fala, a interlocutora narra que esteve “no lugar errado, na hora errada” (Entrevistada 1, 2022) por não se perceber como parte “do mundo do crime”. Fala essa que também demonstra a forma como as normas morais foram absorvidas pela interlocutora, de modo que ela reconhece que existem ações que determinam os lugares de onde as pessoas vêm e as coisas que lhes são ensinadas para que cometam atos infracionais, e em contrapartida, o

lugar de onde a mesma teria vindo não poderia corroborar com o momento que estava vivendo na vida.

O Relato de Si da entrevistada 1 se materializa, em resumo, por iniciar no que aparenta ser um chamamento ético, quando ela não se reconhece como capaz de cometer um crime, assim como o motivo que a leva a esse chamamento. Mas isso é atravessado pela ação e a autora mobiliza as razões de sua realidade que motivaram sua participação no assalto.

Já no caso da entrevistada 2, ao ser questionada sobre como era sua vida antes do cárcere, relatou ser pobre, mas tranquila. A seguir, versou sobre as dificuldades que passara com o marido e o filho. A interlocutora contou que morava em uma vila muito pobre e sua casa era a última; um dia, estava fazendo seu filho, que era bebê, dormir, embalando-se em uma rede com ele na sala da casa, quando a polícia entrou. Foram truculentos, vasculharam tudo e encontraram drogas, enquadrando-a no crime de tráfico.

Ela conta que, como soube depois, os traficantes da área viram a polícia chegando, livraram-se da droga em sua casa e fugiram. Nenhum homem foi preso naquele dia, apenas ela, que implorou aos policiais que permitissem que ela deixasse o filho na casa da mãe. A entrevistada contou que seu marido mantinha amizades com os traficantes da área, envolvendo-se nas coisas que faziam. Ele não foi preso no dia em que ela foi. Ou seja, ele estava entre os homens que saíram da vila ao avistarem a polícia, deixando-a para ser presa. Seu relato desvela como uma mulher, relegada ao âmbito doméstico para cuidar do filho, fica mais vulnerável à prisão, por ficarem responsáveis pelos afazeres domésticos. Em outra realidade, a entrevistada poderia estar fora, trabalhando, ao invés de estar em casa para ser presa. No entanto, nesse quadro, certamente teria outra mulher cuidando de seu filho em casa, o que faria com que essa mulher fosse presa em seu lugar.

Já a entrevistada 3, mobiliza sua ética pessoal para explicar que não estava transportando o pé de maconha para traficar, “eu tava trazendo uma erva que eu plantei, assim, sabe?” (Entrevistada 3, 2024). Dessa forma, ela mobiliza suas intenções ao transportar um pé de *cannabis* na mala, o que não é considerado no julgamento, por ser uma perspectiva subjetiva, não passível de apreensão pelo juiz.

Ela conta que um amigo que também plantava, mas morava na cidade de Florianópolis, teve o apartamento invadido, as plantas apreendidas e não sofreu nada, abordagem muito diferente da que ela teve: “comigo não, passei nove meses. Levei porrada, fui maltratada, torturada de todo jeito só porque eu tinha plantado aquela *cannabis* e vinha trazendo, sabe? E fui pega. Eu que nunca...” (Entrevistada 3, 2024).

Ao mencionar “eu que nunca...”, a entrevistada se afasta do que, para ela, é reconhecido

como criminalidade, de modo que ela se coloca como oposta a essa realidade, aproximando-se da fala da entrevistada 1, acerca da coragem para executar o assalto. A essa ética, compreendo como um movimento de afastamento daquilo que o cárcere e o mundo do crime representam para a sociedade. Reflexão essa que é atravessada pela negação do pertencimento a todos os sentidos atrelados a essa realidade.

Além disso, a fala da entrevistada mostra como a tortura física é reiterada como comum no cárcere, como se àqueles corpos fosse aceito, ou mesmo esperado socialmente, machucar, bater – torturar. Como se utilizar a violência física contra as mulheres encarceradas fosse algo comum; essa forma de abjeção compreendemos como um traço que é atravessado pela própria noção de não se reconhecer como parte daquele mundo onde habita, um movimento de negar ser passivamente enquadrada nos sentidos lançados sobre mulheres encarceradas, mas que mostra que a imposição da violência ética através da violência física.

Nesse momento, ambas entrevistadas negam se reconhecerem como pertencentes àquela realidade, mesmo já tendo sido encarceradas e cumprido suas sentenças, no momento em que as entrevistas foram realizadas com as mesmas.

Já a entrevistada 4 relata ter sido presa por fazer algo que ela não considera equivocado, mas algo bom. Ela conta que facilitava o processo de aposentadoria de pessoas que trabalhavam na área rural. Com isso, a entrevistada foi indiciada por estelionato, o que culminou em seus sete anos de aprisionamento no CRF, que se desdobraram em uma prisão preventiva inicial de dez meses e, posteriormente, no cumprimento da pena. Ao argumentar que foi presa por fazer “algo bom”, a entrevistada mobiliza a ética ao argumentar que estava a buscar preencher a brecha do Estado quanto à aposentadoria de pessoas que trabalharam no campo, pessoas essas que são historicamente negligenciadas e apagadas de políticas públicas como a aposentadoria, de acordo com o relato da entrevistada.

As quatro entrevistadas, sem que a conceituação da cena de interpelação fosse verbalizada pela pesquisadora, estabeleceram suas cenas próprias de interpelação, cenas essas que se consolidam a partir da perspectiva butleriana, quando versa sobre o papel da ética no relato de si. Em outros termos, para que haja um relato de si, é necessário que se estabeleça uma cena de interpelação a partir da compreensão, por parte de quem fala, da violência ética.

Certamente, o movimento de compreensão por parte de quem fala seria mais facilmente apreendido em um processo terapêutico, mas ao se tratar de comunicação, compreendemos que o falar, o verbalizar, o comunicar, são formas de pôr alças no mundo para compreendê-lo da melhor forma possível.

O relato de si, entendido como dar conta de si, como o movimento de compreender a si

nas cenas de interpelação, diz respeito à confrontação com a responsabilidade de suas ações, em confrontações com as normas éticas, com os sistemas opressivos, com as relações de poder que atravessam sua vida e com as imagens de si. Em outras palavras, no relato de si, que não é uma narrativa de si, podemos apreender um movimento reflexivo de perceber a violência ética e perceber-se em violência ética, assim como perceber de que forma a violência ética constitui as mulheres. O relato de si centraliza a responsabilidade ética de si mesmo, das condutas perante os outros e das condutas dos outros perante si.

Em tal sentido, a cena de interpelação do que levou à prisão das interlocutoras atua como provocativa da manifestação para a responsabilização ética de si mesma, tanto do ponto de vista das mulheres aceitarem quanto do ponto de vista de rejeitarem a forma como isso impactou em suas vidas, do arrependimento, da ação de repensar, de refletir. Assim, as interlocutoras mobilizam uma razão epistêmica que conecta a entrevista e a motivação para esta pesquisa às falas das interlocutoras.

Quando relatam a si mesmas a partir da cena de interpelação do que as levou à prisão, lançam mão da responsabilidade ética, no movimento de reconhecer a si mesma como um sujeito ético, passível de responsabilização, no mesmo tempo que reivindica a si como sujeito de direitos, um sujeito merecedor da responsabilidade ética em movimento relacional.

Ah, mas eu não considero meu crime... Eu não considero eu como criminosa nem como que eu tenha feito um crime. Até Jesus eles prenderam e fizeram. Eu acho que quando a gente pega uma causa pelos menos favorecidos, você espera que vem chumbo grosso em cima, entendeu? Então, eu sei (Entrevistada 4, 2024).

Verbalizar este ponto de reflexão acerca de sua trajetória é um dos achados inesperados da presente pesquisa, uma vez que materializa a dimensão ética do reconhecimento de si – relacional – e a forma como afetou e segue afetando suas vidas, uma vez que diante de uma entrevista sobre a experiência no cárcere, mostrou-se crucial relatar o que as levou à prisão.

Dessa forma, as interlocutoras por si só e sem provocação verbal para a construção da cena de interpelação o fizeram, configurando os relatos que se seguem como relatos de si, que precederam as outras diversas formas de violência ética e foram verbalizadas durante a entrevista.

A primeira delas, que muito se destacou nas entrevistas e nos diversos momentos de audição das mesmas e leitura das transcrições foi a forma como a violência masculina atravessou suas possibilidades de vida, seu encarceramento e a própria dosimetria penal - cálculo realizado, de acordo com as infrações cometidas, para chegar ao tempo de

encarceramento. A essa forma de violência ética, chamamos de colonialidade do poder masculino, que será desenvolvida na seção seguinte.

6.2 Colonialidade do poder masculino

Esta é uma seção que não havia sido planejada ao longo do projeto de tese. No entanto, ao estabelecer o contato com a empiria coletada nas entrevistas, ela emerge e demonstra a forma como colabora com a compreensão da perspectiva das mulheres, mostrando-se necessária para a realização e explicação do movimento de análise.

A colonialidade do poder, do saber e do ser, alcunhada por Quijano (2005), diz respeito à forma como a colonialidade afeta a construção da dominação, do conhecimento e da subjetividade dos sujeitos atravessados por ela. Lugones (2005) complementa, como citado anteriormente, sobre a forma como a colonialidade constituiu o gênero. De acordo com o argumento aqui desenvolvido, trata-se de um desdobramento da colonialidade do gênero: a colonialidade do poder masculino, uma vez que diz respeito à constituição das ações das mulheres frente aos homens que atuavam na tentativa de dominá-las, mesmo quando elas mobilizaram formas de resistência diversas que são interpeladas pela imposição do poder masculino sobre as mulheres.

A colonialidade do poder masculino se desdobra, na primeira entrevista, quando a interlocutora conta que ficou responsável sozinha pela criação e alimentação das irmãs mais novas. Isso poderia facilmente representar um caso de colonialidade do gênero, ao delinear que mesmo tendo irmãos mais velhos, ela, a mulher, ficou responsável pelo cuidado com as irmãs. Mas isso se agrava, materializando a colonialidade do poder masculino quando um homem passa a fazer parte da cena disposta em questão.

Tomar o gênero como uma referência central para a pesquisa mostrou-se complexo para não recair nos essencialismos criticados tanto por teóricas feministas do Sul Global, quanto na visada partilhada por Butler (2018) em *Problemas de Gênero*. No entanto, ao perceber o olhar essencialista materializando-se na pesquisa, não existiram outras alternativas, a não ser demonstrá-lo no trabalho, uma vez que ir em contrapartida a isso poderia corroborar com o movimento de apagamento das vozes de mulheres subalternizadas.

Ainda no início da entrevista, é possível a identificação do desdobramento dos papéis de gênero na vida da interlocutora, quando, após a mãe ficar desempregada, ela passa a estar responsável pelas suas irmãs. Entrevistada 1 não era a única irmã mais velha que poderia estar

responsável pelas menores, sendo inclusive muito nova para assumir a responsabilidade por si só, mas é mulher e no contexto da socialização feminina ocidental para o cuidado, a responsabilidade recaiu sobre ela, o que desvela o poder que a performatividade de gênero possui diante das possibilidades oferecidas e negadas às mulheres.

Morando na Ilha do Marajó, sem ter concluído sua escolaridade e sendo mulher, poucas oportunidades foram vislumbradas pela mesma. Somando a isso o fato de ter-se percebido como lésbica, a performatividade reitera os papéis de gênero em vias de reenquadrar aquelas que se situam como dissidentes da conformação de seus corpos e ação. Reforçando que mesmo sentindo-se deslocada, foi deixada com as irmãs para que os pais voltassem para a área rural, como ela relata: “Eu era muito sozinha e eu fiquei” (Entrevistada 1, 2023), por ser mulher, responsável por suas irmãs.

Diante do momento de dificuldade que se desdobra em problemas financeiros para o/e no cuidado das irmãs, a fala da interlocutora revela que um papel foi revelado como passível de ser ocupado naquela equação: o papel masculino. Ao perceber-se naquela situação, uma das irmãs passa a namorar e seu namorado começa a ocupar o papel masculino dentro da casa e passa a ser o “homem em casa” (Entrevistada, 1, 2023). A entrevistada revela se perceber diante da resolução de sua vulnerabilidade maior, que era estar sozinha, com necessidades financeiras e estando responsável pelas duas irmãs.

E a questão é assim do envolvimento foi realmente por estar passando um momento de necessidade. Sim. Mas foi um estado complicado, eu estava com toda responsabilidade do meu pai, quando ele chegou. Ele começou a morar em casa, né? (Entrevistada 1, 2023).

Ela afirma, na citação acima, que se percebeu diante da cena de assumir uma responsabilidade que não era dela, ou seja, que deveria ter sido abraçada pelo pai, de acordo com as normas de gênero vigentes. No entanto, como não foi isso que ocorreu, o namorado de sua irmã passou a ocupar o papel masculino disponível na casa. Ainda que não o conhecessem bem, e nem sequer soubessem que ele já possuía passagem pela polícia, como o “papel do homem” estava vago, ele passou a ser ocupado pelo namorado da irmã.

Com isso, foi criado um laço de amizade entre a interlocutora e o namorado de sua irmã. Com o tempo, suas habilidades para o mundo do crime foram surgindo, os encaminhamentos para transportar armas e realizar ações que o cunhado mostrava como alternativas à falta de dinheiro foram empreendidas pela entrevistada 1. Através disso, a Entrevistada chegou até o

assalto que a direcionou para o encarceramento.

Mas, antes de adentrar as questões de gênero no próprio presídio, é importante ressaltar que, de uma forma muito semelhante às mulheres heterossexuais que são encarceradas por se envolver em questões que concernem seus companheiros, a história da entrevistada 1 reflete um caminho muito parecido, ao desvelar que no âmbito doméstico a fala masculina tem tanto peso que mesmo mulheres que não são suas companheiras de vida, por serem lésbicas, como a entrevistada, passam a cometer ações que se deslocam do padrão social. A entrevistada 1 não foi empurrada para o crime por um companheiro que a apresentou o tráfico de drogas como um caminho, mas foi encaminhada pela mesma pessoa que reconheceu como o “homem da casa”.

Quanto à entrevistada 2, em seu relato de prisão, desvela que estava sozinha em casa com o filho bebê, quando a polícia chegou e encontrou drogas aparentemente jogadas por cima do muro para dentro da sua casa. A entrevistada se negou a responder se compreende essa ação como um reflexo de seu relacionamento, mas destacou que o companheiro estava com os outros homens que fugiram, ao ver a polícia entrar na vila. Ao fugir junto com eles, compreendemos que a colonialidade do poder masculino também atravessou a entrevistada por não ter sido sequer considerada para também sair da casa, configurando dois caminhos de análise: as normas regulatórias de gênero para a compreensão do padrão que não percebe a entrevistada como um comum às pessoas que fugiram e, a partir de outra perspectiva, podemos compreender seu abandono como uma das faces dos sistemas interseccionais de desigualdades, quando os marcadores mulher, mãe, negra, fez com que ela ficasse na casa para ser apreendida pela polícia.

A colonialidade do poder masculino, nesse caso, desconsiderou sua vulnerabilidade e demarcou a segmentação dos gêneros, de forma que o grupo de pessoas vulneráveis à prisão – os homens – não a convocaram como parte do grupo a ser poupado da prisão. Movimento que se agrava quando refletimos acerca do fato da droga ser deixada em sua casa para que a polícia encontrasse.

Um sujeito masculino também emergiu durante a terceira entrevista, quando a interlocutora relata que, da mesma forma que ela transportou uma muda de *cannabis sativa*, um amigo seu também plantava e teve a casa invadida pela polícia, que não procedeu com seu indiciamento, prisão ou com os efeitos que a entrevistada obteve por transportar a planta.

Na quarta entrevista, a colonialidade se manifestou na fala da entrevistada de forma diferente, ela relata que o juiz a interrogava de forma agressiva nos momentos de seus muitos julgamentos - muitos, por conta da quantidade de processos em que ela foi a acusada. Ela conta que respondia assertivamente a todas as perguntas do juiz, questionando-o se ele não faria o mesmo em seu lugar, ou se ele julgava equivocada sua ação de facilitar a aposentadoria das

pessoas que trabalhavam na área rural.

Como eu peguei um juiz arcaico, e que não sei porque me odiava, ele fez de cada aposentadoria um processo. Caramba! Quer dizer que meu crime, que era um crime simples, se tornou hediondo. Porque 150 processos era pra ele ter unificado e dado uma pena só (Entrevistada 4, 2024).

Ao ser direta nas respostas e questionar o lugar ocupado pelo juiz, homem, no processo, a entrevistada subverte a ordem hierárquica dos julgamentos, agindo em movimento de resistência, na tentativa de não ser tão prejudicada.

Uma pena alternativa. Mas como eu defendia muito os menos favorecidos, ele me... Ele me castigava, *porque eu também não me calava*. Quando ele dizia alguma coisa, eu debatia. Mas o senhor acha que uma pessoa nessa idade já não contribuiu com o país? Já não pagou imposto em tudo que ele comeu, em tudo que ele viveu? O senhor acha que essa pessoa viveu sem trabalhar? (Entrevistada 4, 2024, destaque da autora).

Ao verbalizar “ele me castigava, *porque eu não me calava*” (Entrevistada 4, 2024, destaque da autora), a entrevistada demarca o lugar de reconhecimento de que contrargumentar poderia prejudicar sua pena, mas destaca que, ainda assim, considerou a importância de mobilizar a ética de ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade como mais valiosa diante do julgamento. A partir desse movimento, a interlocutora destaca a ética mobilizada como forma de resistência perante o sistema.

A colonialidade do poder masculino, na fala das interlocutoras, desvela nuances de como os seres masculinos se impõem – ou são impostos pela sociedade – perante as mulheres. Ao tratar da colonialidade do poder, Quijano (2005) destaca que não se manifesta apenas através de imposição violenta, mas também na socialização dos sujeitos, na constituição da subjetividade dos sujeitos através da introjeção de normas regulatórias.

Dessa forma, na colonialidade do poder masculino, o tecido social passa a ser atravessado pelas normas regulatórias de gênero, que atuam na mediação das interações. Através deste processo, é possível vislumbrar como a hierarquização do gênero, identificada por Lugones (2005) demarca as interações. No entanto, como detectado nas entrevistas, as mulheres não apenas reconhecem esta segregação, mas também verbalizam a necessidade de resistência às formas de violência que compõem o tecido social.

A colonialidade do poder masculino materializa uma forma de violência ética, uma vez que os atravessamentos provocados por sujeitos masculinos na experiência das mulheres

tornaram-se normativos das relações sociais vigentes.

Verbalizar a forma como esses sujeitos atravessaram suas vidas, neste sentido, pôde ser compreendido de duas formas: uma dessas formas pode ser identificada logo na primeira entrevista, quando a figura do “homem da casa” implica na entrada da interlocutora no mundo do crime, ou na fala da entrevistada 4, quando explica que os conflitos com o juiz da audiência fez com que seu julgamento não fosse encaminhado para a junção dos 150 processos nos quais ela era acusada, o que tornou o crime cometido por ela como hediondo, levando em consideração a quantidade de processos. A segunda forma de compreensão foi identificada na fala da terceira entrevistada, ao mostrar que enquanto ela foi presa, seu amigo que também cultivava *cannabis* não sofreu nenhuma consequência.

Na seção seguinte, apresentamos um olhar para a violência ética que busca ir além dos relatos de prisão, alcançando as experiências das mulheres no Centro de Reeducação Feminino (CRF), da triagem ao pavilhão de convivência entre as mulheres encarceradas.

6.3 Primeiras impressões: da triagem ao pavilhão “Tem muita fatura... de cuidado...”

Ao adentrar o presídio, antes da audiência de custódia, as mulheres são deixadas em uma cela específica, todas as que entraram há pouco tempo ficam juntas e aguardam a audiência de custódia e o julgamento – esse local é a triagem. É comum que mulheres consideradas não perigosas passem apenas pela triagem e não conheçam o pavilhão, o que não foi o caso de nossas interlocutoras.

Ao longo deste trabalho, houve um esforço para conhecer o presídio por dentro, ainda que a SEAP tenha negado a entrada da pesquisadora. Dessa forma, a triagem configura o momento inicial, após o fichamento - quando a ficha prisional é produzida e fotos são feitas para a identificação do rosto, das tatuagens e das particularidades físicas de cada mulher -, da experiência de mulheres que foram encarceradas.

Ao falar sobre seu tempo na triagem, as mulheres ainda mobilizaram a cena de interpelação da prisão, constituindo um movimento de reforço da ética que as encaminhou a cometerem infrações, o que poderia ser identificado se os relatos de si tivessem como objetivo o julgamento das mulheres, como um inquérito.

Em contrapartida, os relatos aqui configurados, a partir da cena de interpelação da entrevista, são mobilizados para que a voz das mulheres seja a primeira a enunciar sobre a realidade vivida. Neste ponto, a entrevista se configurou como se fosse uma contação de história

de violência ética, mas que não se encerra nela.

Ao serem questionadas acerca da primeira impressão que tiveram sobre o presídio, no momento da entrada, as entrevistadas entram em consonância quanto às impressões que tiveram.

Sujo. Mofado. Abandonado. Lugar de ninguém assim, sabe? Era uma coisa feia mesmo, feia. As pessoas que estavam lá pareciam infelizes, não só as encarceradas com certeza, mas quem trabalhava também estavam infelizes, sabe? Acho que quem trabalha muito próximo acaba reproduzindo, sabe? Tanto a crueldade de quem eles aprisionam, que eles se acham no direito de ser cruel, quanto a essa tristeza, essa falta de tudo, que é o cárcere, que é uma falta de tudo (Entrevistada 3, 2024).

Ao adentrar o presídio, a entrevistada 1 relata que se surpreendeu, uma vez que da mesma forma que se viu diante da exploração por parte das próprias mulheres também encarceradas, que cobravam quinhentos reais por quinze minutos de ligação àquelas que acabaram de entrar, e do medo assentado sobre o sentido preexistente de que ali não seria um bom lugar para estabelecer uma relação de humanidade, ela também relata uma forte cena de solidariedade entre as mulheres que já estavam ali – naquele momento, na triagem – e as que estavam entrando. “Então, existia uma rede de apoio lá mesmo. Uhum. Existia uma rede de apoio lá mesmo entre as mulheres no momento que ia chegando já ia sendo absorvida pra essa rede” (Entrevistada 1, 2023).

Quando uma mulher adentra o CRF, de acordo com a interlocutora, ela é deixada ali com a roupa do corpo, ficando apenas com as roupas íntimas e vestindo o uniforme cedido pela SEAP. Diante disso, ficam com apenas uma calcinha e um sutiã até que sejam transferidas da triagem (período que pode levar muitas semanas) para o pavilhão, local onde podem finalmente receber visitas e estar em contato com as demais internas.

Até a transferência, as mulheres contam com a rede de solidariedade citada pela entrevistada 1, que fornece bens de uso pessoal e roupas íntimas, reiterando que as relações de gênero, entre as mulheres, são boas relações e que subsidiam a interseccionalidade de solidariedade que vai além da abjeção internalizada antes de adentrar o presídio. Portanto, além do medo introjetado do presídio, a Interlocutora revela que a solidariedade foi o que mais se destacou e a assustou.

Dentro do CRF, foi ruim, mas não foi tanto, porque devido ao crime você é diferenciado [...]. Na triagem você não tem direito a escova de dente, não tem direito a nada. Eu nunca fui, né? Não passei por essa triagem pela idade. E o advogado, trabalho de advogado, mas as pobres que não têm defesa, elas vão pra lá e passam, elas não tomam banho porque não tem sabonete. Então, como vinha muito pra mim...

(Entrevistada 4, 2024).

Sobre a triagem, percebemos que por ser o primeiro lugar em que as mulheres são deixadas depois de passarem por todo processo de “fichar”, acaba por carregar sentidos que assustam mais as mulheres, “é porque tu entra com a tua roupa do corpo, né? Não é um lugar amigável pra ter inimiga, né? [Mas] tinha um comércio” (Entrevistada 1, 2023). A entrevistada 4 não passou pela triagem, como pode ser percebido em sua fala acima.

Além disso, ter um advogado particular equilibra os desrespeitos experienciados pelas mulheres, o que já destaca que o poder aquisitivo para a contratação de advogado configura um privilégio garantido pelo capital e que se desdobra na proteção contra determinados tipos de violência “Porque com advogado é diferente” (Entrevistada 1, 2023). Em outros termos, quem adentra o presídio sob a proteção de já possuir um advogado particular é tratada melhor desde a triagem, o que desvela sistemas interseccionais de desigualdades entre as mulheres, pois ao ter acesso a um advogado particular, as que têm acesso a esse serviço desfrutam de hierarquia em relação às que não têm. Portanto, ter advogado olhando por si dentro do presídio reflete interseccionalidades de privilégios no alargamento de marcadores sociais de diferença que tratam das mulheres e suas companheiras sem acesso ao privilégio de classe que se materializa na dimensão de classe.

Ao entrar no presídio, mostra-se de que forma a introjeção das normas morais opera na subjetividade das entrevistadas, o que bebe na fonte das gramáticas morais que constituem sentidos sobre o presídio.

Diante da entrada apenas com a roupa do corpo, com acesso negado às demais mulheres no presídio, a entrevista 1 desvela que a triagem não seria um lugar seguro para que se desenvolvesse uma inimizade, asserção que destaca como o espaço interno do presídio fora construído como um local inseguro, por ser habitado por “pessoas perigosas”. Dessa forma, a cena de interpelação que se desvela a partir da entrada no presídio, ou “estar dentro do presídio”, ilumina o teor inseguro configurado na introjeção de gramáticas morais pela interlocutora.

Mas assim como os riscos compreendidos a partir das interações sociais, a interlocutora revelou já conhecer a gramática de sobrevivência no presídio, uma vez que sua colega, encarcerada pelo mesmo motivo, já adentrou no presídio com dinheiro - “levou lá pra dentro em suas partes íntimas” (Entrevistada 1, 2023) – para ser usado no comércio de dentro, uma vez que este ajudava a abrandar as faltas que ali faziam.

Os comércios dentro de prisões são aceitos pela gestão e pela população carcerária, justamente por criar a possibilidade de lidar com as faltas que o sistema não dá conta de

manejar. Mas, diante dos preços abusivos, as mulheres acabam precisando fazer os “corres” para dar conta de sustentar-se lá dentro. E, dessa forma, os mercados ilegais se multiplicam e suas penas podem agravar-se se o “corre” realizado for o de venda de drogas. Mas nem sempre esse “corre” é o realizado pelas mulheres, uma vez que trabalhos domésticos também são realizados, como a limpeza das celas umas das outras, a lavagem de roupas e trabalhos como manicure e cabeleireira são valorizados entre as mulheres.

Sobre a experiência na triagem, recorrentemente dura mais tempo do que deveria. Por regra, as mulheres deveriam passar apenas alguns dias ali, mas esses dias se estendem para semanas, ou mesmo meses. “A experiência na triagem é a pior. Porque tu não tem... tu não... tu não tá recebendo... tu não tá recebendo essas coisas.” (Entrevistada 1, 2023). Sobre as coisas que não estão sendo recebidas, pode-se compreender que, por estarem em um local possível de receber visitas de familiares, as mulheres não recebem as contribuições de roupas, alimentos e itens de higiene básica, precisando subsistir apenas com o uniforme cedido pela SEAP, e a roupa íntima usada na entrada no presídio, além do compartilhamento de itens por parte das outras mulheres, que já estão no pavilhão e têm acesso mais alargado.

Na triagem, as mulheres recebem apenas um uniforme e um copo com uma escova de dentes. Sua roupa fica com a direção do presídio, as mulheres vestem apenas sua própria calcinha, que já está no corpo, e o sutiã, caso não possua aro de sustentação. O uniforme, caso fique sujo - o que certamente acontece, por ser a única roupa usada por elas - caso seja lavado, deve secar no corpo.

A entrevistada 3 já relata que entrou em um estado de sofrimento absurdo na triagem, necessitando de atendimento psicológico.

Olha, é muito confusa a triagem, sabe? Porque tem muitas mulheres, então tu não tem o atendimento, como tudo no Brasil, um atendimento personalizado, é mais uma coisa geral, assim, sabe? Eu, como eu não parava de chorar, eu tava naquele surto de choro, não sei quando um dia, ela me mandou pra psicologia. Na psicologia eu já tive mais acolhimento, mas no processo com a assistente social. Ela também já me arranhou logo o emprego na Costafe. Depois de uma semana, ela disse, não, tu vai ter que trabalhar aqui, senão tu não vai aguentar. E tem a Costafe, tu já tem essa relação com a arte. Aí eu fui dar aula para as meninas de fazer biojóias, sabe? Foi ótimo (Entrevistada 3, 2024).

Até a transferência, as mulheres contam com a rede de solidariedade citada pela entrevistada 1, que fornece bens de uso pessoal e roupas íntimas. Portanto, além do medo introjetado do presídio, a interlocutora ilumina que a solidariedade foi o que mais se destacou e a assustou.

A triagem é ali no mesmo pavilhão. Só que a triagem é horrível, mana. Ela não tem luz. Elas te deixam uma semana sem luz. Em uma cela. Que no primeiro dia só tinha eu e uma menina muito magrinha de... de Bragança também, que mal se movia, mal percebiam que ela tava lá, sabe? Ela tava muito depressiva, acho que ela era viciada também (Entrevistada 3, 2024).

A triagem é a representação da lógica de repressão que se estabelece no presídio, ela é marcada por todas as gramáticas morais que constituem os sentidos acerca de tal mundo, cercado pelos altos muros brancos. A partir da triagem, as normas regulatórias vigentes no presídio – como o que deve ocorrer durante os procedimentos – vão sendo repassados às mulheres que ali passam a habitar. A triagem, dessa forma, funciona como uma iniciação à realidade que será vivida dentro do presídio, as violências normatizadas e as formas de ação que são esperadas das mulheres encarceradas.

Direcionando a entrevista da triagem para o cotidiano do pavilhão, as entrevistadas destacaram que as relações se estreitam mais ainda, uma vez que cada cela é tida como um mundo particular em que as mulheres convivem entre si, majoritariamente desenvolvendo relações de cuidado, amizade e carinho. Destacando-se, ainda, as relações de maternidade desenvolvidas entre as mulheres que estão encarceradas mais tempo e aquelas que acabaram de chegar ou mesmo marcadas pela idade, como no caso da entrevistada 3, que era chamada de “vovó” pelas internas.

Eu dava um carinho, eu dava uma palavra boa, então eu vivia sempre rodeada comigo. Em mim ninguém tocava. Em mim ninguém fazia nada que... Ou se revoltavam as presas, se fosse alguma coisa da direção, ou a direção tomava o meu partido. Aí era assim (Entrevistada 4, 2024).

As redes de solidariedade se estabeleciam entre as mulheres ali dentro, que buscavam apoiar-se umas às outras da melhor forma possível, como a entrevistada 3 relata:

Enfim, mas assim, eu recebi ajuda. Eu não posso te dizer. Eu recebi muita ajuda, tanto das pessoas do presídio, da coordenação, das psicólogas, das assistentes sociais, sabe? Alguns agentes também me ajudaram muito. Senão eu teria morrido lá. Eu teria morrido, eu não ia conseguir aguentar. Os primeiros meses eu suportei com os psicotrópicos. Tomava cinco tipos de psicotrópico (Entrevistada 3, 2024).

O uso de medicamentos psiquiátricos é uma prática comum nos presídios brasileiros. O que se agrava diante dos sentidos construídos pelas gramáticas morais sobre o espaço físico do presídio e as pessoas que ali habitam, como a entrevistada 3 explica:

E aí, com os psicotrópicos, eu conseguia aguentar, porque eu não conseguia dormir. Nos primeiros dias, eu não conseguia dormir. Porque eu achava que elas iam me matar, sabe? Eu tinha pesadelo, que elas eram demônios. Tudo a construção fora. Não, e na construção fora, tu acha que elas são as piores, sabe? Tu não entra lá. Aí depois tu vai ver seres humanos, mana, pelo amor de Deus. Não vou dizer que são melhores do que aqui [fora], mas são iguais. Não tem nada... A gente demoniza os encarcerados, como se eles fossem... Mas que nada, mano. É a população mais vulnerável que tem. Quem nunca teve chance... Uma ou outra resolveu ser bandida, mas a maioria foi empurrada. Sabe, de uma forma... Não tinha outro caminho, eu te digo com toda a certeza da minha vida, não tinha outro caminho. E mais ainda, não poderia ser outra coisa, com toda a base de sofrimento que foi seu remédio. Pelo amor de Deus. Tinha umas assim até que trabalhavam (Entrevistada 3, 2024).

A fala acima recortada destaca a forma como o mundo fora do presídio compreende a realidade de pessoas encarceradas. Logo, ao adentrar o presídio como apenada, os sentidos construídos externamente sobre o cárcere reforçam a abjeção das mulheres com as quais divide a cela, “eu achava que elas iam me matar sabe”, ou seja, as mulheres que lá estavam com ela eram vistas como perigosas, como assassinas. A entrevistada declara que não conseguia dormir por medo de ser morta pelas outras mulheres, o que reitera, além dos sentidos externos sobre as outras, que em sua mentalidade ela também poderia ser morta. Mas sua fala também destaca que ao adentrar o presídio como interna, essa realidade se molda tanto pelo contato com as mulheres internas, quanto pelo autorreconhecimento como humano, movimento de não notar enquadrar-se naqueles sentidos que antes acreditava serem verdadeiros. A seguir, a entrevistada narra que, de acordo com o tempo de existência no presídio e com a sobrevivência, as mulheres passam a ser vistas umas pelas outras como humanas, desvelando que as relações estabelecidas por elas são encaminhadas para a compreensão da potência da solidariedade entre as mulheres encarceradas. Também de acordo com a entrevistada 3, esses laços se estreitaram na hora de dormir, quando as mulheres aproveitavam para conversar entre si.

Elas tinham exercício durante a noite, que todo mundo antes de dormir não tinha nada pra fazer, né? Ficava contando os crimes, sabe? Mano, eu ficava chocada, sabe? Eu ficava chocada com a falta de remorso, sabe? Com a ira, com ódio, com prazer, que algumas falavam assim. Eu, como não tinha crime, eu contava viagem. Elas adoravam, sabe? Elas viajavam comigo. Eu via como elas eram mulheres carentes. Que a minha vida era legal pra elas. Elas queriam se aproximar de mim, sabe? Eu era uma coisa que... Aí, mana, enfim. Foi... Eu interagi com todas, o máximo que eu pude, não teve nenhuma que eu não me recusasse ou fosse preconceituosa, sabe? Com as negras, mais ainda, com as negras eu acolhia, porque eu via que até lá dentro rola o preconceito fudido, assim, sabe? (Entrevistada 3, 2024).

O compartilhamento de experiências antes de dormir pode ser compreendido tanto como

um movimento de humanizar-se a si mesma, quanto como uma tentativa de destacar sua coragem, para prevenir investidas violentas contra si. É, dessa forma, uma materialização da interseccionalidade entre as internas, pois através dos compartilhamentos se nota as desigualdades entre as mulheres e reconhecidas por elas. Em sua fala, a entrevistada 3 também narra reconhecer a vulnerabilidade de suas colegas de cela, de modo que ela percebia que “elas eram mulheres carentes”. Na forma como a entrevistada relata, fica perceptível que a mesma percebia esse momento como o de humanizar-se, ainda que julgasse as ações de suas companheiras de cela. No entanto, a entrevistada 3 relata preocupar-se com a solidariedade entre as mulheres, reforçando o discurso de cuidado uma com a outra sempre que possível, “nesse cuidado de ser solidária uma com a outra” (Entrevistada 3, 2024).

Porém, em sua fala, podemos recorrentemente apreender formas de subjugação de suas colegas, quando as julga pela falta de remorso ou quando destaca que as via como mulheres carentes, o que nos leva às relações afetivo-sexuais dentro do CRF.

Quanto às relações afetivo-sexuais, também são destacadas pelas interlocutoras como mais comuns do que fora dos muros do presídio. A entrevistada 1 revela que, enquanto perdeu amizades e consideração de familiares por um tempo após assumir-se como lésbica, dentro do CRF ela via a homossexualidade feminina como “normal” e, inclusive, aceitável, não gerando entre as mulheres espaços de preconceito, talvez porque “as curiosidades ou mesmo a carência, né? acontecem. Alguém que possa te acolher” (Entrevistada 1, 2023).

6.4 O “castigo” e a Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária

No campo da normatização de violências físicas a partir da ética, ou do uso da ética para sustentar a violência, fica perceptível a forma como o uso da violência física por parte das policiais penais é percebido como comum, “e a agressão ela é como se fosse, entre aspas, normal, partindo das agentes penitenciárias” (Entrevistada 1, 2023).

Tal campo de normalidade da violência física se desdobra no uso de espaços físicos que são denominadas de detenção/isolamento, mas no CRF são o “castigo”; comum às mulheres que possuem “mal comportamento” dentro da casa penal. O castigo, como narra a entrevistada 1, “é um lugar em que as mulheres são agredidas”, ficam isoladas do restante da população carcerária, tendo acesso apenas a uma refeição por dia: o café da manhã. A terceira entrevistada declara que não esteve no castigo: “Eu nunca fui pro castigo, não. Eu ouvi as mulheres, quando eu tava na enfermaria, eu ouvi as mulheres no castigo gritando, sabe?” (Entrevistada 3, 2024).

Ela continua:

Era bem atrás, assim, da enfermaria. E aí eu pensava, não, agora ela vai morrer, meu Deus, que ela não pode aguentar isso tudo. Era spray de pimenta, era cacete. E cada uma hora eles mudavam de agente de tortura, assim, sabe? E eram umas doidas, bem doidas também. E elas enfrentavam. Não tinha que ter esse enfrentamento. A gente não tinha nenhuma chance. Então não adianta. Não, não, não. Tu tem que ser... Ficar quietinha mesmo. Tu tem que guardar a tua vida. Independente de facção, do caralho. Mas elas queriam mostrar serviço pra facção, sabe? O chefe delas mesmo era facção (Entrevistada 3, 2024).

Nesses termos, o castigo é a configuração da violência ética reiterada como comum sobre os corpos das mulheres encarceradas.

Realmente, eu nunca fui castigada assim como as meninas, mas vi muitas serem. Elas saíam do nosso convívio, em postas em um quarto bem pequeno sem direito às visitas da família. Eram cortadas do trabalho, banho de sol. Uma época antes da intervenção era mais leve, mas após a intervenção, pegavam muito gás, *spray* de pimenta, apanhavam muito, eram muito humilhadas. O castigo variava de tempo, o menor era de dez dias, alguns levavam trinta dias (Entrevistada 4, 2024).

O que o “castigo” realizava se intensificou com a entrada da Força Nacional no presídio. A Força Tarefa de Intervenção Penal (FTIP) entrou no CRF em 05 de agosto de 2019, sob o argumento de retomar o controle da casa penal. A FTIP entrou enquanto as mulheres dormiam e, de acordo com o relato das interlocutoras e também das gravações realizadas pela Comissão de Direitos Humanos da OAB Pará, foram realizadas atrocidades contra as mulheres encarceradas no CRF. A primeira entrevistada optou por não comentar sobre o ocorrido. O que foi realizado contra as mulheres na entrada da FITIP foi tortura. A tortura é uma estratégia de dominação utilizada contra os corpos que não contam, é abjeção materializada nos corpos das pessoas. A abjeção tende a perceber o quão agravada é a vulnerabilidade de determinados seres. Essa vulnerabilidade é atravessada pelo estatuto do sujeito de modo que desequilibra a balança em que o peso de cada vida é contabilizado. Quanto mais vulnerável, mais passível de violência e morte está, porque a identificação da vulnerabilidade não ocorre para que ela seja resolvida, mas para medir quem vale mais e quem vale menos. Ao serem mulheres, ao nascer mulher, um nível de precariedade já é injetado na pessoa. Se negra, LGBTQIAP+ e pobre, mais precária é sua vida. Ao ser encarcerada, marginalizada pela sociedade e em uma situação de precariedade agravada. E quanto mais precária, mais passível de morte, pois a precariedade não é usada como argumento para preservar a vida daqueles que são mantidos alijados do convívio social. Ser

mulher e estar presa representa um nível alto de precariedade.

O presídio, ele assim, normalmente ele já é muito escroto. Mas assim, eu tive uma noção de campo de concentração, sabe? Foi isso pra mim. Campo de concentração, tortura, né? Tortura psicológica, tortura física, extrema. Eles colocavam cem mulheres num lugar menor do que esse e passavam horas colocando spray de pimenta. E as mulheres vomitavam, se cagavam, se mijavam, se desmaiavam (Entrevistada 3, 2024).

A fala da interlocutora não teria como ser higienizada, para trocar as palavras pesadas que ela usou por outras mais leves. Ao fazer isso, certamente a gravidade da intervenção penitenciária seria amenizada, o que não é objetivo da pesquisa. O que as mulheres passaram ao longo daqueles dias foi comparado pela interlocutora 3 a um campo de concentração. Ao verbalizar isso, nos incentiva a acreditar que a própria entrevistada identificou certo nível de desumanidade que não apenas diz respeito à alimentação que foi negada, o fato de terem sido acordadas com bombas, ou seja, a forma como estavam sendo tratadas enquanto grupo, mas também à violência contra seus corpos, suas subjetividades, suas vidas. A interlocutora continua narrando que,

Primeiro a gente ficou quase uma semana sem comer. Eles davam uma refeição por dia. E era porrada pra caramba, spray de pimenta, tortura, tortura. Durante uma semana foi só tortura, assim. Ficar só de calcinha e sutiã, morrer de frio, dormir no chão, sabe? Os extremos e os extremos de tudo que tu pode imaginar. E isso muitas mulheres numa cela só. Um dia deu uma dor de barriga, mana, e só tinha um vaso pra 48 mulheres. Nesse dia, eu acho que fui uma das únicas, porque eu não tava comendo carne, sabe? Mas eles deram uma comida estragada e elas comiam. Eu ainda sentia quando tava muito estragada. Pensava, não vai me fazer bem, não, ia fazer jejum. Tinha um dia que eu passava três dias sem comer. Porque só bebendo água da torneira e rezando pra Deus me manter viva. Porque eu não tinha como comer aquela comida, era comer aquilo, sabe, ter uma infecção que eu não ia ter como cuidar (Entrevistada 3, 2024).

Ao equiparar o tratamento direcionado às mulheres a um campo de concentração, a entrevistada destaca que aquela foi uma das piores formas de violência já vista por ela, de modo que a desumanização dentro de uma prisão contemporânea acaba por ser equiparada a um dos casos mais extremos de abjeção conhecidos pela sociedade: os campos de concentração. Mas os campos de concentração e a fala da interlocutora não versam apenas sobre a abjeção. O campo de concentração e o CRF sob responsabilidade da FTIP eram operadores interseccionais de poder, em que como no presídio as mulheres são divididas em categorias e isso direciona o tratamento que recebem, as suas condições de vida e também as condições de morte.

E eles continuavam. Depois veio a fome. Depois veio o frio. Depois veio o treinamento. Tudo no apito, a gente virou cadela. Era apito pra acordar, apito pra ir.

Eles estavam adestrando a gente. E aí, em meio a isso, volta e meia, eles faziam uma invasão pra coletar, pra ver se tinham telefone, sabe? Botavam a gente todas peladas pra fazer revista. Ai, aquele era o pior momento pra mim. Porque eu tinha que me abrir toda, sabe? O meu corpo era totalmente... Não tinha mais nenhum domínio sobre o meu corpo. Eu era só mais um corpo ali. Eu tinha que ser exposta, aberta, tudo, assim, sabe? Posições que eu nunca fiz pra homem nenhum, eu tive que fazer pra aquela mulher, pra ela me revistar. E eu com ódio, menino, uma vez eu voltei, eu bati a minha cabeça no banheiro, eu queria desmaiar, porque era uma coisa muito forte de ter vivido aquilo, sabe? Naquele dia eu fiquei bem pertinho mesmo da loucura também. Foi um dos momentos mais fortes pra mim. As revistas, sabe? Tinham homens lá, mano. Tinham homens, assim. E eu ficava pensando, não, não é possível. Isso não é normal. Isso não pode. Isso já passou de todos os limites dos direitos humanos. E eu falava pra eles, sabe? Sobre direitos humanos, direitos humanos. E ela falava pra mim, direitos humanos é pra humanos direitos. Porque era a fala... (Entrevistada 3, 2024).

Nossa quarta entrevistada não experienciou a entrada da FTIP na carne, uma vez que foi levada para a enfermaria para ser poupada – o que desvela que ela fazia parte de um grupo de mulheres que foi poupado da violência. Mas, ainda assim, relatou o que viu e ouviu durante a intervenção, além dos relatos posteriores, quando ela voltou para o convívio das demais mulheres.

É, olha, na intervenção eu nunca vi nada na minha vida tão feio, eu nunca vi. Eles batiam muito, teve aborto. Teve gente que morreu porque eles não deram a bombinha, a bombinha na mão deles. Eles não deram, a mulher morreu de asma do gás, muito gás de pimenta. No início eles me tiraram. Me tiraram... todas as pessoas que tinham problemas de saúde... foi feita... duas enfermarias para esse pessoal. Nós ficamos com os médicos... tudo lá para frente. Antes deles entrarem. Já fomos selecionados... e foram tirados. Só que muitas não quiseram ir... não sabiam o que era... não quiseram ir. E as que não quiseram ir ficaram. Tu imagina, às 5 horas da manhã, bomba estourando no teu ouvido. E aquele grito, e toma bora, procedimento. Pra ninguém saber nem o que era procedimento, porque ninguém nunca tinha... Mas eles bateram muito, eles bateram com o bico das botas, com esse... cacete foi, teve aborto, teve muita... teve 60 pessoas com hematomas. Aí, quando foi, aí no terceiro... aí não entrava e nem saía ninguém. Era oito dias, né? Que não ia entrar e não ia sair ninguém (Entrevistada 4, 2024).

A entrada da Força Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP), composta por homens e mulheres, provocou mudanças na realidade das mulheres internas, como a inserção do termo “procedimento”, que relato ter ouvido na frente do muro branco, mas anteriormente não era conhecido pelas mulheres. Ao ser composta por homens e mulheres, a Força Tarefa pode ser compreendida a partir de duas visadas sobre a normatividade de gênero. Quando formada em parte por homens, a FTIP se constituiu a partir de uma forma legitimada e estatizada de violência de gênero, quando o Estado garante a violência de homens contra os corpos femininos. Demonstrando que o presídio é um recorte da sociedade externa, mas em que as violências são ampliadas, agravadas, aumentadas, dilatadas e espalhadas.

Mas, mesmo diante de tamanha violência, o relato da resistência mostra que as mulheres não a aceitaram pacificamente.

E as meninas, elas são a mulher mais afoita, a mulher tem mais coragem, a mulher não se submete quando ela não quer. Então, o que aconteceu? Quando elas começaram a gritar, a Universal fez uma corrente e cercou todo o presídio com a família das presas. Então, elas começaram a gritar e começaram a bater panela, lata, tudo, caneco, tudo elas começaram a jogar. O povo, ela... nem dez metros de distância, para a rua, viram. Aí começaram a fazer o barulho lá fora (Entrevistada 4, 2024).

Dessa forma, a resistência das mulheres chamou a atenção do entorno do presídio e fez com que ações vindas de fora também fossem empreendidas para ajudar.

Começaram a gritar lá fora, a fazer, e aí eles vieram com spray de pimenta, botaram nelas, bateram, aí elas avançavam para cima deles, e eles recuaram. Aí quando eles viram que as mulheres eram doidas mesmo, eles recuaram. Aí a família pediu proteção. Como a família fez muita onda, não passou dois dias só de intervenção. No outro dia, a OAB entrou entrevistando todo mundo. Aí não queria que entrevistassem uma que ficou cega por causa do gás. Não queria, ela estava junto comigo. A gente chamou, aí a funcionária falou que só ela podia ir até ali. Ele avançou, foi lá, entrevistou ela, tirou foto, botou na internet. Abrandou, mas não acabou, ainda ficaram os castigos. *Eles simplesmente entravam dizendo assim, agora quem manda somos nós, a ordem é matar, nós temos ordem para fazer o que quiser com vocês. Não existe mais lei para preso. Preso é lixo. Eles humilharam muito, humilharam muito* (Entrevistada 4, 2024, destaque nosso).

Os relatos acerca da entrada da FTIP desvelam que, ainda que o foco da pesquisa fosse apenas aquele momento vivido no presídio, ainda assim teríamos muito material para analisar, até como o silêncio que a primeira entrevistada escolheu diante do questionamento sobre a intervenção.

Sobre a fala recortada da interlocutora 3, pode ser apreendido que a abjeção se materializou sobre todas as mulheres que eram apenas no CRF na época. Nesse sentido, a abjeção vai a seu ponto mais agudo – quando a entrevistada se refere a uma fala que ouviu dos policiais penais “a ordem é matar. Nós temos ordem para fazer o que quiser com vocês” [sic]. Quando o policial penal verbaliza para a entrevistada 3 que eles tinham ordem para matar e fazer o que quisessem com as mulheres, a abjeção se mostra em seu nível mais grave: quando a inteligibilidade dos sujeitos é tão negada, quando não há nenhuma possibilidade de reconhecimento e quando o outro, considerado a partir da perspectiva do policial penal, não existe, quando não há alteridade possível.

Dessa forma, embora exista o lugar específico do castigo, na intervenção todas as mulheres disponíveis para serem violentadas foram. Só aquelas direcionadas anteriormente à

enfermaria foram poupadas fisicamente; embora poupadas, seu psicológico não ficou imune aos relatos de abuso, como pode ser percebido tão detalhadamente na fala da entrevistada 4.

Diante do que foi revelado nesta seção, foi possível a percepção de que o processo de ser fichada, passar pela triagem e ser encaminhada para o pavilhão configura um movimento que busca socializar as mulheres para a realidade que será vivida dentro do presídio. Tal percepção, de acordo com as provocações de Butler (2022) ao tema, corrobora com a compreensão do padrão que vem sendo reforçado acerca do que se configura como ético na contemporaneidade, dentro e fora do presídio, quando consideramos as gramáticas morais vigentes, em seus sentidos sobre o presídio. Para dar continuidade, seguindo a percepção dos padrões, direcionamos o olhar para as formas como os conceitos centrais emergiram durante as entrevistas realizadas.

6.5 A mulher a não ser: normas regulatórias de gênero, sistemas interseccionais de desigualdades e abjeção

Para a apreensão do que configura o “ser mulher encarcerada”, direcionamos questões guiadas por normas regulatórias e impositivas do gênero na sociedade. Os atravessamentos de gênero identificados nas entrevistas trazem a marca de tal imposição, assim como a afetividade relatada na seção anterior.

Dessa forma, não houve muitos retornos sobre que mulher se deve ser para uma experiência menos traumática do cárcere, mas se destacaram as ações que *não* devem ser tomadas para facilitar sua estadia lá dentro. A essas ações, nomeamos “a mulher a não ser”. Ações que não devem ser tomadas para a vivência no cárcere, ou mesmo na sociedade.

Ao longo da vida, as limitações quanto às coisas que mulheres não devem fazer são marcadores que atravessam todos os nossos dias. Desde a mais tenra infância, para que sejamos lidas como meninas comportadas, “boas meninas”, somos ensinadas o que não devemos fazer. Dessa forma, a socialização feminina é marcada por mais direcionamentos quanto o que não fazer, do que o que se deve ou pode fazer.

A relação entre ser mulher e estar encarcerada é intimamente ligada à conceituação da mulher a não ser: não se deve ser a mulher encarcerada. Cometer infrações é algo que não se espera de uma mulher, haja vista que sua socialização é direcionada à docilidade, o que se opõe ao agenciamento que é compreendido como parte do ser masculino; agenciamento que também é utilizado pelas mulheres diante da ação de cometer uma infração.

Nesse sentido, ser mulher e ser encarcerada conforma uma dupla condição de vulnerabilidade, uma vez que das mulheres é esperado um comportamento que é quebrado diante da ação de cometer uma infração e a própria ação de cometer a infração desloca-se do padrão social esperado - nesse último ponto, o padrão de não cometer infrações é legitimado como o correto para todos os gêneros.

Ser mulher e estar encarcerada, dessa forma, conforma a dupla condição de vulnerabilidade alcançada pelas sujeitas que cometeram as ações que elas não deveriam cometer: deslocar-se do padrão de docilidade e cometer uma infração perante a sociedade. Logo, as mulheres que são encarceradas automaticamente são enquadradas na concepção da “mulher a não ser”.

No entanto, essa conceituação se apura, uma vez que as mulheres se veem encarceradas. Os relatos citados anteriormente sobre a permanência na triagem reforçam isso. “*Não* é um lugar pra se ter uma inimiga” (Entrevistada 1, 2023, destaque da autora) é uma asserção que materializa a concepção da “mulher a não ser”.

Desde a entrada, ser atravessada pelo sentido externo sobre o cárcere de modo a compreender a parte interna a ele como um lugar que não é indicado para ter uma inimiga, reflete o olhar formado fora do presídio que se desdobra lá dentro, mas que é realidade mesmo lá dentro, ao confirmar impressões externas.

Ser mulher e estar presa configura uma faceta específica daquilo que é construído como feminilidade pela sociedade. A violência ética de gênero é constituída de forma que considera as especificidades do corpo feminino para violar os mesmos. Além disso, a violência ética de gênero pode ser compreendida como uma forma de mobilizar sentidos criados para a opressão e subjugação das mulheres de modo a impor os mesmos sobre elas, como um reforçamento de gramáticas morais em um retorno ao que já tem sido combatido pelas lutas feministas.

Dessa forma, fica perceptível o desenho do que seria ser mulher e estar encarcerada. O que define formas de violência específicas contra as mulheres, que vão desde o discurso de “se buscam igualdade, não apanhar como homens” (Entrevistada 3, 2024), até as violações experienciadas nas revistas vexatórias, que têm como foco os órgãos sexuais que são abertos na vistoria de suas cavidades internas.

Outra forma de violência ética experienciada pelas mulheres quando encarceradas é o abandono, que foi vivido por todas as interlocutoras, com exceção da entrevistada 4, que relata sempre ter os filhos presentes no presídio, possibilitando assim que ela ajudasse outras mulheres, que estavam ali abandonadas pela família.

Reiterando os relatos que já se conformaram como comuns em nosso cotidiano, apenas

a mãe e uma única amiga foram visitar a entrevistada 1, que não pôde contar com a solidariedade e o suporte do pai nem dos irmãos. A mãe, no entanto, precisava realizar uma viagem de 12 horas de navio até Belém, para então pegar um ônibus e chegar até a casa penal. Mesmo assim, ela estava lá na maioria dos sábados de visita.

Mesmo diante de todo o cansaço, ela relata que “E aí a minha mãe. Chegou um dia que ela chegou lá, nossa, ela passou mal do cansaço, né?” (Entrevistada 1, 2023). Nesse momento da entrevista, a interlocutora se emociona ao lembrar da sobrecarga que a mãe viveu naquele momento, o que desvela que ambas estavam atravessadas pela performatividade gênero, de modo que da mesma forma que a entrevistada ficou sobrecarregada pelo cuidado com as irmãs, sua mãe também foi socializada pela lógica que reforça que o cuidado é obrigação das mulheres. Portanto, a socialização de ambas se desdobrou em seu encarceramento e no fato da mãe ser a única pessoa possível que não se viu diante da possibilidade de abandoná-la naquele espaço, como as demais pessoas da família o fizeram.

Porque ela não tinha família. Mas a família é a primeira que abandona. E os machos, mais ainda. Tu vê lá mulheres fazendo fila nos [presídios dos] homens, mas nos femininos não tem. Só tem as outras mulheres. Quando elas têm amantes, elas vão visitar. As mulheres são maravilhosas, irmã. Os homens são tudo macho. (Entrevistada 3, 2024).

A fala acima destaca dois pontos importantes para o debate acerca do encarceramento feminino no CRF, o primeiro versa sobre o abandono das mulheres e o segundo sobre a forma como a homoafetividade feminina se apresenta como uma fuga desse abandono.

Historicamente, o que se alimenta da lógica do colonialismo, as mulheres foram subjugadas pela sociedade. Tal movimento implica na leitura de mulheres como menos valiosas ao tecido social, o que se ancora no fato de estarem relegadas ao âmbito doméstico e, por isso, afastadas do lucro proveniente do capital. Sem domínio sobre o capital, a mulher experiencia essa subtração de valor na vida. Mas esse valor, não diz mais respeito apenas ao capital, passando a atravessar as relações sociais em que as mulheres estão inseridas.

Na contemporaneidade, as mulheres ainda são afetadas pela subtração de valor nas relações sociais, quando fica mais fácil abandonar um membro da família encarcerado se for mulher, o que não é representado pelo cálculo, e menos ainda pelo mesmo resultado, se a pessoa fosse homem.

“Nunca recebi uma visita. Foi uma das coisas que mais me magoou. Porque ninguém foi me visitar”, relata entrevistada 3. Ela prossegue: “Eu recebi ajuda de todo mundo. Fizeram

até um grupo de amigos da _____. Mas ir lá mesmo...” (Entrevistada 3). A entrevistada relata como seu abandono no presídio refletiu negativamente em seus sentimentos. Ela conta que para ajudar e juntar dinheiro, os amigos e família estavam dispostos a fazer, mas ir até o CRF e visitá-la, checar como ela estava e ouvir sua voz foi algo que não aconteceu no seu caso particular. No entanto, o abandono das mulheres encarceradas faz parte da realidade brasileira, uma vez que, quando são visitadas, isso é feito por mulheres da família ou mulheres com quem se relacionam afetivo-sexualmente, sendo essas últimas normalmente relações que se estabeleceram quando as duas mulheres ainda estavam presas e perduram quando uma alcança a liberdade e a outra continua reclusa.

Portanto, percebe-se na fala acima que a solidão é imposta às mulheres encarceradas, o que materializa a marginalização do encarceramento e, em contrapartida, facilita a construção de uma estrutura de aceitação dos relacionamentos afetivo-sexuais entre as mulheres que ali habitam, pelo menos entre as mulheres encarceradas.

Ainda que as prisões sejam percebidas como recortes sociais em que as mazelas são ampliadas, como em um microscópio, no que tange à lesbofobia dentro do CRF, isso não parece se repetir, porque “assim, numa situação de vulnerabilidade de estar se sentindo sozinha. É bom ter alguém que acolha também que cuide, que dê carinho” (Entrevistada 1, 2023). A entrevistada 3 conta que, ao cumprir sua pena e alcançar a liberdade, resolveu escrever um livro de contos eróticos sobre as mulheres encarceradas no CRF, livro este que conta com histórias reais que viveu e presenciou, “e aí eu me reinventei em escritora, falando sobre isso, das relações das mulheres dentro do cárcere, sabe? Sobre o erotismo, de ver uma mulher seduzindo outra mulher” (Entrevistada 3, 2024). A homossexualidade feminina, de acordo com a entrevistada 3, se apresentava como uma possibilidade de resistência da liberdade diante de toda a repressão vivida cotidianamente pelas mulheres,

E também eu vi a sexualidade, porque na minha tinha uma namorada ou outra, mas elas não eram muito explícitas, mas essas outras eram super explícitas, até porque era a única forma delas terem algum tipo de prazer. O dia todo a gente sofria e na madrugada elas se agarravam, sabe? Elas faziam orgias lá, sabe? Não dava pra ver, mas dava pra ouvir (Entrevistada 3, 2024).

A entrevistada destaca que optou por escrever acerca de tal tema porque percebeu “perfeitamente como elas se relacionam, como elas se amam, como elas se cuidam, como elas se matam também” (Entrevistada 3, 2024), reiterando que mesmo o afeto entre as mulheres pode vir a provocar conflitos dentro do cárcere. E que, diante disso, teve medo de envolver-se com as mulheres ali dentro “elas são loucas de, assim, de... Sabe? Quando eu rezava, [era] pra

ninguém se apaixonar por mim. Nunca imaginei que fosse possível, né? Rezar pra não se apaixonarem por mim” (Entrevistada 3, 2024). Tal perspectiva reforça o compartilhamento de um sentido compartilhado fora do cárcere, ainda que as relações ali dentro se estabeleçam como possibilidades de fuga da realidade imposta pelo abandono familiar às mulheres, sentido este que reitera mulheres como mais ligadas à afetividade do que à razão, compartilhados pela lógica alimentada pela colonialidade do gênero (Lugones, 2005).

O respeito entre as mulheres encarceradas se desdobra para além dos relacionamentos. Como observado desde a rede de apoio para a recepção das mulheres que chegavam, a gramática estabelecida entre elas não reitera papéis como o da cultura de competição feminina, fazendo o contrário, estabelecendo ali um local em que “oh, todo mundo é tratado como igual, todo mundo se trata como igual entre as mulheres” (Entrevistada 1, 2023). Esse discurso foi reforçado pela fala da segunda entrevistada, que relatou não ter percebido nenhuma distinção ou hierarquia entre as mulheres lá dentro, compartilhando que, de sua experiência no CRF, trouxe o senso de igualdade que era reforçado entre todas as mulheres que ali habitavam, indo em contrapartida com o que as outras entrevistadas declararam sobre as hierarquias existentes no cárcere.

Para a compreensão do que seria uma mulher “comportada” dentro do CRF, não recebemos retorno ao tipo de comportamento considerado o de “uma mulher comportada”. No entanto, apenas as mulheres que podem ser percebidas como comportadas, ou se enquadram no comportamento esperado pela direção e pela polícia penal, conseguem acessar o direito de trabalhar, ou seja, apenas as que são percebidas como “comportadas” pela direção e pelas agentes carcerárias conseguem trabalhar e, com isso, remir suas penas.

De todas as entrevistas, até este ponto, foi o primeiro momento em que senti falta de ter entrevistado as agentes carcerárias e a diretora, em vias de compreender que tipo de “comportamento” seria esse, uma vez que a “mulher a não ser” foi muito bem demarcada, seria interessante conhecer que tipo de ações são esperadas das mulheres encarceradas... Ou, em outras palavras, quem seria a mulher encarcerada de bom comportamento.

Mas enquanto as relações entre as mulheres eram de respeito, igualdade e mesmo de cuidado, quando as agentes carcerárias passavam a fazer parte do cálculo, o equilíbrio estabelecido se esvaía.

A entrevistada 1 conta que foi vítima de violência física por parte das agentes, mas reforça não se sentir confortável para narrar o ocorrido. Questão passível de compreensão a partir de dois olhares: no primeiro, ela ainda hoje tem medo da violência infligida e no segundo, a violência cometida contra ela e os gatilhos emocionais ainda hoje a assombram e, se isso

viesses à tona, ela teria medo de sofrer represálias. O mesmo ocorreu em relação a 2019, com a entrada da Força Nacional – a entrevistada optou por não compartilhar sua percepção.

Sobre as ações que são esperadas de uma mulher, ela conta que só presenciou isso ser discutido entre as próprias internas, não com as agentes carcerárias ou com a diretora da instituição.

Em entrevista, a entrevistada 4 relatou que a vaidade é algo que permeia a realidade das mulheres, que buscam possuir as melhores vestimentas, maquiagem e joias ali dentro, reforçando que isso impõe poder entre as mulheres encarceradas e para com a polícia penal. Esse poder, no entanto, se alimenta da performatividade de gênero, uma vez que enquadrar-se no que a sociedade percebe como posturas que as mulheres deveriam ter em sociedade diz respeito à internalização do que seria o papel feminino. Dessa forma, a hierarquia da vaidade diz respeito à forma como a aparência atravessa o que é concebido como ser uma mulher.

O que divide as mulheres, no entanto, as divide tanto no sentido de maior valorização, quanto de menor: o status social de possuir mais dinheiro. Logo, dentre as normas de gênero que afetam a inteligibilidade dentro do presídio feminino, existe a “patente” do capital financeiro.

A “patente” foi um termo que surgiu logo no começo da primeira entrevista; quando conversávamos sobre as redes de solidariedade ali dentro, a entrevistada destacou que essas coalizões podem ser utilizadas para a “mudança de patente”. Ou seja, ao relacionar-se com determinada mulher que já possui esse destaque por ser considerada mais rica ali dentro, a mulher que acaba de ingressar no cárcere passa a também usufruir dos privilégios, passando as duas a dividir entre si a determinada “patente”.

Os sistemas interseccionais de desigualdade, nas entrevistas, podem ser identificados desde a identificação racial das mulheres, que em sua maioria se definiram como pardas. O debate a partir das epistemologias negras define “pardo” como um termo utilizado para amenizar a negritude, como se fosse mais aceitável ser parda do que negra, uma vez que a primeira é a representação da pele negra clara e a segunda é identificada com maior concentração de pigmento na pele - ou retinto.

Das quatro entrevistadas, três se identificaram como pardas e uma como branca. Isso é marcado por um sistema interseccional de desigualdades, de modo que o sentido de subvalorização da pele preta/negra não é exposta a partir de ações ocorridas dentro do presídio, mas pelas falas de mulheres que foram encarceradas, podemos perceber que o debate acerca do tema não foi aprofundado por elas, que seguem a categorização do IBGE para a diferenciação dentro do grupo de pessoas negras, que é constituído como pessoas pretas e pardas.

Em continuidade, o fato de precisarem sair da localidade onde nasceram é outro fato que se destaca nas entrevistas, uma vez que as entrevistadas 1 e 3, nascidas no arquipélago do Marajó, passaram por esse movimento de mudança na vida. No caso de ambas entrevistadas, embora tenham sido enviadas para a capital para estudar, também ficaram sobrecarregadas com o cuidado das irmãs menores, como a entrevistada 1, e foram atravessadas pelo desemprego da mãe, como as entrevistadas 1 e 3.

A primeira entrevistada, se vê diante das faltas financeiras e percebe o crime como um caminho a ser seguido, para amenizar as faltas. Já a entrevistada 3 afirma que foi necessário parar de estudar para ajudar nas finanças de casa,

Comecei a trabalhar cedo, com 15 anos, numa panificadora. Acordava às 5 horas da manhã, porque a panificadora era lá na João Balbi, e eu tinha que pegar dois ônibus. E aí, foi uma época que eu parei de estudar, porque eu queria ajudar a minha família, porque a minha mãe ficou doente (Entrevistada 4, 2024).

O atravessamento da condição financeira aos estudos reflete que o sistema de desigualdade se impõe através da materialização de um entrave para estudos das interlocutoras, determinando suas possibilidades de modo que exclui o estudo como um caminho possível.

A fala da interlocutora reflete sistemas interseccionais de desigualdades quando a dificuldade financeira se expressa diante do adoecimento da mãe e o entrave que se coloca é o impeditivo ao estudo.

A falta de acesso à educação se materializa no fato de que todas as nossas interlocutoras possuíam nível médio de educação ao serem encarceradas. Logo, a nenhuma delas foi oferecida a possibilidade de cursar o ensino superior.

Ao impor a falta de dinheiro para subsistir, os sistemas interseccionais de desigualdades interseccionam a raça, identificada na autodefinição como pardas, e a pobreza, configurando o atravessamento mais forte percebido durante as entrevistas: a colonialidade do poder aquisitivo.

O dinheiro, em continuidade, organiza a dinâmica dentro do presídio da mesma forma que o faz do lado de fora dos muros, e afetou a vida da interlocutora para que fosse direcionada muros adentro. Sua colega já sabia disso e, por isso, adentrou o espaço com dinheiro dentro do corpo, afinal, “com dinheiro se consegue tudo” (Entrevistada 1, 2023). Uma vez que as mulheres que possuem esse capital “são as mulheres ricas. Mas essas mulheres são mais respeitadas por serem consideradas essas mulheres mais ricas lá de dentro” (Entrevistada 1, 2023), isso porque “se tu tem dinheiro também é protegido”. Portanto, o dinheiro garante mais

respeito entre as mulheres e maior proteção em relação às violências cometidas pelo sistema contra elas.

Percebemos a entrevistada 4 como uma mulher de patente dentro do CRF. Ela conta que desde o início de seu encarceramento, sua família se fez presente e fazia as compras que garantiam, inclusive, subsídios para que a entrevistada ajudasse as mulheres que passaram da situação de rua para o encarceramento, ou as que foram abandonadas por suas famílias. Além disso, a entrevistada é branca e de olhos azuis. Ela reforça existirem diversas variáveis de diferenciação dentro do presídio.

Devido ao crime, você é diferenciada. A idade, você é diferenciada. E o dinheiro, você é diferenciada. Então, como meus filhos eram muito presentes nas visitas, se preocupavam com o meu remédio, de diabetes, de qualquer doença, eles estavam lá na porta na mesma hora deixando. Então, eles eram uma família muito presente, então eles me tomavam conta melhor. Eles sabiam que se acontecesse alguma coisa pra mim, ia dar ruim pra eles. Então, eles me tratavam diferente, o povo da polícia penal. Mas o povo bandida, a malandragem, me tratava também muito bem, porque eles faziam um supermercado grande pra mim, durante a semana (Entrevistada 4, 2024).

Ao possuir essa patente, a entrevistada 4 era protegida em uma via de mão dupla: contra investimentos violentos das policiais penais e das próprias mulheres que ali habitavam.

Possuir mais dinheiro lá dentro, portanto, também diz respeito à valorização das mulheres. E isso marca o último traço dos sistemas interseccionais de desigualdades que foram desvelados nas entrevistas, o que também já se conecta com a variável da abjeção. Se existem mulheres mais e menos valorizadas dentro do presídio, quem seriam essas mulheres?

De acordo com a entrevistada 1, além de existirem mulheres mais protegidas, existem aquelas que são mais maltratadas pelas outras mulheres encarceradas. E isso surge na entrevista justamente no momento em que a pergunta sobre racismo foi feita. Logo, compreendemos que essas mulheres maltratadas são negras

Eu lembro que na minha cela tinham 14 mulheres, e três eram negras e todas elas tinham uma constituição gigante, assim, grandes mesmo, sabe? O porte físico delas. E elas ainda eram subjugadas pelas outras brancas. Aí, tinha uma que era mais minha amiga, a Gigi, que era enorme. E a Gigi, todo mundo fala assim, bruto, com ela. Aí eu falava "Gigi, tu já olhou o teu tamanho? Tu vai deixar falar assim contigo? Tu manda em todo mundo aqui, se tu quiser. Qualquer um, a gente tá enjaulada. Nesse sistema, vence quem é a mais forte fisicamente, tu é a mais forte fisicamente" (Entrevistada 3, 2024).

Como a interlocutora relata acima, uma das facetas do racismo dentro do CRF era a

subjugação verbal, palavras de violência e gritos. Formas de falar que não reconhecem a outra pessoa como uma igual, e buscam a imposição da hierarquia através da fala.

É. Tratando ela como mandando, gritando, dando ordem, sabe? Eu ficava só olhando naquilo. Meu Deus, não é possível. Porque tem isso. Tem o poder dentro do cárcere. Quem é quem? Quem é da facção? (Entrevistada 3, 2024).

De acordo com Gonzalez (1988), uma das formas da imposição do racismo na América Latina foi a constituição subjetiva dos sujeitos oprimidos, de modo que fosse reiterado, e dessa forma aceito, o tratamento desumano. O argumento de Gonzalez (1988) mostra que o racismo denegado ainda é realidade dentro do país. E, sendo verbalizado na linguagem, ele se materializa na subjetividade, de modo que o racismo é construído e reforçado pela linguagem.

A hierarquia que se apresenta, como comentado pela entrevistada 3, diante da presença e do cuidado da família também tem outra face.

A família é fundamental, porque você até passa a ser respeitada pelos outros, porque vê que você tem alguém por trás, te cuidando. As moradoras de rua, que são as clientes mais presentes por lá, por exemplo, não têm ninguém por elas, né? Então, elas são tratadas diferente, diferente, mas... Elas são tratadas com mais ignorância. Vão sempre para o castigo. Mas não é fácil, sabe? É, como sempre [são] as menores. Eu sempre defendia lá dentro, mesmo. Eu defendia... (Entrevistada 3, 2024).

As mulheres que estavam em situação de rua e são encarceradas representam um grupo específico dentro do CRF. Sendo a materialização do modo mais agravado de abjeção, uma vez que são constituídas mulheres (normas de gênero), majoritariamente negras (racismo), pobres (classismo) e dada sua situação anterior, de rua, trazem consigo a escassez de limpeza. Além disso, a entrevistada 1 relata que essas mulheres são percebidas por suas colegas de cárcere como desprovidas de inteligência, e passam a ser tratadas como animais e ficam mais vulneráveis à violência: são as mulheres em situação de rua que são presas.

Além da subvalorização dessas mulheres, foi possível a observação de que a pureza mobilizada para constituir a abjeção daqueles que não a possuem é mobilizada para explicar a exclusão dessas mulheres, pois “É não dava pra limpar do mesmo jeito né?” (Entrevistada 1, 2023). A partir dessa fala, fica possível a identificação da estrutura de desigualdade e da abjeção materializadas nos mesmos corpos: os corpos de mulheres em situação de rua.

Essas mulheres, devido à gravidade da precariedade vivida, apresentam perspectivas diferentes sobre o presídio, o que nos leva a acreditar que a precariedade na qual elas vivem

mostra-se como um atravessamento nas experiências no cárcere, como pode ser identificado na fala a seguir.

E tinha uma outra que também era moradora de rua, que ela estava feliz... As moradoras de rua ficavam felizes na cadeia. Porque ela tinha uma comida três, quatro vezes por dia. Café da manhã, almoço e jantar. E eu dava a minha comida todo dia pra essa menina porque eu não comia carne. Mano, ela tava muito feliz. Só a comida deixava ela feliz. Porque a cadeia era boa pra ela. Ela tinha comida. E ela era dependente [química]. Eu vi que ela era dependente. Porque ela procurava. Ela pegava folha de louro, ela pegava as teias de aranha. E queria fumar. (Entrevistada 3, 2024).

No entanto, é importante destacar que a fala acima foi feita por uma mulher que não estava na condição de já ter vivido em situação de rua antes do cárcere e devemos ter cuidado ao dar tanta ênfase a uma fala sobre a experiência de outra mulher. Ou seja, não é a fala de uma preocupada falando. Mas, ainda assim, diante de todas as entrevistas, os relatos sobre mulheres que vão da situação de rua para o cárcere, com alto índice de reincidência, são percebidas dentro do CRF, entre as mulheres encarceradas, como abjetas. Ainda que a conceitualização não seja verbalizada pela mesma, o fato de serem, além de todos os outros atravessamentos, atravessadas pelo marcador “em situação de rua”, estabelece especificidades em sua experiência.

Sendo enquadradas em uma situação de agudização da abjeção, que já é real dentro do cárcere. Em termos simples, as mulheres que viviam em situação de rua antes do encarceramento podem ser interpretadas como as mais abjetas dentro do presídio.

O ponto citado acima não foi o único em que pudemos identificar a abjeção na entrevista. A primeira vez em que identificamos materialização da abjeção na entrevista realizada foi logo no início da interlocução. Ao ser questionada sobre o sentimento de entrar no presídio e reconhecer-se como presa, ela relata que sentiu-se perdendo sua dignidade, o que se agravou ao perceber que na triagem dormiria no chão de cimento e nem sequer receberia talheres para realizar suas refeições. A “dignidade” relatada como perdida pela interlocutora retrata bem a negação da humanidade àquelas sujeitas. Sem nome, sem o básico de higiene, dormindo no chão e sem o suporte de ventiladores no calor de Belém.

É como se as normas de inteligibilidade para o reconhecimento daquelas pessoas que ali estão não fossem apenas negligenciadas, mas negadas para estabelecer a dinâmica que seria vigente a partir da entrada na casa penal.

As agressões causadas pela polícia penal e por outras internas também desvelam a normatização da negação de estatuto do sujeito a quem habita o CRF, assim como a entrada da Força Nacional iluminou o quanto é aceito pelas mãos da instituição cometer violências que negam os Direitos Humanos, pois “a agressão ela é como se fosse, entre aspas, normal, partindo

da das policiais penais” (Entrevistada 1, 2023).

A abjeção segue se materializando na entrevista em relatos de violência. O castigo também desvela a abjeção das mulheres que ali estão, conhecido entre elas como “buraco negro”, um local habitado por ratos e que é utilizado para deixar mulheres juntas, que passam a se maltratar também, por ser “um lugar em que as mulheres são agredidas. Ele é tipo isolamento” (Entrevistada 1, 2023). É denominado castigo por ser um espaço em que a punição ocorre sem que outras pessoas, além das que estão ali implicadas, fiquem sabendo.

Outra forma de abjeção que foi identificada, mas é pouco característica é a seguinte. Apesar de ter como nome Centro de Reeducação Feminina, e de fornecer educação formal, oficinas e espaço de aprendizado, de acordo com a entrevistada, o que mais é ensinado naquele espaço é “fazer os corres” (Entrevistada 1, 2023), que é exatamente o encaminhamento para a multiplicação de formas de cometer crimes, como a venda de drogas, celulares e outras coisas ilícitas ali dentro. Então, apesar dos programas aplicados, “essa reeducação ela deixa a desejar porque ela reeduca a pessoa mais pra criminalidade” (Entrevistada 1, 2023).

Ao renegar a educação formal oferecida, mas defender que a maior reeducação fornecida é para a criminalidade, percebemos que a inteligibilidade estabelecida no espaço é justamente a do crime. Como as mulheres já são situadas em tal grupo social, as lentes de leitura das possibilidades da vida são a do crime. Isso se ilumina a partir da lente da abjeção pois os próprios mecanismos de inteligibilidade vigentes naquele espaço corroboram com o mecanismo que aqui fora vai negar como sujeitas aquelas que foram construídas pelo outro, reiterando a negação de humanidade por parte da sociedade.

Negação essa que reflete no que as entrevistadas compartilharam como o sentimento de ser presa. Como elas compreenderam e interpretaram sua entrada no Centro de Reeducação Feminino como apenadas.

É terror. É terror, é pânico. É como se todos os demônios do inferno estivessem te arrastando e tu não pudesse fazer nada. Sabe? Mas, principalmente, é uma coisa de... É um sentimento de indefesa. Sabe? Como se estivesse totalmente... Não pudesse fazer nada. Não tivesse alternativa, assim, nem gritar, nem nada, nem lutar. É mais ou menos... é a anulação. Anulação do ser humano, eu acho. É esse sentimento. Porque eu já não era mais um ser... é como se eu estivesse perdendo a minha humanidade (Entrevistada 3, 2024).

Perder a humanidade, ou passar por algo que a deixe desprovida de humanidade representa a materialização da abjeção no presídio. De acordo com a fala da entrevistada, ao ser presa, ela sentiu que estivesse perdendo a humanidade. A questão à qual respondeu era, como

pode ser observado no Anexo I, “Qual foi o sentimento de ser presa?” e, a essa pergunta, entrevistada 3 me respondeu com a fala acima.

A vulnerabilidade diante de “é como se todos os demônios tivessem te arrastando” (Entrevistada 3, 2024) é marcada pelas gramáticas morais que permeiam os sentidos dados ao cárcere na sociedade contemporânea. Como citado anteriormente, Norek (2020), em suas entrevistas, apreendeu que a forma como o presídio é retratado pelas mulheres encarceradas recorrentemente remete ao oposto da visão cristã do céu. Dessa forma, retratar o cárcere como inferno – o que é passível de interpretação na fala que recortamos da interlocutora, que aquilo de ruim sombrio e oposto da moral cristã é identificado pelas mulheres que já estiveram encarceradas.

Ainda a partir da questão, a entrevistada aborda outro tema que não estava na entrevista, mas se apresentou como importante para a realidade vivida no cárcere: o papel das facções no CRF. Diante da entrevista, foi possível apreender que a facção promove a regulação das formas de habitar o cárcere. Dessa forma, as regras da prisão são diretamente conectadas com as regras impostas pela facção.

As regras da prisão tem muito a ver com as regras da facção. Num dia que eu cheguei, graças a Deus, eles lançaram um salve dizendo que não podia ofender a outra pessoa, levantar a voz, gritar. Graças a Deus. Mas assim, quando tu chega lá na triagem, vem uma mulher, tira tua foto, pergunta se tu deve alguma coisa pra facção. Aí se tu não dever, elas te deixam de boa. Se ela dever, vai ter uma sentença lá, que pode ser até a morte (Entrevistada 3, 2024).

O cartesianismo que permeia as relações fora do presídio também se desdobra lá dentro, uma vez que a oposição entre as facções atua como se as duas fossem polos elétricos, representando a oposição entre positivo e negativo.

O salve é a comunicação no presídio. Por exemplo, quando houve a morte de Altamira, que foram vários criminosos mortos, elas nos obrigaram, as Comandos Vermelho, a não saírem da cela e colocar pano preto nas janelas, em luto pelos irmãos que tinham morrido. E eu ficava pensando, eu nem pego o solo, não tenho irmão nenhum aqui, minhas irmãs são todas contadoras, ninguém é bandido. Porque sair da cela, mesmo que seja duas horas, é o nosso bem maior. Aí por uma facção que eu nem me identifico, mas as outras minhas amigas lá de dentro falavam, não fala nada, pelo amor de Deus, a gente vai ser mal. E aí, pra não piorar, eu aceitava, mas eram poucas coisas que eu aceitava. Quando eu via que o coletivo ia sofrer muito, mas quando era só eu e eu, mano, eu falava mesmo (Entrevistada 4, 2024).

Nessa relação, aquelas que são ligadas ao Comando Vermelho são as que se conectam

ao polo positivo e as que se situam do lado do Primeiro Comando da Capital (PCC) são pertencentes ao que representa o negativo, “porque o mundo era dividido entre CV e PCC para elas” (Entrevistada 3, 2024).

A entrevistada 3 relata que as mulheres que faziam parte da facção atuavam para que as formas de viver demandadas pela facção fossem respeitadas dentro do presídio, mobilizando inclusive violência física para impor as regras da prisão sobre as mulheres que ali habitam. Nesse sentido, o poder dentro do cárcere é representado pela facção.

Eu peguei uma surra de duas, três internas. No dia 24 [de dezembro]. Internas comigo na cela. Por causa dessa relação que eu não queria com a facção. Porque por um momento elas me suportavam. Mas eu quase um ano sem vestir a camisa, eu já tava o mau exemplo, como elas me diziam. Tu é a maçã podre. É, então. É, na cadeia era maçã podre, sabe? Porque eu não queria vestir a camisa. E aí, no dia de Natal, uma veio e me deu uma porrada bem aqui. A gente tava assim, naquele procedimento eterno, sabe? Aí eu tava com uma... Eu tinha uma alergia sintética. Eu tenho uma alergia sintética. E aí, o uniforme que eles deram era sintético. Eu me coçava, então eu fiquei com uma ferida enorme. Ela veio e fez assim na minha ferida [ação de enfiar e girar o dedo na ferida]. Quando eu não contei conversa, eu só virei assim. O meu cotovelo foi na boca dela. Saiu o sangue. E ela era uma assassina cruel. Depois que saiu, não demorou muito, elas me puxaram da cama. Saiu do procedimento, elas me puxaram da cama. Era vinte e quatro, vinte e quatro no dia. que o sofrimento lá explode. Porque tá todo mundo longe da família, dos filhos. É o momento que era pra ser lindo e a gente tá lá no inferno. Elas não sabem trabalhar a dor e elas trabalham assim. Essas três me pegaram, sabe? Uma meteu a mão na minha boca e a outra ficava me batendo com a cabeça na grade e a outra, as duas, segurando o meu braço. Essa que tava segurando a minha mão, eu mordi a mão dela. Mas eu mordi pra ela, sabe? Era a minha vida que tava lá, que ela sempre bateu até. E quando ela gritou, eu também gritei junto com ela. Aí as duas se espantaram. Aí eu saí metendo o cacete nas duas, assim, sabe? Porque eu já tava louca também. E era a minha vida, né? E aí era matar ou morrer, sabe? E aí vieram as guardas. E levaram a gente (Entrevistada 4, 2024)

O relato da entrevistada destaca a imposição das normas. Além disso, também relata que o dia do natal é marcado por sentidos que expressam ser um dia difícil para as mulheres encarceradas. A seguir, a entrevistada relata que no natal, as internas tendem a bater com seus copos nas grades, fazer barulho e chorar, uma vez que o natal é um momento de confraternização em família e elas se veem afastadas, à margem das relações familiares, considerando que tendem a ser abandonadas no presídio.

Depende. Se tu não for do PCC, tu é aceita. Se tu for do PCC, tu é morta, porque o CRF é um presídio dominado pelo Comando Vermelho. E também tem as regras da prisão (Entrevistada 4, 2024).

A facção, na fala anterior da interlocutora, ficou em segundo plano, mas o que a levou

a relatar foi a facção, o fato que ela foi agredida, na véspera de natal, dia 24 de dezembro, por não “vestir a camisa” da facção.

Em relação aos sistemas interseccionais de desigualdade, a facção também é responsável por equilibrar a forma como os privilégios são distribuídos entre as mulheres encarceradas, da mesma forma que os desprivilégios o são, pois “Todas as chefes de facção, todas as com cargos de facção são valorizadas. Elas têm audiência, elas têm transporte. Tanto o presídio quanto as outras respeitam e dão a devida reverência pra elas”. Dessa forma, a patente a partir da facção interpela a experiência das mulheres encarceradas no CRF, além de atuarem também nas regras de sobrevivência dentro da prisão e se impõem não apenas entre as faccionárias ou a todas as mulheres encarceradas, uma vez que o poder da facção também atravessa o Estado – a polícia penal e a direção do presídio.

Totalmente. Não é, é o poder paralelo. Do portão [da cela] pra dentro, onde quem manda é a facção. Do portão pra fora, tem uma ilusão, sabe, de que é o policial penal, mas não. O policial penal tem um poder pequeno, sabe, ele pode dar um tapa, ele pode dar um tiro, ele pode levar pro castigo, mas isso ele não faz com as faccionárias (Entrevistada 4, 2024).

Diante de todo o poder exercido pela facção, outra forma de estabelecer sistemas de hierarquias entre as mulheres, de acordo com as entrevistas, é o crime cometido. Através disso, podemos identificar que o peso do crime cometido permeia a ética do cárcere, estabelecendo uma balança entre as mulheres.

Essa variável foi passível de identificação quando, durante as entrevistas, as entrevistadas iam falar sobre alguma experiência, mas antes falavam sobre o crime que a mulher com quem interagiam havia cometido, de modo que o crime constitui uma balança para o compartilhamento de solidariedade e cuidado.

A Costafe só reunia as 30 bandidas mais perigosas do presídio. E eu fui pra Costa, sabe? Eu não sabia. E eu abraçava todas, eu falava com todas. Aí depois uma vinha e me dizia, olha, tu tá abraçando essa aí, tu sabe o que ela fez? Ela abriu uma mulher, tirou a criança de dentro, não sei o que. A Kátia, essa que tirou a menina, ela era esquizofrênica. Porra, a Kátia ouvia a voz, as vozes... A Kátia tomando remédio era um doce de menina, fazia as coisas mais lindas do mundo. É uma doença. (Entrevistada 4, 2024).

A entrevistada 4 declara que o crime cometido pelas mulheres não fazia com que ela não interagisse com as mesmas, mas isso afetava a forma como ela se sentia em relação às

mulheres e seus crimes. Ou seja, os crimes cometidos pelas mulheres, no cárcere, interpelam as relações atuando como filtros sobre a forma como a pessoa interlocutora vai ser apreendida.

O crime dela era assaltar a velhinha. Ela assaltava velhinha. E ela achava tão engraçada. Ela falava, a última até se mijou todinha, a velhinha. E todas riam. Eu ficava puta. Eu falava, tu não tem mãe, não? Tu não tem empatia nenhuma com as senhoras? (Entrevistada 4, 2024).

No entanto, o filtro de apreensão das mulheres é atravessado por possíveis transtornos psiquiátricos, sob o entendimento de que os crimes que as mulheres realizaram foram afetados por comorbidades psiquiátricas.

Mas é importante destacar que mesmo com o filtro dos tipos de crime cometidos, as mulheres não compreendem o presídio como um lugar em que pessoas que vivem a vida no crime habitam. Ou seja, não entendem todas as mulheres ali como realmente criminosas.

Mas outras não, mano. Outras lá estavam só pela falta de oportunidade mesmo. 80%, eu te digo, estavam lá pela falta de oportunidade. E 20% só realmente eram bandidas. Mas até essa, elas tinham que servir trabalhando na agricultura, fazendo alguma coisa, porque a Costafe era isso. A Costafe só reunia as 30 bandidas mais perigosas do presídio. E eu fui pra Costa, sabe? Eu não sabia. E eu abraçava todas, eu falava com todas (Entrevistada 4, 2024).

A fala da interlocutora destaca um assunto amplamente discutido entre os estudos do cárcere no Brasil: a maioria das mulheres encarceradas foram presas por motivos externos a elas, como companheiros e a necessidade. Alheias às questões que as encarceraram, ao afirmar que as mulheres estavam ali por falta de oportunidades, a interlocutora defende que as condições de possibilidades em que as mulheres nasceram e cresceram foram desfavoráveis contra si.

Mas o encarceramento também não atua como solução desses problemas, podendo inclusive incentivar a existência de novas questões, de modo que reitere ou naturalize a prática de infrações. Isso porque, em consonância com a conceituação de abjeção (Butler, 2022), o cárcere, desde a triagem até o castigo, passando pelos pavilhões e diversos procedimentos, atua na abolição da humanidade de quem ali habita.

Porque é um estado de loucura, sabe? É um estado animalesco, assim, de... A prisão, o encarceramento, ele solta aquele animal que tá em ti, sabe? Porque tu vira animal, tu tá presente ao lado, assim. Aí todos os teus instintos são animalescos. E aí, depois disso, eu precisava de, sabe... Passei muito tempo sem ver a noite, sem ver as estrelas, né? No parque, porque a gente tem que fechar cedo. É, por isso que as pessoas saem mais revoltadas do cárcere. O cárcere no Brasil, por isso que eu sou a favor do desencarcerar, sabe? Porque não funciona o cárcere (Entrevistada 4, 2024).

O estado absoluto de negação da humanidade, reforçado pelos sentidos sociais que atravessam o cárcere e se materializam nas interações entre internas, polícia penal e direção, constitui o presídio como uma máquina de extermínio legitimada pela sociedade, como a naturalização do movimento de desumanização das mulheres. Dessa forma, ao usar das vulnerabilidades que já existem na vida das mulheres, o encarceramento feminino

Não funciona. Só faz as facções ficarem mais fortes, porque lá elas têm mesmo a gente, elas selecionam, elas solucionam, porque elas vão dar advogado, droga, e todo o poder pra aquela pessoa que tava assim, sabe, com 10... fazendo um corre com 10 gramas de maconha, ela sai com 30 quilos já e vira traficante. Talvez seja morta também, porque as facções usam as pessoas como bucha de canhão, sabe? Enquanto lá o poderoso fica... as pessoas, os pobres, principalmente negros. Principalmente negros, porque nesse Brasil, olha... Enfim... (Entrevistada 4, 2024).

Dessa forma, as facções se apresentam como a resolução das questões que o Estado agrava, como as faltas no presídio, mas usa dos sentidos já atribuídos ao mesmo para reforçar que se o caminho a ser trilhado não for o da facção, a vida tende a ficar mais difícil do que era antes, isso porque as mulheres que são encarceradas já possuem um histórico de sofrimento prévio ao encarceramento.

E lá eu fui olhar, cada mulher tinha uma ferida, mano. Se eu tivesse passado metade do que aquelas mulheres, eu também seria uma bandida. A mais cruel de todas, sabe? Se eu tivesse sido construída com todo aquele sofrimento, eu dou razão pra elas. A sociedade só merece isso delas. Porque foi o que a sociedade deu pra elas. Violentadas pelos pais. Vendidas, escravizadas (Entrevistada 4, 2024).

O cárcere, portanto, apresenta a culminância de uma vida inteira de privações de direitos, acesso a bens, respeito e humanidade. Sendo o ponto culminante, podemos compreender “porque o cárcere realmente é um extermínio, extermínio de massa. Isso é uma verdade absoluta”. Logo, ser encarcerada e sair viva dessa experiência pode ser compreendido

como uma sobrevivência, termo recorrentemente usado por mulheres e homens sobreviventes do cárcere

Acho que todos nós somos sobreviventes do cárcere, porque o cárcere realmente é um extermínio, extermínio de massa. Isso é uma verdade absoluta. Então, como sobreviver no cárcere? Não tem uma fórmula, acho que é pessoal de cada um. A maioria, ela entra na facção. Essa é a forma de sobreviver mais fácil no cárcere. A que eu escolhi foi mais dura, mas me poupou também um monte de outro sofrimento. A surra que eu levei não foi nada perto do que eu poderia ter me tornado se eu resolvo entrar na facção. Por vários momentos eu pensei, sabia? Eu pensei ontem, pensei que eu ia ser a pior bandida desse país. Eu vou me tornar a pessoa mais mais cruel, porque é isso que o Estado faz com a gente, é isso que... Teve muitas revoltas, assim, sabe? Mas, no final, o que venceu foi o amor pela minha família. Eu disse, não, meus filhos não vão ter orgulho de uma mãe assim, né? Eles vão ser hostilizados e tal, e tal, e tal. Eu pensei muito nos meus filhos (Entrevistada 4, 2024).

Sabendo que o CRF é o Centro de Reeducação Feminino, o tipo de reeducação realizada no mesmo se colocou como uma necessidade de enfoque na pesquisa. A relação entre o extermínio e a sobrevivência no cárcere é relacional, uma vez que a própria ação de reeducar é atravessada pelo extermínio, o que também pode ser identificado como a colonização das sujeitas para determinadas ações. Pois para “sobreviver, tem que... Agir do jeito que querem. Você se adequa, né? Sim, eu fiz o que posso. Só não sujei minhas mãos” (Entrevistada 1, 2023).

Sobre a busca pela compreensão da forma como a educação se é empreendida no CRF, recebemos tanto retorno quanto à educação formal quanto à imposição de normas regulatórias dentro do presídio.

Eu acho que a prática de reeducação que eles dizem é que é totalmente errada, é totalmente falha. Porque se houvesse mesmo a reeducação, aquelas pessoas teriam emprego, poderiam estudar, teriam alguma atividade, mesmo que fosse física, artística, sei lá, alguma atividade intelectual que realmente fosse reeducar, mas não. Elas tiram a pessoa da sociedade, elas jogam dentro de uma cela. Pro gringo ver, ou seja, pra externamente ver, eles fazem uma cooperativa com 30 mulheres num lugar de 750 mulheres. Onde aquelas 720 vão ficar lá na cela, sem nada pra fazer. A educação, assim como fora, lá dentro também é uma coisa... Sucateada não, não é. Não tem reeducação. O que tem, mano, é o abandono total. E aí quem se prevalece do abandono? As facções. Porque dentro do presídio só tem a reeducação das facções. Que é o quê? Transformar um bandidinho em um super bandido, com cargo de facção. É essa reeducação que tem lá, sabe? (Entrevistada 4, 2024).

De acordo com as entrevistadas 1 e 2, no CRF existe uma reeducação para o crime, o que dialoga com o que entrevistada 4 disse, na citação acima. Além disso, a entrevistada 2 declarou, diante da questão “que tipo de educação é praticada no CRF” (disponível no Anexo

I), que a reeducação praticada no CRF “é pra ti ser mendiga, viciada, aceitar ser chamada de vagabunda, ser xingada” (Entrevistada 2, 2024). Logo, a socialização praticada no CRF é marcada pelo reforço das hierarquias sociais que são usadas para pôr à margem as próprias sujeitas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ingênua como sou, acreditei que ali terminava a proximidade com o cárcere, mas era o contrário. Ali começava uma proximidade muito maior, como se eu mesma, na pele que habito, houvesse estado lá dentro. O desenho de como era por dentro, os relatos sobre a alimentação, sobre o tratamento, sobre o castigo. A pimenta que queimou minha pele mesmo sem nunca ter sido esguichada contra mim, que não saiu no primeiro, no segundo e nem no terceiro enxágue. Como ardiam meus olhos, enquanto tentava livrar (insira aqui um nome) da ardência. Como roupa de cama teve que ter sido trocada sucessivas vezes, até que a pimenta nos deixasse. Caminho esse que me trouxe até aqui, e que considero encerrado com a finalização da tese. Não a luta por melhores condições de vidas vivíveis a mulheres encarceradas, mas as cenas de interpelação que se iniciaram em dezembro de 2020. Aqui, abro mão da ânsia de pesquisa que aquele momento da vida suscitou em mim. Quisera eu fosse possível isso, mas meu self já foi afetado e o interesse pelas condições de possibilidades dispostas a mulheres dentro do CRF e por cadeias, prisões, casas penais e Colônias Agrícolas Penais segue em curso.

Para a realização do presente trabalho, destaca-se o papel ocupado pelas mulheres na sociedade ocidentalizada, a forma como a dupla condição de vulnerabilidade, advinda do ser mulher e do ser presa, afetou a vida das entrevistadas para a pesquisa.

Ao longo do trabalho, é apresentada a orientação epistemológica do mesmo, de modo a elucidar que a prisão é uma recharacterização da fronteira, de modo que os instrumentos coloniais de silenciamento e apagamento das subjetividades são concernentes a ambas as formas de hierarquizar as pessoas. Para tanto, realizando o movimento de ir do centro à margem – local onde a prisão está situada – lançamos mão da perspectiva situada de Donna Haraway (1995) para desprender-se daquilo constituído como o cânone da ciência. Partindo disso, a perspectiva

de subalternidade discutida por Ballestrin (2015) contrapõe a dicotomia alimentada pelas lentes ocidentais, lentes essas que foram utilizadas, inclusive, para determinar – através do processo de colonização – quem contava como humano e quem seria lido como animalizado.

Neste caminho, a perspectiva feminista decolonial se apresenta como uma forma de lidar com as violências epistemológicas constituídas pela colonização, de modo que favorece um olhar que vá contra a hegemonia feminista alimentada pelo pensamento colonial.

A seguir, a prisão é observada a partir da perspectiva das mulheres, de modo que certa “mesmice” é identificada nas prisões femininas, isso porque o perfil das mulheres, a cor de sua pele e o motivo que as levou ao aprisionamento, são semelhantes. A regularidade no perfil de mulheres encarceradas, como explicamos, vem da base patriarcal, racista e classista que constituiu os presídios femininos.

Partindo disso, alcançamos a discussão acerca da relação entre os presídios e a materialidade dos corpos que habitam, de modo que a ideia da normatividade de gênero foi apresentada. No entanto, é importante destacar que o sujeito-mulher não é tomado aqui como estável, uma vez que para que os feminismos habitem espaços plurais de representação, a raça, a classe, a orientação sexual e outros atravessamentos às identidades femininas são relevantes.

Na revisão de literatura sobre o encarceramento feminino, foi possível a identificação da forma como os olhares sobre as injustiças e a saúde das mulheres encarceradas foram multiplicados e passaram a abarcar questões advindas da psicologia, da sociologia, da história e da comunicação.

A partir disso, as lentes teóricas lançadas sobre o cárcere foram apreendidas, de modo que as normas regulatórias utilizadas para produzir os gêneros que objetivam controlar, os sistemas interseccionais de desigualdades, em seus múltiplos diálogos e a abjeção, que diz respeito à forma como a humanidade é dividida entre as pessoas e protege sua vida ou garante sua morte.

As gramáticas morais que subsidiavam as normas regulatórias de gênero, os sistemas interseccionais de desigualdades e a abjeção mostraram-se úteis para a observação e análise das experiências de mulheres egressas do sistema penitenciário na Região Metropolitana de Belém, o Centro de Reeducação Feminino (CRF).

Conhecer em maior profundidade dinâmicas como as de “patente”, como se constrói o sentido de ser “rica” dentro do presídio ou a força da abjeção de mulheres que estavam em situação de rua desvela os sentidos sensíveis a que a negativa de Secretaria de Administração Penitenciária se referia ao negar a entrada da pesquisadora no presídio. No entanto, a pesquisa segue mostrando-se provocativa, mesmo sem a entrada.

As normas regulatórias de gênero reveladas na vida das interlocutoras antes da entrada no presídio deslocaram o olhar inicial da análise de sua experiência quando estava no presídio para ampliar o olhar para todo o contexto em que estava inserida desde antes de adentrar o presídio, o que reforça o argumento de que não há uma essência desde o nascimento que direciona as pessoas para a prisão, mas múltiplas estruturas sociais que negam oportunidades e condições básicas de subsistência e garantem que as pessoas sejam encaminhadas para o único caminho apresentado àqueles que nascem já à margem da sociedade: o crime, que materializa os corpos como marginalizados sem desvelar que estiveram à margem antes mesmo de passarem a viver dentro dos muros da casa penal.

As três entrevistas realizadas posteriormente, com duas mulheres de 20 a 50 anos e uma idosa, de 77 anos, mostrou com clareza a constituição das gramáticas morais e a forma como interpelam a fala e a vida de nossas interlocutoras.

Durante a análise, foi possível a percepção de que as gramáticas morais seguem em interação entre si dentro do CRF, da mesma forma que o fazem fora dos muros. Além da interação promover-se entre o fora e o dentro do presídio, como a questão das mulheres ricas, que desfrutam de privilégios consoantes com os vividos aqui, do lado de fora do presídio.

Diante da aproximação para análise da materialidade das entrevistas, algumas particularidades se destacaram de modo que não poderiam ser negligenciadas na pesquisa, uma vez que isso resultaria no reforçamento do silenciamento de nossas interlocutoras (Spivak, 2010).

Para prosseguir com a análise, inicialmente o objetivo era a apresentação das trajetórias de vida das interlocutoras antes da entrada no CRF como apenada. No entanto, os relatos de si se materializaram de uma forma inesperada: todas as mulheres, ainda que não tenham sido questionadas sobre o motivo de sua prisão, fizeram destes a materialização de seus relatos de si, ao narrar o motivo de sua prisão, ou a cena em que foi presa.

A cena de prisão se constituiu como os relatos de si impostos à pesquisa, desvelando que não se enquadram na perspectiva do inquérito, do julgamento, mas reforçando a necessidade de atenção à busca de reconhecimento recíproco na ação de narrar sua cena de prisão, reforçando o atravessamento da responsabilidade ética na subjetividade das mesmas. O relato da prisão representa a ação de “dar conta de si”, envolver-se pessoalmente nas ações cometidas no intento de compreender o que dependeu apenas de si para cometer, assim como as afetações externas a si. Nesse sentido, em seu relato de si, nossas interlocutoras interpretam a realidade em que estiveram inseridas e onde suas experiências aqui apresentadas existiram.

O movimento aqui realizado foi o de deslocamento das entrevistadas da margem para o centro da vocalização acerca de sua realidade, movimento que foi possível diante do ato de concordar em ser entrevistada e relatar sua experiência no CRF durante a entrevista.

A colonialidade do poder masculino também emergiu nas entrevistas, desvelando a forma como figuras masculinas, em maior ou menor grau, interpelaram a experiência das entrevistadas. A partir dessas especificidades, percebemos que o relato de si de todas as mulheres é atravessado por uma figura masculina. A seguir, constatamos que as normas regulatórias de gênero, no CRF, atuam não de modo a definir como as mulheres devem se portar no presídio, mas definindo os tipos de ação que não devem ser tomados, conformando “a mulher a não ser”. Dessa forma, a compreensão das normas de gênero que configuram a sujeita mulher encarceradas são marcadas por ações que não podem ou devem ser realizadas pelas mesmas.

Quanto à abjeção, a própria materialidade da “mulher a não ser” já a desvela, uma vez que, para que determinadas sujeitas sejam lidas como dissidentes, existe uma sujeita construída como universal. No entanto, a abjeção se agrava sobre os corpos de determinadas mulheres, como as que estavam em situação de rua antes do aprisionamento. A essas, é relegado o desprezo, o tratamento com grosserias e o nojo. Mas, de acordo com as entrevistadas, a prisão não é para essas mulheres o pior lugar do mundo, uma vez que são vistas felizes por terem um teto sobre a cabeça e três refeições garantidas por dia.

As normas regulatórias, a abjeção e os sistemas interseccionais de desigualdades mostraram-se interconectados, em relação constante, na realidade vivida no Centro de Reeducação Feminino. Os usos do castigo e a Intervenção Penitenciária desvelam isso, uma vez que determinadas mulheres, como nossa entrevistada 4, nunca foram para o castigo e foram afastadas e protegidas ao serem colocadas na enfermaria quando a Força Nacional entrou para cometer as atrocidades aqui relatadas.

O abandono é outra forma de violência ética experienciada pelas mulheres no cárcere, o que se destaca a partir da percepção que mulheres são historicamente situadas do lado mais leve da balança social. Mas as mulheres tendem a ser visitadas por outras mulheres: sejam amigas, parentes ou amantes. A afetividade feminina, embora pouco explorada no trabalho, se apresenta como uma forma de resistir ao abandono naturalizado pela sociedade, uma vez que as amantes das mulheres tendem a marcar presença nos dias de visita. Logo, o que é imposto no abandono das mulheres encarceradas é manejado a partir da construção de laços e relacionamentos afetivo-sexuais entre as internas, onde a sexualidade se apresenta como uma forma de resistência perante as violências infligidas contra elas durante o dia.

O poder aquisitivo também se apresenta como uma ferramenta que mensura as diferenças entre as mulheres no cárcere, uma vez que as mais ricas, ou as detentoras de patente, são mais respeitadas tanto pelas demais apenadas quanto pela direção e pela polícia penal.

Patente essa que também é atravessada pela variável da facção, que atua diretamente na organização do presídio, nas formas como o trabalho se distribui entre as internas e na divisão de advogados pela liberdade das mesmas.

Por fim, reforçamos que da mesma maneira que foi constatado na apresentação da realidade vivida pelas mulheres antes do cárcere para seu encaminhamento para o mesmo, as entrevistadas percebem as mulheres que ali residem, em geral, como um desvio do que é concebido pela sociedade como criminalidade, de modo que estas só estariam ali por falta de oportunidades de vida.

A negação de humanidade, reforçada para o apagamento das subjetividades das mulheres, assim como seu nome, atua no assassinato da vida física e subjetiva das mulheres, Por esse motivo, trabalhos como o que situa o cárcere como um círculo no inferno (Corrêa, 2020) e uma casa dos dias (Santana, 2012), um lugar que atua diretamente no extermínio das mulheres que ali habitam, ainda que não seja físico.

Reiteramos, ainda, a abertura de muitas frentes de pesquisa a partir da presente pesquisa, conhecer melhor o papel da religião e da sexualidade entre as mulheres encarceradas se apresentou como um caminho inegável, assim como o foco na afetividade dividida pelas mulheres, como oposição à abjeção aqui constatada.

De uma forma ou de outra, ao policial penal que afirmou para mim que “aqui ninguém tem nome, aqui todo mundo é detenta”, que apesar de não serem identificadas nominalmente, as mulheres são apresentadas como substantivos na tese, evidenciando a sua substância e a sua essência.

Inicialmente, a tese foi pensada para ser realizada com mulheres internas ao CRF e também com as egressas do sistema, uma vez que caso as entrevistas com as primeiras fossem realizadas, elas contariam com a presença de um agente prisional o tempo inteiro. Com a negativa da Seap, a pesquisa foi realizada apenas com as mulheres que já sobreviveram ao cárcere - as nossas interlocutoras. Dessa forma, os desafios metodológicos que seriam encontrados dentro do cárcere - como a impossibilidade de gravar as entrevistas - foram superados, com exceção da entrevistada 2.

Quanto à perspectiva teórica, se mostrou em diálogo permanente com as sobreviventes ao cárcere. Pudemos identificar a mulher a não ser, as formas variadas de abjeção que existem no espaço entre a patente e as mulheres oriundas da situação de rua. Já a interseccionalidade se

apresentou como parte inerente da realidade de nossas entrevistadas, de modo que cada cena de abjeção, começando, por exemplo, com algumas mulheres que foram protegidas da ação da FTIP, passando pela forma como mulheres negras são subjugadas pelas próprias companheiras do cárcere e culminando na solidariedade entre elas.

A solidariedade, sem dúvidas, é uma variável que trabalhou a forma como os sentidos da prisão eram introjetados em mim, uma vez que eu não esperava pelos relatos de ajuda, de cuidado, de carinho, de solidariedade. Isso mostra, de forma aberta, como as sociedades são plurais e que a forma como olhamos essas pluralidades é afetada pelas gramáticas morais. Mas como as gramáticas morais são relacionais, estão passíveis de mudança, como a que me ocorreu diante da realização da pesquisa e escrita da tese.

REFERÊNCIAS

ANDERSEN, Margaret L.; COLLINS, Patricia Hill. **Systems of power and inequality**. na, 2007.

ANDRADE, Camila Damasceno de et al. Do trabalho ao cárcere: criminalização e encarceramento feminino em Santa Catarina (1950-1979). 2017.

ARTUR, Angela Teixeira. **As origens do Presídio de mulheres do estado de São Paulo**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BRAGA, José Luiz. Perspectivas para um conhecimento comunicacional. In: Maria Immacolata Vassallo de Lopes. (Org.). **Epistemologia da Comunicação no Brasil: trajetórias autorreflexivas**. 1ed.São Paulo: ECA/USP; AssIBERCOM, 2016, v. 1, p. 123-141.

BUTLER, Judith. **Corpos Que Importam: os limites discursivos do "sexo"**. São Paulo: n-1 edições, 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2015.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CÂMARA, Flávia Danielle da Silva. **Mulheres negras amazônidas frente à cidade morena: o lugar da Psicologia, os territórios de resistência**. 2017. 2018. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: ppgp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/.../Dissertação% 20Flavia% 20Câmara% 202017. pdf. Acesso em: 25 maio de 2024.

CARVALHO, Claudia Cristina Ferreira. **Os espelhos das exclusões radicais: o mundo prisional feminino brasileiro visto do outro lado da linha abissal. Orientador: Luiz Augusto Passos**. 2017. 322 f. 2017. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação)– Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

CARLEN, Pat; WORRAL, Anne. *Analysing Women's Imprisonment*, Devon, **Willian Publishing**, 2004.

CONDREN, Mary. Women, shame and abjection: reflections in the light of Julia Kristeva. **Contact**, v. 130, n. 1, p. 10-19, 1999.

CORRÊA, Larissa Rosa. **“Uma estação no círculo do inferno”: gênero e encarceramento de presas políticas no**. 2020. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

DA CUNHA FERREIRA, Mikael Iago; DE FREITAS, Maíra Dias. América Latina e Identidade: um estudo da Guiana Francesa.

- DEWES, João Osvaldo. Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos. 2013.
- FIGUEIREDO, Ana Cristina Costa; GRANJA, Rafaela. **Laços familiares e afetivo-sexuais de mulheres nas prisões brasileiras e portuguesas**. 2020.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Leya, 2014.
- FRANÇA, Vera V. Contribuições de GH Mead para pensar a comunicação. **Encontro Anual da COMPÓS, XVI, Curitiba**, p. 1-16, 2007.
- FRANÇA, Vera V.; SIMÕES, Paula G. **Curso básico de Teorias da Comunicação**. Autêntica, 2017.
- GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Editora Vozes. 2012.
- GUAZI, Taísa Scarpin. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 2, 2021.
- GOMES, Daiane Ribeiro. Mulheres em privação de liberdade e ações voltadas para reinserção social no Centro de Reeducação Feminino em Ananindeua-Pará. Orientador: Marcos César da Rocha Seruffo. 2021. 109 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Antrópicos na Amazônia) - Campus Universitário de Castanhal, Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/14268>. Acesso em: 03/01/2023
- HANGAI, Luis Antonio. A framing analysis de Goffman e sua aplicação nos estudos em comunicação. **Ação Midiática–Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura.**, v. 1, n. 3, 2012.
- HANGAI, Luis Antonio. A framing analysis de Goffman e sua aplicação nos estudos em comunicação. **Ação Midiática–Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura.**, v. 1, n. 3, 2012.
- LISPECTOR, Clarice. *A legião estrangeira*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1964
- MACHADO, Valeska Berman et al. Encarceramento feminino: a capacitação focalizada em gênero como iniciativa política de formação das servidoras penitenciárias da SUSEPE/RS. 2015.
- MACHADO, Valeska Berman et al. Encarceramento feminino: a capacitação focalizada em gênero como iniciativa política de formação das servidoras penitenciárias da SUSEPE/RS. 2015.
- MARTINO, Isabela Rocha Laragnoit De et al. Meio ambiental natural e artificial: interfaces com o meio ambiente carcerário no aprisionamento de mulheres no Brasil. 2020.
- MARTINO, Isabela Rocha Laragnoit De et al. Meio ambiental natural e artificial: interfaces com o meio ambiente carcerário no aprisionamento de mulheres no Brasil. 2020.

- MATOS, Lorena Araújo. **Vozes caladas: uma análise criminológica da unidade materno-infantil do centro de reeducação feminina em ananindeua/PA**. Editora Dialética, 2020.
- MCCORKEL, Jill. Embodied surveillance and the gendering of punishment. **Journal of Contemporary Ethnography**, 32, pp. 41-76, 2003.
- MEDEIROS, Caroline Gatti et al. **Onde as filhas choram e ninguém vê: as implicações do encarceramento feminino nas maternidades sob o olhar da interseccionalidade**. 2021. Dissertação de Mestrado.
- MEDEIROS, Caroline Gatti et al. **Onde as filhas choram e ninguém vê: as implicações do encarceramento feminino nas maternidades sob o olhar da interseccionalidade**. 2021. Dissertação de Mestrado.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, pp. 187-201, 2012.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, p. 187-201, 2012.
- MORAES, Eneida de. *Aruanda/ Banho de cheiro*. Belém: SECULT, 1989.3
- MORAES, Nayana Maria Leal. *As hepatites B e C na população carcerária feminina do Pará: prevalência, genotipagem e fatores de risco*. 2015. 97 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Medicina Tropical, Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em Doenças Tropicais.
- MOURA PESSOA, Nara Cristina; BARP, Wilson; VALLI NUMMER, Fernanda. *Janela para o mundo: a TV no cárcere feminino em Belém*. 2015.
- NUNES, Caroline Cabral; MACEDO, João Paulo. “Corpos encaixados de prisão”: Mulheres e Subjetividades em Exceção. **Revista Subjetividades**, v. 21, n. 1, p. 22-03/2021, 2021.
- PLÁCIDO, Waléria da Silva. *Epidemiologia da infecção genital pelo Papilomavírus humano (HPV) em população feminina geral e população carcerária*. 2012. 76 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Medicina Tropical, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Doenças Tropicais.
- PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista estudos feministas**, v. 10, n. 01, p. 155-167, 2002.
- RAFTER, Nicole. Developments of the women's prison system. In: RAFTER, Nicole. **Partial justice: Women, Prisons and Social Control**, New Brunswick, Transactions Publishers, pp. xi-83, 2004.
- RIBEIRO, Marcelo Bezerra; ATHIAS, Arianne Brito Cal; PINTO, Amanda Corrêa. **A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CENTRO DE REEDUCAÇÃO FEMININO (CRF) DE ANANINDEUA COMO MANIFESTAÇÃO DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA ENCARCERADAS**.

REVISTA ESMAT, v. 14, n. 24, p. 215-234, 2022.

ROCHA, Amanda Ferreira. Do “Inferno” aos Sonhos: as Vozes das Mulheres Encarceradas no Centro de Reeducação Feminino de Ananindeua. 2019. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública)-Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará, Belém.

ROCHA, Victor Ferreira Roque et al. **O aprisionamento do feminino: um estudo sobre o encarceramento e a vivência do cárcere pelas mulheres**. 2020. Tese de Doutorado.

SANTANA, Ana Paula Palheta. A casa dos dias. **A Vida no Cárcere Feminino**, 2012.

SANTIN, Andria Caroline Angelo. Perspectivas feministas, interseccionalidades e o encarceramento de mulheres no brasil (2006-2018). 2019.

SHIELDS, Stephanie A. Gender: An intersectionality perspective. **Sex roles**, v. 59, n. 5, p. 301-311, 2008.

SILVA, Vera. Controle e Punição: as prisões para as mulheres. **Ex aequo**, v. 28, p. 59 a 72, 2013.

VERAS, Luiz Felipe de Oliveira Pinheiro. **Penitenciando a mulher: o encarceramento feminino pela guerra às drogas à luz dos direitos humanos na capital paulista**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

VIANA, Noemi Negrão et al. Mulheres e cárcere: reflexões sobre o conjunto penal feminino em Salvador-Bahia. 2015.

MOUFFE, Chantal. **Hegemony, radical democracy, and the political**. Routledge, 2013.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

MOHANTY, Chandra Talpade. Sob os olhos do ocidente: estudos feministas e discursos coloniais. **BRANDÃO, Izabel. Traduções da Cultura: Perspectivas Críticas Feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL, 2017.

MIGNOLO, Walter D. " Un paradigma otro": colonialidad global, pensamiento fronterizo y cosmopolitanismo crítico. **Dispositio**, v. 25, n. 52, p. 127-146, 2005.

SILVA, Vera. Controlo e punição: as prisões para mulheres. **Ex aequo**, v. 28, p. 59-72, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**. UFMG, 2010.

SWAIN, Tania Navarro. Por falar em liberdade. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**, p. 36, 2014.

CARVALHO, Daniela Tiffany Prado de; MAYORGA, Claudia. Contribuições feministas para os estudos acerca do aprisionamento de mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, p. 99-116, 2017.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, p. 89-117, 2013.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismos Subalternos: contribuições, tensões e limites. **39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT**, v. 10, 2015.

HALL, Stuart. O ocidente e o resto: discurso e poder. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 56, 2016.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**. Civilização brasileira, 2015.

LORDE, Audre. As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa grande. **Irmã outsider: ensaios e conferências. Trad. Stephanie Borges. Autêntica Editora**, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014.

Lugones, María. Colonialidade e gênero. In: VAREJÃO, Adriana et al. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Dispositio**, v. 24, n. 51, p. 137-148, 1999.

ANEXO I - Roteiro de entrevistas

Comentado [H11]: Alterar formatação e migrar para próxima página.

Entrevista a ser aplicada a mulheres egressas do CRF

Data da entrevista: _____

Local: _____

Nome: _____

Concorda com a participação e gravação do áudio da pesquisa?

Como gostaria de ser identificada na pesquisa: _____

Idade: _____

Autoidentificação racial:

 Branca Negra Parda Amarela (oriental) outra? _____

Escolaridade:

 Ensino fundamental incompleto Ensino fundamental completo Ensino médio incompleto Ensino médio completo Ensino superior incompleto Ensino superior completo Analfabeta

Fonte de renda antes do encarceramento: _____

Idade em que foi encarcerada: _____

Tempo de custódia: _____

Orientação sexual:

Conhecendo a entrevistada para além do cárcere

Essa seção é para que a gente se conheça melhor, até porque aqui, nesta conversa, estamos falando de pessoa pra pessoa.

1. Onde tu nasceste? Me conta um pouco da tua infância.
2. E tua adolescência, como foi?
3. Como era a relação com a tua família?
4. Com quantos anos tu começaste a trabalhar? Qual era o trabalho?
5. Pensando no geral, como era a tua vida antes do CRF?
6. Algum familiar teu, ou mesmo alguém próximo a ti, já foi encarcerado?
7. Recebeste visita da família lá dentro?
8. O que isso causa?
9. É um lugar solitário?

Sobre o cárcere

A partir daqui, a gente tem algumas perguntas mais específicas sobre o encarceramento. Antes de iniciar essa seção, eu preciso te dizer que, como esse é um assunto sensível, caso qualquer uma das perguntas te cause desconforto a gente pode pular pra próxima, ok?

1. Qual o sentimento de ser presa?
2. Tu te lembras qual foi tua primeira impressão ao chegar ao CRF?
3. Como foi tua experiência na triagem?
4. Algo mudou quando fostes transferida para o pavilhão?
5. Como é a relação entre as mulheres lá dentro?
6. Vocês desenvolvem afetos entre si? De que forma?
7. Existem diferenças entre as mulheres lá dentro?
8. Como é a relação entre as mulheres e a polícia penal?
9. O que significa ser uma mulher que tem “um bom comportamento”?
10. Como é a relação entre internas e a polícia penal?
11. No geral, quais foram os principais sentimentos que você vivenciou no cárcere?
12. Você já passou por violência?
13. Conheceu alguém que tenha passado por risco de morte?
14. Tu já foi pro castigo?
15. E quando a Força Nacional entrou, em 2019, como foi?
16. Existe algum grupo privilegiado de mulheres lá dentro? Se sim, são privilegiadas por quê?
17. Existem outros tipos de privilégios?
18. E as mulheres lésbicas, sofrem preconceito?
19. O que foi preciso fazer para sobreviver naquele lugar?

Sobre as ideias que orientam a pesquisa

Nessa seção, conversamos sobre algumas ideias que me provocaram a buscar realizar a pesquisa da qual vocês fazem parte. Por isso, eu gostaria de saber o que vocês pensam sobre essas ideias.

1. O nome do presídio é Centro de Reeducação Feminino. Como ocorre a “reeducação”?
2. Existe diferença de tratamento por ser mulher? Como, por exemplo, exigir que a pessoa se comporte como uma mulher?
3. E quanto a diferenças de raça, classe, orientação sexual, como você as enxergou lá dentro? Isso gera privilégios, hierarquias ou desrespeitos?
4. Existem vidas de mulheres que são mais valorizadas lá dentro?
5. Ou existem aquelas que são menos importantes e mais vulneráveis à violência mesmo entre as internas?
6. O que você acha do termo “sobreviventes ao cárcere”?